

ALEXANDRA LOURENÇO
EDUARDO A. SANTOS DE OLIVEIRA
JEOVANE CAMARGO

(ORGS.)

HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS TRADICIONAIS

AUTORES

Alexandra Lourenço, Angelica Stachuk,
Claércio Ivan Schneider, Dimas Floriani,
Eloi Giovane Muchalovski, Filipe Arnaldo Cerzarinho,
Marisangela Lins de Almeida, Milliann Carla Strona,
Sara Menezes Felizardo, Oséias de Oliveira, Vania Vaz.

Atena
Editora

Ano 2019

ALEXANDRA LOURENÇO
EDUARDO A. SANTOS DE OLIVEIRA
JEOVANE CAMARGO

(ORGS.)

HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS TRADICIONAIS

AUTORES

Alexandra Lourenço, Angelica Stachuk,
Claércio Ivan Schneider, Dimas Floriani,
Eloi Giovane Muchalovski, Filipe Arnaldo Cerzarinho,
Marisangela Lins de Almeida, Milliann Carla Strona,
Sara Menezes Felizardo, Oséias de Oliveira, Vania Vaz.

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História e cultura dos povos tradicionais [recurso eletrônico] / Organizadores Alexandra Lourenço, Eduardo Alexandre Santos de Oliveira, Jeovane Camargo. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-818-2 DOI 10.22533/at.ed.182190412 1. Ecologia humana – Brasil. 2. Etnologia. I. Lourenço, Alexandra. II. Oliveira, Eduardo Alexandre Santos de. III. Camargo, Jeovane. CDD 304.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



UNICENTRO

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Comissão Organizadora

Alexandra Lourenço
Ana Maria Rufino Gillies
Ancelmo Schorner
Eduardo A. Santos de Oliveira
Fabricio Leal de Souza
Jaqueline Kotlinski
Jeovane Camargo
Jose Adilçon Campigoto
Marisangela Lins de Almeida
Milene Aparecida Padilha Galvão
Nadia Maria Guariza
Oseias de Oliveira
Pedro Henrique Prado de Novaes
Rafael da Rocha Massuia
Valter Martins
Vanessa Langaro
Vania Vaz
William Ribeiro Pinto

Comissão Científica

Prof. Dra. Ana Maria Rufino Gillies
Prof. Dr. Ana Paula Wagner
Prof. Dr. Ancelmo Schorner
Prof. Dr. Geysso Dongley Germinari
Prof. Dr. Helio Sochodolak
Prof. Dr. João Carlos Corso
Prof. Dr. Nadia Maria Guariza
Prof. Dr. Rafael da Rocha Massuia
Prof. Dr. Valter Martins



Anais da XI Semana de História – “História dos povos tradicionais”, IV Jornada de Graduação e Pós-Graduação, VI Seminário de Estudos Étnico-Raciais. UNICENTRO - Irati





SUMÁRIO

- 1 A propósito do Socioambientalismo em alguns estudos de populações tradicionais na América Latina: consequências para o debate sobre subalternidade, territórios e diálogo de saberes. 11
Dimas Floriani
- 2 Contestado, jornais e análise de discurso: reflexões metodológicas para a pesquisa em História. 47
Eloi Giovane Muchalovski, Oseias de Oliveira
- 3 Pastores do sertão: natureza e pecuária no sul do Pará (1882-1940) 72
Vania Vaz
- 4 Memórias em disputa no Reino místico dos pinheirais: uma releitura do conflito sertanejo no contestado. 88
Claércio Ivan Schneider, Milliann Carla Strona
- 5 Salesianos e Bororos: uma história permeada por representações de progresso e sertão 111
Alexandra Lourenço
- 6 Guerra de espadas em Cruz das Almas/BA: a internet como instrumento de luta pela tradição (2011-2016) 138
Filipe Arnaldo Cezarinho, Sara Menezes Felizardo



- 7 Sociabilidades tensas: criminalidade em bailes e festas
em Mallet-PR (1925-1950) 155
Angelica Stachuk, Oséias de Oliveira
- 8 Uso Comum, trabalho e quintais: relações de gênero
na dinâmica social faxinalense 179
Marisangela Lins de Almeida





PREFÁCIO

É com satisfação que prefacio esta obra, resultante dos esforços de tantos jovens pesquisadores convictos da importância efetiva do tema história e cultura dos povos tradicionais no presente momento. Nela está reunida uma amostra significativa da produção acadêmica de geógrafos, historiadores e sociólogos, o que podemos considerar como um importante avanço no âmbito das conquistas políticas e sociais destas populações. Além disso, trata-se de um produto significativo e inovador no campo do desenvolvimento científico. Destaco a inovação no domínio da história e no uso do conceito de cultura, por tratar dos povos tradicionais como agrupamentos humanos possuidores de cultura.

O interesse, a metodologia e o aporte teórico para tratar da história destes povos derivam, em grande parte, na chamada Nova história inglesa com destaque evidente para a publicação do livro *Customs in commun* de Eduard Palmer Thompson, primeiro, em 1991, pela The Merlin Press e logo em seguida, em 1993, pela Penguin Books. A partir da proposta contida nesta obra de grande repercussão transcontinental, detecta-se uma espécie de naturalização quanto a tratar o modo de vida dos povos tradicionais, exceção para indígenas e afrodescendentes, como agregado de costumes, algo que significasse apenas o esboço de alguma cultura ou, designasse algum elemento pré-cultural.

A obra do autor inglês foi saudada, imediatamente, como brilhante e definida como uma série de “essays on the customs of the working people”. Propunha-se, ali, considerar os costumes adotados nos meios populares da Inglaterra, como elementos tradicionais, práticas populares ancestrais situadas na origem da chamada cultura de resistência. A experiência de contraposição ao establishment, própria das classes trabalhadoras. Por um lado, a obra diminuiu, como sugeriu Jullian Hoppit, a profunda distância que no século XVIII inglês, se estabelecia entre a cultura dos aristocratas e a plebe. Por outro, manteve certa distinção, na medida em que boa parte das práticas populares, aquelas não diretamente vinculadas ao espectro classista, fossem rebaixadas à categoria costume. O título da obra de Thompson em inglês, a



meu ver, não deixa dúvidas a este respeito. A opção dos organizadores de *História e cultura dos povos tradicionais* reforça a tese e impõe o novo.

Para melhor contextualizar, inspiramo-nos em Hayden White para dizer que o potencial da escrita militante thomposoniana demandava tal topos no início da década de 1990 e no contexto europeu e inglês. Em termos narrativos, o ativista da New Left inglesa bancou a ideia de que os costumes ancestrais da plebe britânica evoluíram para a assim considerada cultura de resistência. Tratou-se de uma alavancagem fundamental, um artifício espetacular pelo que se retira as massas trabalhadoras da infâmia, conferindo-lhes o designativo da cultura (gente culta) como símbolo de distinção. Desde então, a classe trabalhadora adquire a dignidade da nobreza, o assento no parlamento, o privilégio dos Lordes. Ao lado da cultura dos aristocratas, a de resistência que recebe tal designativo devido ao capital político, ao potencial de transformação das estruturas que carrega em si.

No Brasil, a imensa maioria das práticas cotidianas dos povos e comunidades tradicionais permaneceria sendo considerada sob a noção classificatória de costumes. A tradução brasileira, a primeira é de 1998, acrescentou ao título inglês os seguintes termos: estudos sobre a cultura popular tradicional. Leitura tupiniquim? Pode ser...

Se na Inglaterra de Thompson falou-se tanto de costumes da plebe, os trabalhos reunidos no livro aqui prefaciado me falam de cultura dos povos tradicionais, o que, em outros termos, equivale à cultura popular tradicional da mencionada tradução brasileira. Então, podemos simplificar tudo isso expressando as dificuldades bem afro-ameríndias que sentíamos até recentemente, de escrevermos a história de nossos povos tradicionais (especificamente indígenas e afro-americanos) classificando seus modos de vida como simples agregado de costumes. O aspecto propositivo e inédito a que nos referimos nesta obra implica produzir a sociologia, apresenta a geografia e escrever as histórias destas populações reconhecendo suas identidades e dando visibilidade/legitimidade às suas culturas.

Numa perspectiva em a cultura significa modo de vida, mas também, forma de relacionamento dos seres humanos com a natureza,



com os animais não humanos, com meio ambiente, com o sobrenatural e o simbólico, os autores deste livro tratam dos saberes tradicionais, dos territórios e territorialidades, da circulação e do contato dos criadores de gado com as populações tradicionais do Pará, das possibilidades de fontes para a compreensão da cultura cabocla da região sul do Brasil, da mística cabocla da chamada Guerra Santa do Contestado, das representações sobre o contato entre os padres salesianos e os bororo, um dos povos tradicionais presentes no Mato Grosso, de tradições festivas religiosas do recôncavo baiano, das práticas violentas ocorridas em salões de baile na região das matas de araucária, do cuidado nos quintais e das relações de gênero nos espaços faxinalenses.

José Adilçon Campigoto





APRESENTAÇÃO

A afirmação das identidades coletivas no período pós redemocratização tem revelado a existência de diversos grupos étnicos que outrora não eram reconhecidos em suas singularidades e necessidades pelo Estado. O reconhecimento de existir dignamente reivindicado pelos movimentos sociais de luta pelos direitos dos povos indígenas, quilombolas, faxinalenses e outras comunidades tradicionais tem sido uma pauta de avanços e retrocessos na sociedade brasileira.

Atualmente vemos crescer no Brasil a presença do discurso conservador que questiona as conquistas destes povos ou os marginaliza como estratégia para torná-los invisíveis. No Paraná, a invisibilidade social é uma das principais características dos povos e comunidades tradicionais. Como exemplo de resistência a esta situação foi criada, na região Sul, a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais em 2008. Composta de forma heterogenia e multicultural com os povos xetá, guaranis, kaingang, faxinalenses, quilombolas, benzedores e benzedoras, pescadores artesanais, caiçaras, cipozeiras, religiosos de matriz africana e outros.

É neste quadro que os historiadores e os cientistas sociais não podem se furtar de analisarem e de debaterem a situação presente, com a finalidade de pensarmos como podemos viver as diferenças em sociedade sem a necessidade de apelarmos a soluções autoritárias e de exclusão do outro.

Portanto, a temática apresentada neste livro – *História e Cultura dos Povos Tradicionais* –, reúne um conjunto de trabalhos de variados pesquisadores que contribuem para o debate ao promoverem a discussão sobre as tensões provocadas na sociedade brasileira entre comunidades, movimentos sociais e setores conservadores, contribuindo para uma sociedade mais democrática.

Os trabalhos aqui reunidos contemplam questões teóricas e empíricas sobre as relações estabelecidas entre os povos tradicionais e o meio ambiente, assim como, as representações sociais construídas sobre esta relação. Além disso, a temática desse livro ao proporcionar o debate sobre a atualidade destes povos e comunidades, visa à reflexão de questões fundamentais para



formação dos licenciados em ciências humanas por contemplar questões relativas a problemática do multiculturalismo no ensino/aprendizagem.

Alexandra Lourenço

Eduardo Alexandre Santos de Oliveira

Jeovane Camargo





A propósito do Socioambientalismo em alguns estudos de populações tradicionais na América Latina: consequências para o debate sobre subalternidade, territórios e diálogo de saberes.

Dimas Floriani¹

Introdução

Pela exposição que apresentaremos nos próximos tópicos, pretendemos basicamente abordar os seguintes aspectos, embora de maneira não exaustiva. Inicialmente, partiremos de alguns dos fundamentos epistemológicos dos processos de conhecimento para problematizar as questões próprias ao debate sobre o binômio sociedade-natureza, sua vertente metodológica nos estudos do socioambientalismo e o significado dos diversos tipos de conhecimento – científicos e não científicos utilizados em suas interpretações.

Com isso, tentaremos demonstrar que as matrizes teóricas que derivam daquele balanço anterior, herdeiras de concepções holísticas e derivadas das teorias da complexidade, condicionam o tipo de abordagem que é feita para selecionar as categorias de análise e o quadro de referência teórica tecido em suas elaborações; ou seja, elas produzem diagnósticos ou representações da realidade bem diferentes daquelas matrizes que partem de outros pressupostos cognitivos tradicionais das ciências disciplinares. Ao mesmo tempo, buscaremos realizar um inventário sumário de algumas referências mais conhecidas sobre subalternidade e populações tradicionais, territórios e possibilidades de diálogos interculturais, enquanto categorias de análise.

Em consequência, contextualizaremos historicamente as circunstâncias epistêmicas e políticas das quais emergem e se constituem os modos de interpretar e nomear os eventos pelos próprios sujeitos da ação histórica. Vale lembrar que essa contextualização corresponde a espaços e tempos sociais condicionados pelo capitalismo periférico, em situação de colonialidade²,

¹ Professor Sênior do PPGMADE (UFPR). Coordenador acadêmico da Rede Internacional Casla-Cepial e Pesquisador CNPq. E-mail: floriani@ufpr.br.

² Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determi-



com ênfase no debate sobre *modernidade periférica*, especialmente da América Latina.

Essas referências são demarcadas e contextualizadas no interior de sua própria produção, isto é, de sua historicidade, uma vez que não são apenas conceitos ou abstrações teóricas, mas resultam de processos de conflitos e enfrentamentos políticos, culturais, teóricos e epistemológicos de atores em presença, isto é, que se constituem como sujeitos da ação social e coletiva no processo histórico do qual emergem e se constituem como tais; quer dizer, processos que constituem os sujeitos, ao se constituírem mutuamente.

Finalmente, cabe uma referência sumária sobre a produção teórica de categorias de análise sobre os temas relacionados com este texto, a saber, um inventário centrado em conceitos oriundos de diversas áreas de conhecimento, tais como a antropologia, a sociologia, a geografia, a história, a ciência política e o direito quando localizam nas populações tradicionais o foco de suas análises.

Produções discursivas nas ciências e nos demais saberes

A tradição derivada da história das ciências (ciências normais) é estabelecida por uma convenção (espécie de parlamento das ciências), que, a exemplo das instâncias de legitimação de uma ou de diversas autoridades políticas, depende da instauração de um sistema de avaliação, controle e configuração institucional da estrutura acadêmico-científica. Esta está definida e organizada de forma institucional — sistemas de sanções, prêmios e penalização das práticas de produção, reprodução e (des)legitimação das formas de construir o sistema acadêmico-científico, distribuído desigualmente nos espaços de produção do conhecimento científico (local, regional, nacional e internacional).

nada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado." (QUIJANO, 2010, p. 84). Neste sentido, a teoria da colonialidade do poder, ou colonialidade do poder global e do eurocentrismo ou colonialidade/modernidade/eurocentrada como seu específico horizonte histórico de sentido foi proposta por Neste sentido, a teoria da colonialidade do poder, ou colonialidade do poder global e do eurocentrismo ou colonialidade/modernidade/eurocentrada como seu específico horizonte histórico de sentido foi proposta por Anibal Quijano (2014) em muitos de seus textos, desde inícios da década final do século XX.



As ordenações (entre agentes e estrutura) são possíveis de percebê-los e interpretá-los, inclusive, pelas lentes das teorias utilizadas. Os ramos de algumas disciplinas, como a história, a filosofia, a sociologia, a antropologia e a geografia, que se ocupam da ciência, nos podem ser úteis a esse respeito. Por exemplo, Bourdieu apresenta a possibilidade de interpretar esse sistema científico e suas práticas de legitimação no interior de um campo com separações (clivagens), autoridades e conflitos na distribuição dos recursos que condicionam tanto o acesso como a apropriação efetiva e simbólica, gerando uma espécie de estratificação social do sistema acadêmico-científico.

Em uma sociedade de classes (sociais), os espaços de produção e reprodução do sistema das ciências podem ser públicos e privados – as exclusividades reservadas mais ou menos ao público e ao privado dependem da história das conquistas sociais e de sua estabilidade política. Há, contudo, possibilidades de retrocessos, como os que estamos vivendo agora no Brasil.

A ordem é regulada: pelos estados nacionais e suas interconexões internacionais; pelas instituições e carreiras dos cientistas e seus vínculos ao sistema de hierarquias de distribuição dos bens educacionais, definido pela estrutura de classes que controlam os capitais sociais; por meio das estratificações sociais de renda; e pela capacidade de cada um(a) de ingressar no sistema educacional.

É possível e necessário que a organização do sistema acadêmico-científico possa ser percebida desde as diferentes interações entre seus subsistemas:

- dimensões epistemológicas;
- dimensões institucionais;
- dimensões político-culturais sobre o significado de conhecimento científico, seus usos e aplicações;
- por dimensões institucionais se entende: as formas de como se organizam as cartografias das ciências; a organização em forma de setores, departamentos, institutos, centros de pesquisa, etc.



Os tipos de pós-graduação e as associações estabelecidas entre as diferentes disciplinas; os planos estratégicos de pesquisa; os recursos atribuídos a cada grupo de pesquisa; a cultura científica gerada por essa distribuição e a crítica que se estabelece no interior da comunidade científica sobre gestão, controle, sistema de avaliação dos pares; as novas associações que derivam dessa crítica e os novos ordenamentos das cartografias regionais das disciplinas (neste caso se inserem as práticas e ensaios interdisciplinares e outras metodologias diferenciadas das tradicionalmente disciplinares).

Contudo, as culturas institucionais estabelecidas na maneira de produzir conhecimento corporativo não são regidas apenas pela sua inércia, mas contam também com resistências, bifurcações e reações criativas de parte dos produtores de conhecimento, pautados em autocrítica e ação reflexiva. Dessa maneira, atitude inovadora vem ocorrendo com algumas dessas novas orientações, tais como:

- Aproximar a academia da realidade e promover o diálogo entre diferentes conhecimentos;
- Identificar proximidades e distâncias entre o entendimento de problemas e situações identificadas pelos diferentes atores (acadêmicos e não acadêmicos);
- Fomentar outras práticas da universidade em relação à sociedade;
- Perceber em que medida o conhecimento produzido é pertinente para o pesquisador e para os sujeitos sociais das pesquisas.

Porém, a crítica que recebe o sistema de ciências não deriva apenas das comunidades acadêmicas, mas são geradas também pela crítica social, desde fora das comunidades epistêmicas. Essas críticas não são de manifestações de rua, porém são geradas nos espaços visíveis e invisíveis dos demais sistemas de conhecimento, da crítica retórica e semântica, da resignificação e das emergências de setores culturais e sociais subalternos, além de sua contestação política.

Um bom exemplo disso é a disputa de sentidos sobre as concepções de desenvolvimento sustentável por diversos atores sociais: de um lado, os sistêmicos ou hegemônicos; e, do outro, os setores que funcionam como base



da retórica da contestação, como ocorreu no evento da cúpula do Rio+20.

Novos arranjos epistêmicos são gerados a partir dessas contestações, tanto no interior dos sistemas científicos, como naqueles espaços de produção de conhecimentos e saberes confinados em sistemas culturais (ditos tradicionais), os quais tecem críticas sobre a cultura científica da tradição moderna ocidental.

A maneira como emergiram essas novas experiências baseadas em concepções diferentes da produção do conhecimento acadêmico-científico, para lá das disciplinas ou de concepções enraizadas de uma ciência positivista, do objetivismo da realidade, do elitismo do olhar iluminado do observador, no qual os sujeitos da pesquisa são tratados com a frieza de um objeto inanimado, quando não com menosprezo e inferioridade, negando-lhes sua subjetividade, sua cultura e suas incontornáveis experiências.

É a partir daqui que aparecem os debates sobre o caráter público da ciência, para além do estatal, sendo então permitido apresentarem-se outros horizontes para as ciências, sua dimensão política, sua pertinência.

Para quê e para quem são produzidos os conhecimentos da academia ou de outras agências de conhecimento?

Em um momento histórico em que as ciências dominantes são as tecnociências, as que produzem para o mercado e em que outras ciências são controladas por lógicas e intenções corporativas (uma ciência que se realiza pela concorrência dos pares na avaliação e mensuração da produtividade de cada um), deve-se questionar a eficácia desses mecanismos de controle. Mas justamente são eles que definem o padrão cultural de se fazer ciência dessa maneira, mesmo que esta não sirva para grande coisa, a não ser auto alimentar-se da inércia de seu *moto* contínuo.

- Conflitos entre a ciência normal (história e método das ciências disciplinares modernas) e a pós-normal ou nômade (o hibridismo do diálogo de saberes e a crítica política e cultural);
- Ciência pública (dimensões políticas e culturais);



- Ciência corporativa (a ciência dos pesquisadores);
- Ciência privada (as tecnociências);
- Os relatórios técnicos (diagnósticos e registros das agências governamentais);
- Os saberes culturais (as etnociências, as práticas e os sistemas híbridos tradicionais de saberes).

Por uma epistemologia da diversidade: estratégias para um pensamento ambiental complexo

A epistemologia e as condições de produção (construção) e de acesso ao conhecimento científico e aos demais tipos de conhecimento podem ser localizadas na filosofia da ciência, sociologia e antropologia da ciência e história da ciência, além das ciências cognitivas e as etnociências que estão bastante envolvidas com esse debate.

Estamos mais interessados aqui na relação que se estabelece entre o ato de conhecer e os significados culturais que decorrem dessa ação cognitiva no contexto social e histórico dessa atribuição de sentidos ao mundo por sujeitos de conhecimento; e não propriamente nos mecanismos cognitivos que tornam possível o ato de conhecer (sistema neurofisiológico e tecnologias da inteligência), por mais relevantes que sejam para as ciências cognitivas e as neurociências.

O interessante aqui é indagar como cada uma das disciplinas científicas internaliza e constrói suas estratégias e modelos cognitivos, além de expor suas próprias compreensões sobre a relação sujeito-objeto. Possuímos nesse tema uma paisagem diversificada de concepções filosóficas sobre a história dessa relação; as vertentes do materialismo e do idealismo nos ajudam a melhor entender esse processo.

Dessa maneira, os caminhos do pensamento, ao longo de sua constituição histórica, percorrem diferentes direções, nas quais se apresenta a relação entre consciência e ser, pontuada ora pela primazia do sujeito ora pela do objeto, ou pela tentativa de integração mútua.



No terceiro *Manuscrito econômico filosófico*, o jovem Marx (1972) constata que, embora sejam diferentes pensar e ser, ambos estão unidos um ao outro, uma vez que “[...] não é somente no pensamento mas com todos os sentidos que o homem se afirma no mundo objetivo.” (p. 244).

Por tratar-se das condições de produção e de acesso ao conhecimento, em territórios de fronteira demarcados pela existência de objetos complexos, a epistemologia socioambiental exige uma atitude deliberada na formulação e no uso de diversos conhecimentos (científicos e culturais) no domínio da relação sociedade-natureza.

Desde já e confrontando epistemologias, a epistemologia ocidental é movida pelo objetivismo; o ato de conhecer é constitutivo do objeto de conhecimento; em oposição, as epistemologias não-ocidentais ou indígenas pressupõem que a ação de conhecer bem alguma coisa depende da intencionalidade de alguém que está conhecendo (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 487).

A noção de objeto, em oposição à de sujeito, constitui um longo e interminável capítulo da filosofia ocidental; na psicanálise, essa noção é inter-relacional, no sentido intersubjetivo (mãe-filho), conforme discutido por Winnicott (1989).

Contudo, um pensamento integrador, na direção oposta daquela que foi instaurada pelo ocidente moderno, necessita de procedimentos e recursos epistemológicos próximos daquilo que Morin (1998) apontava, isto é, de uma lógica da conjunção, em oposição à lógica da disjunção.

A diversidade de concepções de mundo não é um atributo apenas da filosofia, mas está presente também no interior da história das doutrinas religiosas e da história da arte, dentre outros tipos de histórias.

A história do budismo ilustra bem a diversidade de escolas de pensamento, conforme nos relata o próprio Dalai Lama (2006). Interessante, nesse sentido, para captar a riqueza dessas diferentes visões de mundo, é quando buscamos ver o significado de temas de permanente indagação, ao longo da constituição



das sociedades e culturas humanas, e como as leituras a partir desses mesmos temas podem divergir: a morte, a alma, a natureza, o destino, a felicidade, a guerra (violência), a riqueza (sistemas de produção e distribuição), as catástrofes (castigo), o amor, a liberdade, as crenças religiosas, etc. O longo capítulo das intolerâncias e dos conflitos humanos a respeito esses temas foram e continuam sendo escrito por esses dissensos!

Contudo, a geopolítica da violência contra culturas outras inocula o veneno da rejeição ao outro, instiga a ignorância e o desprezo ao diferente!

A referência aos conhecimentos culturalmente arraigados, seja pelas etnociências como pela história das artes e das religiões, denota uma importância destacada para o debate em torno da produção do conhecimento, no âmbito do meio ambiente e do desenvolvimento das sociedades humanas, uma vez que se refere à oposição/cooperação entre conhecimentos científicos e não científicos, e às metodologias de pesquisa utilizadas na abordagem de temas socioambientais complexos (multi, inter e transdisciplinares).³

De certa maneira, a história dos objetos depende da história que temos para contar sobre como definimos nossa maneira de compreender e de explicar a realidade ou os próprios objetos desta. Anthony Giddens (1989) afirma a existência de duplos aspectos constitutivos da consciência, sendo esta ao mesmo tempo prática e teórica, isto é, há uma reflexividade da consciência (sujeito) sobre si mesma e sobre o produto por ela gerado (objeto).

Edgar Morin (1998), de outra perspectiva, a do pensamento complexo (que reúne um grupo de ciências bio-psico-antropo-sociais), nos diz que o observador é alguém que perturba o real e é por ele perturbado. Não há possibilidade de um lugar privilegiado para o observador, nem sequer na Física.

3. Há muitas pesquisas e trabalhos publicados sobre conhecimento tradicional e biodiversidade. Destaque-se, como exemplo, a publicação deste tema, com ênfase em normas vigentes e propostas de Alfredo Wagner B. de Almeida, Joaquim Shiraishi Neto et al. (2008). Da mesma maneira, o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – sob a coordenação da UEA – disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/fasciculos/projeto-mapeamento-social/>> é uma notável iniciativa que “[...] evidenciou a importância do empoderamento das populações tradicionais no combate ao desmatamento em seu território ao permitir o registro da sua ocorrência pelas populações diretamente atingidas. Se esse empoderamento for ampliado, o combate ao desmatamento passará a contar com um conjunto maior de agentes voluntários para a proteção da biodiversidade na região.” Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/Pesquisa_Nova_Cartografia>. Acesso em: 24 set. 2017.



O observador da (em) sociedade é alguém investido de um desejo de olhar e de censura ao olhar. Por consequência, a ideia de um pensamento complexo deve supor que o conhecimento científico progride por eliminação dos erros, mais do que pelo aumento de verdades. O progresso do conhecimento deve vir juntamente com o progresso da ignorância e de que a verdade científica não reside em suas teorias, mas nas regras do jogo entre verdade e erro.

Se, por um lado, urge a necessidade de uma epistemologia que busque integrar processos cognitivos simultâneos de pensamento e de práticas investigativas, associadas com as ciências da natureza, da vida e da sociedade (cultura), por outro, é necessário também que essa nova epistemologia desenvolva vínculos com diversas matrizes do pensamento complexo (Morin), da autopoiesis de Santiago (Maturana e Varela), da teoria da racionalidade ambiental (Leff), da teoria da auto-organização (Atlan), do holismo (Capra), da teoria que compreende o espaço de uma maneira ontológica, em que o espaço e tempo são constituídos pelos sistemas de objetos e de ação (Escobar e Milton Santos), etc.

No campo das teorias que interpretam a natureza, ou os seres humanos em sociedade, ou ainda as práticas materiais e simbólicas, necessita-se de epistemologias híbridas, de narrativas como mesclas de história dos objetos naturais, aliados às lógicas de representação e de percepção do tempo e do espaço ou dos tempos e dos espaços (da natureza, das culturas, do imaginário, das simbologias sobre a terra, do ar, das águas, do mar, do tempo de chuvas e do sol, da lua, do sagrado e de suas sanções e promessas!). Essa perspectiva poderia aproximar Bachelard de Prigogine, na direção de uma nova aliança entre natureza e cultura?

Segundo Ernst Mayr (2008), as teorias são conjuntos formados por conceitos, tanto nas ciências naturais (particularmente a biologia evolutiva), como nas ciências humanas (especialmente as sociais). Esses tipos de teorias se utilizam de narrativas históricas, uma vez que muitos dos experimentos utilizados em algumas ciências experimentais e nas tecnociências são indisponíveis nas ciências humanas e sociais, o que as obriga a utilizar-se do método heurístico.



As teorias têm alcance limitado. Algumas se aplicam mais a determinados tipos de fenômenos e menos a outros. Mesmo no caso do construtivismo social, sua eficácia se restringe a alguns fenômenos emergentes. Por exemplo, no campo socioambiental, no qual se busca entender um sistema de filtros seletivos, isto é, de como alguns temas emergem com destaque sobre outros, passando a ganhar maior atenção da sociedade (como é o caso, atualmente, do debate sobre mudanças climáticas). A pergunta para esta escola de pensamento (o construtivismo social) é: por que só alguns temas tornam-se reconhecidos como problemas socioambientais ou sociais no sentido amplo?

A resposta proposta é que alguns desses temas são construídos socialmente pelas agências típicas das modernas sociedades (a mídia, as comunidades científicas, os lobbies industriais, os movimentos sociais, etc.). Por sua vez, as metodologias de formatação mais holística ou integradora não conseguem captar, muitas vezes, as singularidades dos processos. A floresta impediria, neste último caso, de enxergar as árvores!

Na direção dos diversos métodos de abordagem dos fenômenos socioambientais, quais os implícitos culturais que permitem pensar o meio ambiente, como conjunção ou interrelação sociedade-natureza? Por implícitos culturais entenda-se os dispositivos cognitivos, valorativos, estéticos, éticos, religiosos, políticos, econômicos, tecnológicos, emocionais, conscientes e inconscientes dos sistemas individuais e coletivos, nas dimensões sincrônicas e diacrônicas dos espaços socioculturais.

Para efeito interpretativo, os sistemas de valores que acompanham as formas de avaliar e significar a realidade estão postos em quaisquer das circunstâncias de análise: tanto para aqueles que acreditam na eficácia do objetivismo (a realidade é algo dado, fora do observador e cabe a este descrevê-la e dotá-la de um sentido hermenêutico), como para as demais epistemologias (que não prescindem do sujeito observador ou que entendem que não faz sentido separar o sujeito do objeto).

Assim sendo, a novidade da reconstituição da função social da ciência recebe outro tratamento nos últimos 30 anos. Uma de suas teses é de que há uma forte interação entre questões produzidas pela cultura e a evolução



conceitual da ciência no interior da própria cultura (Prigogine, Wallerstein, Burke, Boaventura de Sousa Santos, entre outros). Parece ser esse o ponto que deriva do debate sobre meio ambiente e desenvolvimento.

O desenvolvimento da ciência e da técnica depende dos contextos histórico-sociais, marcados pelos conflitos de ordem econômica, política e cultural. Algumas questões éticas e políticas que emergem dos usos da técnica são as seguintes: se modernização e tradição são incompatíveis; como definir prioridades científicas sem levar em conta os sujeitos da ação histórica e suas respectivas culturas; ou em nome de quem e de quê são decididas políticas científico-tecnológicas, suas prioridades e investimentos.

Informados desse debate e pensando em uma epistemologia socioambiental crítica, pluralista, híbrida e, portanto, diversa, não podemos operar sem uma teoria que englobe o entendimento da linguagem, do sujeito (para Alain Badiou, (2002, p. 45) “[...] um sujeito é primeiramente aquilo que fixa um evento indecível, porque assume o risco de decidi-lo.”) e do evento histórico-cultural (como um campo de disputas pela construção de sentidos práticos e simbólicos, nas interfaces da sociedade com a natureza).

Assumir o risco da decisão, enquanto sujeito que pretende decidir, não ocorre em qualquer circunstância, pois a escolha está condicionada pela ética em defesa da vida e do respeito ao outro; esse outro é sobretudo a natureza. Assim também ocorre na decisão dos atores, quando escolhem os meios de como viver em sociedade e com a natureza. Dessa maneira, para operar com um novo registro epistemológico sobre a relação sociedade-natureza, é necessário reorientar os usos do conhecimento sobre as interações que as ciências da vida, da natureza e da sociedade estabelecem com as disciplinas humanas e sociais.

Mas isso não basta, apesar de esse procedimento exigir igualmente mudanças nas práticas institucionais e nas condutas dos pesquisadores, docentes e discentes, dando suporte a uma nova cultura científica.

Contudo, o conhecimento acadêmico-científico é apenas um dos elementos dessa longa cadeia de conexões. Importante desde logo, mas que



deve saber ir além do exercício intramuros, aproximando-se de outros sistemas de conhecimento e de práticas socioculturais. Em especial, aproximando-se daqueles que possuem uma longa tradição de coexistência de gestão dos recursos naturais e de sua reprodução, em condições tais que não colocam em risco esses recursos nem as formas de organização social e os diversos estilos de vida que emergem dessas interações.

As ciências humanas e em especial as sociais, herdeiras das matrizes disciplinares positivistas do século XIX, criaram uma tradição de objeto e de método vinculada com a ideia de que basta ter um objeto (como propriedade particular de cada uma das disciplinas) e um método (os instrumentos de produção intelectual desenvolvidos ao longo de sua constituição disciplinar). Assim, elas esquartejaram, por assim dizer, a realidade, em benefício da apropriação hermenêutica de cada uma das disciplinas de conhecimento. Essas disciplinas acabaram por legitimar-se e instituir-se nas agências públicas estatais e privadas, em universidades principalmente, mas não exclusivamente, uma vez que a cartografia das disciplinas é ensinada desde o início da formação escolar, as quais são distribuídas em ciências humanas, sociais, tecnológicas, da natureza, da vida, além das chamadas ciências sociais, naturais e tecnológicas aplicadas.

O longo caminho percorrido por essa maneira de dividir e difundir as ciências subordinou e diminuiu os outros sistemas de conhecimento e de saberes, confinando-os em domínios separados e reproduzindo o sentido que as ciências consideradas normais e dominantes acabaram por desenhar para si mesmas. O que consideramos aqui como a cartografia dos conhecimentos legitimados e dominantes.

Boaventura de Sousa Santos (2010, 2016) é um dos primeiros a analisar e criticar esse modelo cartográfico do conhecimento, estabelecido pela modernidade ocidental, crítica esta antecipada já desde os anos 60 por filósofos e epistemólogos da ciência, tais como Foucault (1966) e Piaget (1967).

Ora, para efeito de nossa apresentação e discussão desse problema, aplicado a estudos de populações tradicionais e de seus saberes e práticas culturalmente arraigadas, os desafios são diversos, especialmente em estudos



socioambientais de caráter interdisciplinar. Assim, encontramos a necessidade de responder a tais desafios a partir dos seguintes elementos:

1) uma crítica que fundamente a produção do conhecimento de atores sociais apresentados pelas ciências como detentores de saberes e práticas desvalorizados, para não dizer, menores e inválidos;

2) uma crítica aos métodos empregados pelas agências legitimadas de produção do conhecimento, cuja soberania advém de epistemologias objetivistas, sob o domínio do observador privilegiado da realidade, mesmo e sobretudo quando considera fenômenos histórico-sociais e naturais alheios à suas experiências de vida cultural; neste exercício é comum deixar de lado o entendimento, a percepção, os valores, os discursos e as racionalidades dos sujeitos analisados, impondo uma interpretação externa, do próprio observador, imune ao diálogo e ao olhar do outro⁴.

3) um exercício criativo em conceber metodologias híbridas que contemplem os temas e os sujeitos pesquisados como parceiros da investigação. Nestas, suas visões, entendimentos e práticas voltadas ao tema de estudo referem-se fundamentalmente a experiências de vida insubstituíveis e a formas de designar e perceber a realidade abordada como genuinamente indissociáveis do cotidiano e da história cultural dos indivíduos e dos coletivos considerados como pertencentes ao modo de vida das comunidades e ecossistemas estudados.

Assim como a pluralidade e a diversidade são características da realidade e de que esta deve ser assim considerada para efeito de análise, também nos enunciados da ciência e dos saberes plurais parte-se da ideia de que existem diversas epistemologias ambientais e que esta diversidade deve contemplar a pluralidade cognitiva, valorativa e prática das situações em que se está

4. Uma pergunta que deriva desde o lugar da enunciação de uma teoria é de se é possível elaborar uma teoria social que pretenda ser objetiva e neutra em termos de valores e o que conformaria um sistema de pensamento que pudesse erigir-se desde um lugar capaz de manter equidistância de teorias rivais, a exemplo de um juiz de futebol ou de boxe que tenta manter as mesmas regras do jogo para ambos contendores. Diferentemente de um juiz que busca coibir as violações das regras, o intérprete de uma determinada situação histórica, política, econômica, cultural, tecnológica, ambiental, etc. não poderá furtar-se de identificar que aquilo que seria uma regra do jogo não foi elaborado fora do contexto no qual se dá determinado enfrentamento entre diferentes atores e teorias, ou seja, que essas regras decorrem das condições sociais que as fizeram valer de uma determinada forma, anulando assim qualquer tentativa de erigirem-se em regras objetivas e neutras, desinteressadas e anódinas. Na eventualidade de um autor assumir uma posição que reivindique total equidistância dos fenômenos, a quais critérios responderia tal tomada de posição? Uma justificativa semelhante é possível identificar na posição dos meios de comunicação que assumem ser a informação ou a notícia destituída de qualquer pretensão valorativa: informa-se apenas o que acontece e cada um tira suas próprias conclusões! A informação não deixa de ser uma construção ou um artefato de parte daqueles (sistemas, instituições ou indivíduos) que enxergam e produzem os sentidos do mundo de determinada maneira!



operando, para efeito da produção do conhecimento.

As epistemologias, no entanto, são produtos de uma ação cognitiva e valorativa que emergem de contextos históricos e culturais. Aquelas consideradas como logocêntricas erigem seus referenciais centrais nas ciências, especialmente as que foram se construindo na moderna tradição europeia em que prevalece a racionalidade científica e que se distancia dos discursos filosóficos e religiosos. Suas matrizes vinculam-se principalmente aos protocolos das ciências experimentais.

Alternativamente, mas em fase de constituição, encontramos as epistemologias socioambientais consideradas críticas, alternativas, à margem, híbridas, plurais ou diversas. Elas dependem do diálogo com saberes culturais e com críticas políticas aos usos das ciências dominantes, tais como as tecnociências e as ciências corporativas e disciplinares. Elas têm forte incidência nas epistemologias do Sul, nas teorias da descolonização do pensamento e do poder.

Um dos desafios presentes no questionamento dessas epistemologias é o de saber ou o de pretender estabelecer algumas pontes de diálogo entre estes polos antípodas. Partindo-se igualmente de temas diversos de pesquisa, não usuais ou não convencionais, oriundos de uma sociologia das ausências (tais como os sujeitos subalternos, sua criminalização, a possibilidade de empoderamento democrático desde a subalternidade, e a (in)justiça ambiental, as mudanças climáticas e as diversas formas de conceber os sujeitos cognoscentes), permanece a interrogação de se é possível pensar desde as margens do sistema hegemônico para pensar e experienciar alternativas.

Indagam-se alguns (MIGNOLO, 2004; DE SOUSA SANTOS, 2005) a respeito dos temas que informam e influenciam o debate epistemológico contemporâneo. Indagam-se também a respeito da possibilidade de um diálogo fecundo entre as epistemologias logocêntricas, fortemente marcadas por concepções e autores centrados na modernidade nórdica (européia e norte-americana) e de outras epistemologias híbridas e culturais (as chamadas epistemologias do Sul)⁵.

5. Por «epistemologia do Sul» eu entendo uma nova produção e avaliação dos conhecimentos ou saberes válidos, científicos ou não. Entendo da mes-



É bem verdade que não bastam as intenções de dialogar. É necessário ainda localizar dispositivos capazes de promover e ampliar esse diálogo entre concepções não só diversas, mas muitas vezes até antagônicas. Estamos aqui considerando especialmente os temas de pesquisa que nos movem em direção aos debates sobre natureza, sociedade, desenvolvimento, ciência e cultura, articulados com a grande discussão dos últimos 30 anos que está voltada para as questões socioambientais.

O colonialismo terminou enquanto relação política mas não enquanto relação social, permanecendo sob a forma da colonialidade do poder. Nas relações entre o Norte e o Sul, entre o centro e as periferias do sistema mundial, a colonialidade do poder é, desde o século XIX e hoje mais do que nunca, um efeito da colonialidade do saber científico (DE SOUSA SANTOS, 2005, p. 100).

A respeito dessa aproximação entre diferentes epistemologias, a pergunta que subjaz a essa tentativa refere-se ao papel de interrogar a eficácia e o alcance dos modelos eurocêntricos dos 'universais' presentes nos enunciados teóricos dos modelos hermenêuticos. É importante ouvir alguém que se coloca questões próximas a esta problemática e que busca combinar experiências de pensamento com experiências de vida, como é o caso do antropólogo francês Philippe Descola (2014), que aproximou modelos teóricos e experiências culturais diferentes das suas origens:

Os conceitos familiares que manipulamos cotidianamente na Europa, tais como 'sociedade', 'natureza', 'cultura', 'história', 'arte' ou 'civilização', não possuem equivalente na maior parte das outras línguas do mundo. Esses conceitos têm sido muito eficazes para permitir às ciências sociais nascer e compreender a civilização europeia, mas não podem em nenhum caso ser projetados sobre civilizações diferentes, uma vez que eles deformam a maneira pela qual essas civilizações se concebem e as maneiras de como compõem os mundos. A análise

ma maneira, novas relações entre diferentes tipos de saber, sobre a base das práticas das classes e dos grupos sociais que têm sofrido sistematicamente desigualdades e discriminações devidas ao capitalismo e ao colonialismo. O Sul não é pois, um conceito geográfico, mesmo se a grande maioria das populações implicadas vivem no hemisfério sul. Trata-se mais de uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo e pelo colonialismo em escala mundial e da resistência que visa à superação ou à sua atenuação. Em consequência, existe um Sul anticapitalista, anticolonial e anti-imperialista. Este Sul existe da mesma maneira no Norte, sob a forma de populações excluídas, reduzidas ou silenciadas e marginalizadas, como os migrantes sem documentos, os desempregados, as minorias étnicas e religiosas, as vítimas do sexismo, da homofobia e do racismo. (DE SOUSA SANTOS, 2010, p. 38-39).



das diferentes maneiras de compor um mundo – o que eu definiria hoje como sendo o objeto da antropologia – tornou-se meu tema de pesquisa. Compor um mundo não é realizar uma representação de um mundo já presente e sobre o qual existem tantas visões e representações diferentes como culturas; não pode ser uma representação desse tipo, uma vez que este mundo presente não existe, pois ele não está em parte alguma e não pode ser descrito. Compor um mundo é uma maneira de perceber, de atualizar e de detectar (ou não) as qualidades de nosso meio e as relações que nele são criadas [...] (DESCOLA, p. 29-30, 2014).

Em um de seus mais recentes livros, Boaventura de Sousa Santos (2016) propõe aproximar o conhecimento ocidental com os demais saberes, por meio da tradução que consistiria nos seguintes procedimentos: indicar, pela ecologia dos saberes, como discursos ou racionalidades desviantes, por exemplo, de Nicolas de Cusa e de Blaise Pascal, nos albores da modernidade emergente, esboçaram resistência ao que ele vai chamar de pensamento ortopédico, instrumental ou experimental, e que se proclama universal ao excluir qualquer outra possibilidade de conhecimento, menos a sua, evidentemente, considerada válida como racionalidade científica; já mais recentemente, Walter Benjamin colocava em xeque a racionalidade ocidental moderna por meio da crítica à ideia de progresso e de universalismo que está no coração da teoria da história e da modernidade ocidentais.

Diante de uma diversidade de estratégias interpretativas, em que se confrontam diversos conhecimentos e saberes oriundos de epistemes diferentes, temos assim a possibilidade de interpretar fenômenos socioculturais e socioambientais de maneira distinta: uma, por exemplo, que apregoa ou que parte da centralidade da ciência moderna como paradigma hermenêutico, capaz de submeter os critérios de validade e de tomada de decisões a partir daquilo que nos diz a racionalidade tecno-científica. Contudo, no interior dessa posição, há situações e posições discordantes, uma vez que se deve notar uma razoável diversidade epistêmica a respeito do que se entende por conhecimento científico, uma assimetria na legitimidade e uma hierarquia entre as diversas áreas de conhecimento. Por outro lado, observamos também uma certa epistemologia contestadora que é crítica à monocultura do saber





científico, abrindo espaço para a emergência de um pensamento híbrido, complexo e multiverso, cujas premissas partem do diálogo e da ecologia dos saberes, (LEFF, 2004; DE SOUSA SANTOS, 2010) bem como da ecologia das práticas (STENGERS, 2002).

Tão importante quanto identificar apenas obstáculos na escala macro de uma cultura acadêmica, é acompanhar os obstáculos epistemológicos em escala micro, isto é, no exercício interior das próprias disciplinas e dos seus arcabouços teórico-metodológicos. Somos assim defrontados com a necessidade de romper os limites das próprias disciplinas, contaminadas por preconceitos quando se defrontam com temas considerados marginais e menores em relação ao estabelecido.

Neste sentido, na área do direito, temos um importante relato que corrobora o anterior. Shiraishi Neto (2016) recomenda que é necessário adotar uma postura bachelardiana, de preparação do espírito científico, para estudar, ensinar e aprender o pensamento jurídico latino-americano aplicado aos direitos coletivos indígenas e às populações tradicionais, fora dos ensinamentos do eixo eurocêntrico ou nórdico. Isso quer dizer despir-se dos preconceitos, além de desnaturalizar e redefinir categorias de análise, tais como Estado de Direito, Direitos Humanos, Democracia, Desenvolvimento, importadas das Metrôpoles e aplicadas mecanicamente na Periferia⁶.

Com esta perspectiva, é possível lançar as bases de uma epistemologia híbrida, crítica e plural em que não se reconhece apenas uma cultura sistêmica dada, mas o próprio exercício cotidiano da produção do conhecimento. Procede-se assim a fim de incorporar a diversidade temática ou o pluriverso dos sentidos do mundo, visibilizando o que as epistemes estabelecidas desconhecem ou desvalorizam devido ao receituário pronto e fechado que as conduzem.

Outras modalidades híbridas de aproximação e de produção de novos conhecimentos desafiam as instituições que se dedicam à pesquisa. Entre elas contam os programas de pós-graduação interdisciplinares que promovem o

6. Em outras palavras, os alunos necessitavam se 'despir', eliminando os seus preconceitos, bem como colocando em 'suspensão' noções tomadas indistintamente, num desconhecimento das suas implicações aos povos indígenas dos países da América Latina (SHIRAIISHI NETO, 2016, p. 15)



diálogo entre as ciências da natureza, da vida e da sociedade. Mais do que isto, o desafio é o de transpor as fronteiras dos conhecimentos acadêmicos, promovendo um diálogo cooperativo e fértil com os demais saberes da natureza, e principalmente com aqueles sujeitos que são tratados apenas como objeto de pesquisa mas que podem aportar inúmeras vantagens ao trazer para os conhecimentos catalogados como científicos aqueles que se originam de uma longa história de experiências no trato de saberes vernaculares com e sobre a natureza⁷.

O contexto latino-americano do qual emerge a discussão sobre subalternidade, modernidade periférica e socioambientalismo

A fundação da CEPAL, na metade do século XX, inaugura a intenção de formular um pensamento genuíno para a América Latina. Ela partia do diagnóstico da estrutura heterogênea das economias latino-americanas, em que coexistiam setores mais avançados ao lado de outros atrasados e de subsistência. Eram economias especializadas em exportar alguns poucos produtos primários, com alguns enclaves modernos. Dessa maneira, resultavam relações assimétricas entre um centro, ocupado pelos países industrializados, e uma periferia composta pelos países em desenvolvimento.

Já no início dos anos 60, emergiam críticas à centralidade econômica do desenvolvimento. Alguns documentos insistiam em separar desenvolvimento de crescimento, aspectos qualitativos dos quantitativos, abrindo-se espaço para questões sociais e culturais e não apenas econômicas.

Alertava-se ainda para os efeitos do crescimento econômico sobre a urbanização, a migração ou o aumento de automóveis, bem como as distorções da concentração de renda, a produção da marginalidade social, a modernização da agricultura pela mal apelidada revolução verde e a conseqüente dissolução das formas de produção camponesa. Esses efeitos eram considerados como limites sociais ao crescimento.

As teorias do desenvolvimento expressavam assim uma visão reducionista

7. Existem alguns programas de pós-graduação no Brasil que inauguraram pioneiramente um diálogo intercultural, da mesma maneira que no Chile, na Colômbia, Bolívia, Equador, México e Guatemala.



e a-histórica da realidade, na contramão das teorias que pleiteavam ampliar o horizonte de análise. Não se falava ainda em teorias holísticas, da complexidade; apenas se mencionava a teoria dos sistemas.

Nesse sentido, pode-se considerar que as teorias da dependência introduziram novidades interpretativas, concebendo o subdesenvolvimento como produto do próprio desenvolvimento e em boa medida resultado do colonialismo e do imperialismo. O capitalismo, como sistema econômico, político e cultural, havia produzido as assimetrias no comércio internacional e como tal freava o próprio progresso para a periferia do sistema-mundo, tão caro à sua própria ideologia. Esse processo era e é por excelência histórico.

Embora todas essas posições heterodoxas criticassem fortemente a marcha do desenvolvimento em seu tempo, de todas as maneiras repetiam ideias básicas, como a importância do crescimento econômico enquanto expressão do progresso material.

Em geral, outorgavam um grande papel para a industrialização, reclamavam maior eficiência na apropriação dos recursos naturais, centrando o debate em supostos benefícios, as assimetrias nas relações internacionais entre os países, a propriedade dos meios de produção, etc. Não se questionavam as ideias de avanço, atraso, modernização ou progresso ou a necessidade de aproveitar a riqueza ecológica da América Latina para alimentar esse crescimento econômico.

Assim, na América Latina, as estratégias desenvolvimentistas expressam historicamente diferentes níveis de contradição em relação ao modelo exportador extrativista. Enquanto no passado eram feitas restrições ao modelo primário exportador, pois o mesmo freava a capacidade de industrialização, no presente a exportação de matérias primas e o neoextrativismo são festejados. A subordinação comercial às empresas transnacionais, a globalização e a governança mundial são aceitas e incentivadas por diversos governos, mesmo os progressistas.

Na pista do pensamento crítico decolonial, da racionalidade ambiental e das epistemologias do Sul que questionam as bases ideológicas do



desenvolvimento e não se obrigam a propor outro desenvolvimento mas de distinguir desenvolvimentos alternativos de alternativas ao desenvolvimento, surge assim o debate em torno do posdesenvolvimento, o qual demonstra proximidade com os sujeitos subalternos, os povos autóctones ou originários. Suas racionalidades não se inscrevem na ideologia do progresso. Seus saberes e suas cosmovisões sobre o *buen vivir* e o conviver com a natureza permitem construir alternativas ao desenvolvimento.

Também como fonte inspiradora dessa alternatividade está a construção do pensamento feminista, em especial do ecofeminismo, da economia solidária e da economia do cuidado.

Neste caso, é ocioso entrar no debate da sustentabilidade, o qual é polissêmico e território de disputas de sentido, tanto pelos atores hegemônicos como pelos subalternos. O termo é utilizado indistintamente para a sustentabilidade econômica, para a social e para a ecológica. Embora a constituição dessa designação respondesse a um debate entre diferentes concepções de ecologia, de necessidades e de cultura, também acaba sucumbindo às ideias de crescimento econômico, quando formulado pelos atores vinculados ao modelo capitalista hegemônico.

Cabe ainda nesta seção uma pequena digressão sobre o debate, embora inconclusivo, a respeito dos aspectos culturais de uma modernidade que se instala em sociedades multiétnicas, interculturais e plurinacionais. O antigo debate sobre modernidade em oposição à tradição tende a simplificar e a obscurecer o significado dessas oposições, utilizando-se de um reducionismo economicista ou de estilos de vida urbano-industrial para considerar a predominância de um sistema (da modernidade) sobre os demais (não industriais e não urbanos).

Em termos mais simples, alguns autores (principalmente Eric Hobsbawm e Anthony Giddens) consideram que as tradições são sempre reinventadas, de tal maneira que por definição transparece nelas uma espécie de resiliência nas dinâmicas de diálogo com outras formas culturais. Se este princípio é válido desde o que se considera como tradição, o mesmo se pode dizer desde a não-tradição ou daquilo que pode ser considerado como moderno, pois este se



apropriada de processos culturais já existentes.

Estabelece-se uma dialética entre diferentes sistemas de organização social, que se condicionam reciprocamente e se articulam em diferentes escalas espaciais e temporais. Contudo, essa reciprocidade não significa que as relações de poder entre esses sistemas sociais sejam simétricas e que não ocorra imposição de mecanismos políticos, econômicos, culturais e tecnológicos dos sistemas organizados de mercado capitalista sobre os demais, menos organizados ou desorganizados. Mesmo assim, é possível identificar resistências e respostas diferentes por parte de populações pertencentes a sistemas sociais periféricos, as quais desenvolvem estratégias próprias e coerentes com os recursos culturais e políticos, de acordo com a capacidade de resposta que cada um desses sistemas alcançou.

Édouard Glissant (1997), escritor e ensaísta literário da Martinica (1928-2011), oferece uma reflexão e uma contribuição importante para se pensar a cultura da diferença a partir da ideia de fissura, ou greta, da qual emerge a criatividade dos povos, contra a mimese da cultura do outro, geralmente imposta. O autor parte da ideia de identidade múltipla ou identidade de raiz, aberta ao mundo e colocada em contato com outras culturas.

Diversos autores – Quijano, Escobar, Glissant, Bahba, Hountondji, Hall... – tem dispensado uma reflexão teórica sobre temas culturais, tais como os estudos pós-coloniais ou epistemologias do sul, a partir do surgimento, nos anos 1990, do debate em torno da globalização e dos estudos sobre novos sujeitos. Esses estudos incluíam os mais variados sujeitos subalternos, imersos e incorporados às questões de etnicidade, sexualidade e gênero; também sujeitos envolvidos com a questão das identidades, além de outros sujeitos políticos. Esses estudos também se preocupam com a questão da tomada de consciência e com a posição de subalternidade periférica, no espaço de construção de alternativas, tais como os opositores da globalização, os movimentos de emancipação (zapatistas) e o indigenismo andino (que reivindica sua condição de povos originários), além dos movimentos dos sem terra no campo, dos agroecológicos e dos sem teto das cidades, etc.

Da mesma maneira que as racionalidades dominantes não são unívocas,



isto é, podem ser lidas, entendidas e sentidas de diversas maneiras, as racionalidades subalternas também são polissêmicas e contraditórias. Entendendo-as dessa forma, é possível subtrair alguns componentes de demonização das primeiras e de essencialização das segundas.

No caso do ressurgimento dos valores etnoculturais indígenas, esses elementos podem ser captados através de textos literários e políticos, que expressam resistências, mas também capitulações e derrotas. No caso das populações tradicionais, mas principalmente das identidades indígenas, podem ocorrer movimentos de desetnização como de reetnização dos sujeitos, movimentos esses que ao mesmo tempo se opõem e se complementam de maneira assimétrica, respondendo a estratégias subalternas de sobrevivência mutantes.

Para que sejam geradas racionalidades híbridas e neste caso de produção de identidades mestiças, é necessária a reunião ou acumulação de forças simbólicas, corporificadas em textos e discursos capazes de gerar alguma vantagem no cenário de uma modernidade nacional e global, negadora até pouco tempo da imagem do indígena ou indígena-mestiço subalterno⁸.

Para situações de outros sujeitos subalternos que enfrentam a questão do estigma da raça, como os afrodescendentes, a situação é semelhante. No caso em que a questão da etnicidade não se coloca como primordial, permanece, contudo, a tentativa de assimilar, negar ou invisibilizar tanto a diversidade cultural e as formas de vida e de convivência com a terra, como os territórios das inúmeras populações que compõem o mosaico latino-americano das populações da floresta, rios, mares, montanhas, campos e cidades.

As racionalidades subalternas nutrem-se assim do jogo recíproco com outras racionalidades, inclusive oriundas das matrizes dominantes, mas em certo sentido diminuídas e desvalorizadas. É desse jogo que podem emergir novas racionalidades híbridas, nas quais é possível observar que uma nova política também é possível, pela condição de reinventar-se a partir de sua própria tradição. Assim, é importante considerar a cultura das populações tradicionais como um princípio condutor de afirmação de identidades e não

8. A esse respeito, consultar Torres Mansilla (2012)



como reflexo de uma história que passou.

Ressignificação das categorias de território, subalternidade e diálogo de saberes e revalorização das chamadas culturas marginais das populações tradicionais e originárias

As designações de povos, comunidades e populações tem significações diferentes quando analisadas pelo olhar jurídico bem como por interpretações acadêmicas. Ora são designados por povos indígenas e outras populações tradicionais para diferenciá-los uns dos outros, por conta de arcaouços jurídicos distintos, ora são considerados como uma entidade única⁹.

A Convenção no. 169, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª. Conferência Internacional do Trabalho, em 1989, constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. Destacam-se os seguintes tipos de reconhecimento por meio dessa Convenção: consideram-se indígenas pelo fato de descenderem de povos da mesma região geográfica da época da conquista ou da colonização e de conservarem suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas; é reconhecida a autoidentidade expressada pelos próprios indígenas; deve ser garantida a consulta e a participação desses povos em definir suas próprias prioridades; garantia no uso da expressão povos, sinônimo de identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam, com direito de posse e propriedade (RAMOS; ABRAMO, 2001).

Segundo Barrera-Bassols e Floriani (2016, p. 10), pode-se considerar que os territórios tradicionais latino-americanos possuem similaridades em termos de organização, com os seguintes aspectos socioculturais: 1) formas de apropriação da paisagem e uma íntima relação de dependência com a natureza, com práticas e usos dos ecossistemas em regime coletivo dos bens naturais; 2) usos múltiplos e diversificados de seus bens patrimoniais territorializados, em forma de reciprocidade e comunalidade, que animam

9. "Na literatura internacional em inglês frequentemente se utilizam os termos *indigenous people*, *native people*, ou ainda, *tribal peoples* e, em espanhol, *pueblos originários*. No debate brasileiro sobre áreas protegidas, a definição desses termos é alvo de inúmeras polêmicas e controvérsias históricas." (FERNANDES-PINTO, 2017, p. 35).



um diálogo complexo em busca da resiliência sagrada e secular; 3) formas de resistência e adaptação ao processo de territorialização do modo de produção capitalista sobre realidades rurais, com rearranjos socioterritoriais que repercutem nas representações, práticas e saberes sobre a natureza.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*, adota uma definição abrangente e considera esses grupos como culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, Artigo 3º).

Como resposta ao processo de modernização do mundo rural, esses novos atores sociais do campo figuram como novos sujeitos de direito e reivindicam ao Estado e à sociedade uma ruralidade enquanto modo de vida alternativo. Isso acontece um pouco na perspectiva, indicada por Escobar (2014), de forjar alternativas ao desenvolvimento e não de desenvolvimento.

No caso do Brasil, constituiu-se pelo Estado uma Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada por decreto em 13 de julho de 2006, mas fruto de uma longa trajetória de lutas e reivindicações desses sujeitos coletivos. A CNPCT tem como objetivo implementar uma política nacional especialmente dirigida para tais comunidades. Tal Comissão é constituída por representantes de 15 povos e comunidades tradicionais, a saber: povos indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, ribeirinhos, quebradeiras de côco babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, castanheiros, povos dos faxinais, geraiseiros e dos fundos de pasto. Também é constituída por 15 representantes de órgãos e entidades da administração pública federal, cabendo ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a presidência da Comissão, e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) a Secretaria Executiva.

Uma leitura linear dessas conquistas pode esconder as facetas ocultas do poder hegemônico, implementadas por grupos de interesse oligárquico



e corporativo, conforme se menciona em seguida, para o caso brasileiro. Passados já mais de dez anos da assinatura do Decreto no. 6.040 e levando em consideração uma série de retrocessos na garantia dos direitos dessas populações, desde 2016, com o incremento de assassinatos de lideranças comunitárias a mando de latifundiários e grileiros, é de se interrogar o custo desse retrocesso para a segurança e a integridade dos territórios dessas populações¹⁰.

O ano de 2016 já entrara para a história recente como o que registrou o maior número de mortes por disputas no campo nos últimos 13 anos. Foram 61 vítimas fatais. A brutalidade dos conflitos na primeira metade desse ano anunciam que 2017 pode ser ainda pior. ‘Vemos no Brasil rural um acirramento do conflito que sempre esteve presente na história do país’, diz Jurema Werneck, diretora-executiva da Anistia Internacional no Brasil.

Quase um milhão de pessoas envolveram-se em mais de 1.500 conflitos por terra, pela água ou trabalhistas, segundo o relatório de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2016. Recorde brasileiro desde 1985, o número é equivalente à quantidade de sírios em deslocamento interno em decorrência da guerra civil. Parte da culpa pela escalada da violência está na ausência de ações por parte do Estado. Ou pior: nas ações que fortalecem apenas um lado da disputa, os proprietários rurais. (REPÓRTER BRASIL – CAMPO EM GUERRA. Disponível em: <<https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/aumento-da-violencia-no-campo>> Acesso em: 24 set. 2017.

As ciências sociais trataram de diferentes maneiras as questões dos conflitos do campo, tanto no Brasil como em outras regiões latino-americanas.

10. Em primeira página, a Folha de São Paulo, de domingo, dia 24 de setembro de 2017, estampa a seguinte manchete: Temer privilegia conservadores e empresariado. Maioria das reivindicações da indústria e dos ruralistas avança no atual governo, que nega haver favorecimento. A matéria continua: “Nos 16 meses do governo Michel Temer (PMDB), demandas do empresariado e de setores que defendem posições conservadoras tiveram avanço significativo no Executivo e no Congresso. Assim que assumiu, em maio de 2016, Temer recebeu uma pauta de reivindicações dos empresários e dos ruralistas, dois segmentos que apoiaram o impeachment da petista Dilma Rousseff. A Confederação Nacional da Indústria mandou 36 propostas ‘para o Brasil sair da crise’ – 29 avançaram. Os ruralistas enviaram 17 prioridades, sendo 13 atendidas. Entre os interesses desses dois setores estão a reforma trabalhista, a regulamentação da terceirização e a lei de regularização fundiária. As bancadas da bala (segurança) e a evangélica também elogiam o governo. Diretor do Diap (que reúne 900 entidades de trabalhadores), Antônio Augusto de Queiroz afirmou que a gestão Temer integra arranjo ‘em torno da agenda neoliberal’, menosprezando a correção de ‘desigualdades regionais e de renda’” (FOLHA DE SÃO PAULO, domingo, 24 de setembro de 2017, p. 1).



Esse tratamento dependia da matriz teórica e interpretativa da qual emergiam as diversas leituras relacionadas com os processos de modernização da agricultura e dos usos dos territórios. O entendimento que alguns analistas (críticos ao modelo de capitalização do agro) tinham, era da predominância da expropriação e da violência decorrentes da transformação das relações sociais capitalistas na agricultura (VEIGA, 2007; MARTINS, 1980)¹¹.

Assim, no transcorrer do tempo em que diversas análises sobre esse fenômeno foram se confrontando a visões mais deterministas e economicistas – não que os aspectos estruturais do capitalismo deixassem de ser considerados por essas visões –, o próprio significado da questão fundiária e da terra, por exemplo, derivou para uma discussão mais ampliada e sofisticada, como sugerem várias leituras sobre os conceitos de território, de campesinato¹² e de novas ruralidades.

O que nos interessa ressaltar aqui a propósito dos usos de certas categorias de análise, tais como as que escolhemos (território, subalternidade, diálogo de saberes) para apresentar e discutir neste texto, é que as mesmas não se referem apenas a definições ou a atributos formais – à revelia dos contextos em que os sujeitos da ação histórica vão tecendo suas próprias estratégias identitárias, no enfrentamento aos obstáculos de seus adversários diretos, agentes privados ou estatais –, mas também a possíveis alianças de apoio a suas lutas, de grupos e instituições capazes de desenvolver ações de denúncia e de solidariedade.

Dessa maneira, a categoria de subalternidade não corresponde a uma posição definida e muito menos definitiva de atores, grupos, comunidades ou indivíduos, os quais costumam ser relegados antecipadamente à condição de oprimidos e de inferiorizados, pelo fato de serem estigmatizados como

11. “Há alguns anos, quando se tratava de explicar os mecanismos socioeconômicos da modernização agrícola no Brasil, a ênfase posta naquelas análises era sobre a destruição das formas não capitalistas de produção, radicalizando os aspectos da exclusão camponesa e da expropriação de suas terras, na transformação das relações sociais de produção no campo com o assalariamento da mão-de-obra. Os efeitos dessa modernização efetivamente ocorreram, sua brutalidade tem sido já amplamente analisada, [...] mas o campesinato, a agricultura familiar e as populações tradicionais continuam (r)existindo de diversas maneiras.” (FLORIANI et al., 2014, p. 75).

12. Os estudos sobre campesinato constituem por si sós um imenso capítulo que mereceria especial atenção, inclusive levando em conta sua periodização, isto é, com diferentes ênfases nas abordagens ao longo de sua história: desde os estudos clássicos de comunidades de Antonio Cândido e Maria Izaura Pereira de Queiroz, até os novos estudos de ruralidade de Maria Nazareth Baudel; movimentos sociais do campo, conflitos socioambientais, com Alípio Brandenburg e Angela Damasceno Ferreira; e muitos outros autores (BONI, 2015; DUVAL, 2015; SANT’ANA, 2012). Devido à extensão dessa abordagem e à ênfase nos temas centrais deste texto, não será possível enveredar por este caminho.



indígenas, negros, pobres, etc. O que é capaz de revelar sua capacidade de autoreconhecimento, como sujeito de uma ação coletiva, é justamente sua ação política. Esta lhes permite organizar-se, expressar-se publicamente e demarcar sua condição e posição social, o que os torna capazes de assumir sua condição ou sua capacidade de escolha de um lado ou de um lugar e de decidir¹³.

Consideram-se subalternos, grupos e categorias sociais que pertencem historicamente a um sistema de subtração ou de destituição de sua condição original – expropriação dos territórios, privação da liberdade, integração forçada ao Estado Nacional, como é o caso das populações indígenas, das demais populações tradicionais, dos sem terra e dos afrodescendentes. Contudo, como dito acima, a subalternidade não é destino, mas uma condição passível de superação, quando os atores assumem uma nova condição de sujeitos por meio da ação política (FLORIANI, 2016).

Em certo sentido, as categorias de análise só ganham em densidade e capacidade explicativa quando expressam justamente o movimento realizado pelos agentes e os eventos por eles produzidos. Também ganham ao ressignificar e ampliar o sentido de determinados conceitos ou noções, tais como os de território, que vão além da simples ideia de terra. Assim tais conceitos e noções ganham uma plasticidade e complexidade investida de significados mais abrangentes, incorporando dimensões novas, ausentes em outras representações e definições.

Vejamos, então, como a categoria de território pode assumir distintas qualificações, cuja ampliação semântica corresponde à possibilidade de tradução de um sistema socioambiental e político e pela qual a dinâmica complexa é tecida por diferentes atores e em circunstâncias históricas definidas¹⁴. O objetivo aqui não é de ser exaustivo na reconstituição do debate sobre a gênese do conceito de território e sua relação com o espaço, tema este

13. Paco Gómez Nadal (2015), em seu formidável livro sobre Indios, Negros y Otros Indeseables: Capitalismo, racismo y exclusión en América Latina y el Caribe, apresenta uma série de atos e atitudes de resistência desses atores subalternos.

14. Todo conceito tem sua história e seu campo analítico construído por teorias que muitas vezes se opõem e se complementam. No caso do Brasil, em relação ao debate sobre território, deve-se render homenagem a um dos epígonos da geografia contemporânea, Milton Santos, para quem “[...] o espaço geográfico se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê?” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 11).



que a geografia contemporânea assumiu como central em sua discussão¹⁵.

Constituído por uma diversidade semântica e, por consequência, de múltiplos usos, a categoria território, possui diversos desdobramentos e se articula de maneira diferenciada, segundo o tema ao qual pretende ser aplicada (povos tradicionais, espaço do capital, sustentabilidade, atores subalternos, territórios da diferença, etc.).

Contudo, os fundamentos teóricos da ressignificação recente desse conceito dependem da matriz epistêmica da qual emerge, de acordo aos vínculos que determinados autores fazem com a filosofia e a história da ciência. Silva Prada (2016) busca fundamentar a nova concepção de território e territorialidade em oposição às visões de espaço centradas na física newtoniana, a qual percebia o espaço como uma entidade ontológica absoluta e não-relacional com os objetos. Assim, ela identifica consequências geopolíticas e econômicas do poder do Estado e dos agentes capitalistas.

Dessa forma, a história do conceito de espaço, acima mencionado, está comprometido com um significado universalista, abstrato, absoluto e homogêneo. Por isso, a geografia crítica prefere deslocar o conceito de espaço para o de território, sinalizando seu caráter relativo, dinâmico e político¹⁶.

Haesbaert (2004) reconhece a necessidade de pensar os territórios em suas multiterritorialidades. Eles precisam ser compreendidos pelo seu potencial inovador e indutor de perspectivas políticas, especialmente pelos grupos hegemônicos, uma vez que uma de suas preocupações centrais neste referido texto emerge da seguinte questão por ele enunciada: “[...] como organizar movimentos políticos de resistência através de um espaço tão fragmentado e, em tese, multi-escalar e [...] desarticulado?” (HAESBAERT, 2004, s/p.).

Território se refere tanto ao poder no sentido mais concreto, de

15. “Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias.” (RAFFESTIN, s/d, p. 2)

16. “El espacio es apropiado, dominado, gestionado y controlado, generándose así territorios múltiples. A este proceso de apropiación y de construcción sociopolítica por parte de actores se le denomina como territorialización, de carácter dinámico y conflictivo. Es igualmente importante destacar el elemento de la pertenencia. La fuerza que está implícita en los procesos de conformación territorial o territorialización estriba en la necesidad de configurar pertenencias colectivas e individuales mediante proyectos propios.” (PRADA, 2016, p. 4).





dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Partindo de Lefebvre, o autor distingue apropriação de dominação (possessão, propriedade); a posse do território seria um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do vivido, do valor de uso, enquanto que propriedade é algo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

Assim, enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, em oposição ao território unifuncional proposto pela lógica capitalista hegemônica.

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. Os movimentos antiglobalização e anti-neoliberalismo que o digam, zapatistas à frente. Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas. (HAESBAERT, 2004, s/p.).

A partir de uma perspectiva mais radical e mais centrada nas experiências das comunidades afrocolombianas (*Palenques*) do Pacífico colombiano, Arturo Escobar (2014) pensa os territórios de diferença por meio dos seguintes atributos: direito à identidade; direito ao território; direito ao exercício do ser (autonomia, organização e participação); direito a uma visão própria de futuro; identidade com a luta do povo negro no mundo.

Esses direitos ensejam assim um esquema inter-relacional centrado no *Buen Vivir* (Projeto de Vida), no Território-Região (Projeto sócio-político) e na Autonomia (Perspectiva de futuro) e que fundamenta uma nova ontologia política, em oposição à uniformidade do modelo hegemônico. Tal esquema está baseado nos seguintes aspectos (ESCOBAR, 2014, p. 85-87):



- Confronto com o modelo de sociedade de pensamento uniforme, em oposição à diversidade de visões;
- Autonomia frente à sociedade dominante, partindo da lógica cultural de grupos étnicos e de movimentos sociais;
- Contra a imposição da visão dominante de desenvolvimento, a fim de conceber diferentemente a vida e permitir a existência de outras formas de vida no futuro;
- Por um projeto de vida digno e alternativo.

Por sua vez, Paul Little (2002) identifica na antropologia a renovação da teoria da territorialidade, tendo como ponto de partida a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Ele define a “[...] territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*.” (LITTLE, 2002, p. 10). [grifo no original].

Ele também aponta as formas de regime de propriedade comum como base aos diferentes grupos sociais, definidos pelo autor como Povos Tradicionais, em torno das lutas fundiárias, a fim de localizar eixos de articulação social e política no contexto jurídico do Estado-nação brasileiro. As lutas fundiárias recebem um tratamento histórico para comprovar a importância de sua tese e ao mesmo tempo lhe permitir diferenciar de grupos sociais envolvidos em determinados territórios.

Para tanto, ele utiliza-se do conceito de cosmografia que reúne os saberes ambientais, as ideologias e as identidades coletivamente criados e historicamente situados, os quais são utilizados pelos diferentes grupos sociais para estabelecer e manter seus territórios: “[...] a cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.” (LITTLE, 2002, p. 4).

O autor reconhece a importância dos estudos que identificam os



regimes de propriedade comum desses grupos. Estes, nos últimos anos, vêm desafiando principalmente o Estado para que defina claramente políticas públicas, percebidas agora como direitos territoriais e que permitem a esses grupos construir em forma de rede uma articulação política, transformando suas lutas locais em escala nacional.

Considerações finais

Para finalizar esta seção relativa aos estudos e concepções sobre populações ou povos tradicionais, é importante mencionar que existem inúmeros trabalhos de pesquisa empírica em todo o país e no Paraná¹⁷. O que só vem a demonstrar a vitalidade dos estudos sobre este tema, denotando alguns aspectos sensíveis que vem ao encontro daquilo que foi apresentado de início e ao longo deste capítulo:

- A) de que os conceitos se renovam e se ampliam por razões epistemológicas e políticas;
- B) de que a leitura que é feita desses processos históricos depende da(s) lente(s) epistêmica(s) utilizada(s) pelos autores, isto é, quais concepções de conhecimento e de ciência são utilizadas no exercício interpretativo, conforme apresentado neste capítulo a propósito dos estudos socioambientais;
- C) de que os fundamentos das razões teóricas que os atores ou os sujeitos coletivos possuem e elaboram sobre suas próprias histórias dependem igualmente dos sistemas de práticas e de suas estratégias políticas, na constituição de suas identidades e de seu auto reconhecimento;
- D) de que a possibilidade de diálogo de saberes não se resume apenas a intercâmbios interculturais, mas também às trocas que se estabelecem entre saberes acadêmicos e culturais, propiciando assim a matéria-prima para novas ressignificações sobre o sentido que os próprios atores vão formulando sobre si mesmos e sobre o mundo no qual se inserem social e culturalmente.

Referências

BADIOU, Alain. **Para uma nova teoria do sujeito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

17. A Universidade de Ponta Grossa (UEPG) e a de Guarapuava (UNICENTRO), especialmente no campus de Irati, desenvolvem importantes pesquisas sobre os faxinalenses: sistema de vida e de produção voltado para regimes de propriedade coletiva e híbrida no sul do território paranaense. Destacam-se os estudos interdisciplinares sobre essas comunidades, coordenados pelos pesquisadores e professores Nicolas Floriani – UEPG – (2015) e Ancelmo Schörner- UNICENTRO – (s/d) além, evidentemente, de outros pesquisadores paranaenses.



BARRERA-BASSOLS, Narciso; FLORIANI, Nicolás (Orgs.). **Saberes, Paisagens e Territórios Rurais da América Latina**. Coleção bilingue Semeando Novos Rumos/Sembrando Nuevos Senderos. Rede Internacional Casla-Cepial. Curitiba: UFPR, 2016.

BONI, Valdete. O conceito clássico de campesinato e o movimento de mulheres camponesas. **Raízes**, v.35, n.1, p.132-146, jan./jun., 2015.

DALAI Lama. **O Universo em um Átomo**: o encontro da ciência com a espiritualidade. São Paulo: Ediouro, 2006.

De ALMEIDA, Alfredo Wagner. Berno. et al. **Conhecimento tradicional e biodiversidade**: normas vigentes e propostas. Manaus: UFAM, UEA/ Fundação Ford, 2008.

DESCOLA, Philippe; INGOLD, Tim. **Être au monde**. Quelle expérience commune? Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2014.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura e MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Épistémologies du Sud: Mouvements citoyens et polémique sur la science**. Paris: Desclée de Brouwer, 2016.

DUVAL, Henrique Carmona et al. Sobre o uso da teoria do campesinato na contemporaneidade. **Raízes**, v.35, n.1, p. 62-78, jan.-jun., 2015.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FERNANDES-PINTO, Érika. **Sítios Naturais Sagrados do Brasil**: inspirações para o reencantamento das Áreas Protegidas. 2017. 264f. Tese. (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, Rio de Janeiro, 2017.

FLORIANI, Dimas. As retóricas da sustentabilidade na América Latina: conflitos semânticos e políticos no contexto de 'Modernidades Múltiplas'. In: _____; ELIZALDE, Antônio (Org.) **América Latina** – Sociedade e Meio Ambiente: teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento. Curitiba: UFPR, 2016.





_____ et al. Conflitos Socioambientais: territórios, saberes, práticas materiais e gestão da natureza em populações tradicionais e com agricultores familiares do Paraná. In: RUSCHEINSKY, Aloísio; MÉLO, José Luiz Bica de; LÓPEZ, Laura Cecília. (Org.). **Atores sociais, conflitos ambientais e Políticas Públicas** Jundiá: Paco, 2014, p. 71-103.

FLORIANI, Nicolás. A Floresta e a Territorialidade Faxinalense: espaço sagrado, espaço de lutas. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE CULTURA Y EDUCACIÓN PARA LA INTEGRACIÓN DE AMÉRICA LATINA (CEPIAL). 4., 2015, Osorno, **Anais...** Osorno, Chile, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/272167609_A_Floresta_e_a_Territorialidade_Faxinalense_espaco_sagrado_espaco_de_lutas>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Les mots et les choses**: une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1966.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. PET Geografia – UFRGS, Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GLISSANT, Édouard. **Le discours antillais**. Paris: Gallimard, 1997.

LEFF, Enrique. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: significancia y sentido en la construcción de un futuro sustentable. **Polis**, Santiago, n.7, p. 1-36, 2004. Disponível em: <<http://polis.revues.org/6232>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002.

MARTINS, José de Souza Martins. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, Karl. **Critique de l'économie politique**. Paris: Union Générale d'Édition, 1972 (Coleção 10/18).

MAYR, Ernst. **Isto é biologia**: a ciência do mundo vivo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS,



Boaventura de Sousa (Org.) **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 667-709.

MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona: Gedisa, 1998.

NADAL, Paco Gómez. **Indios, Negros y Otros indeseables**: capitalismo, racismo y exclusión en América Latina y el Caribe. Bogotá: Icono, 2015.

PIAGET, Jean. **Logique et connaissance scientifique**. Paris: Gallimard/Encyclopédie de La Pleiade, 1967.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____ (Org.). **Des/colonialidad y bien vivir**: un nuevo debate en América Latina. Lima: Universidad Ricardo Palma, 2014.

RAFFESTIN, Claude. Terceira parte: território e poder In: **Por uma geografia do poder**. s/d. Disponível em: <http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/_downloads/por_uma_geografia_do_poder-claude_raffestin.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

RAMOS, Christian; ABRAMO, Laís. **Introdução à Convenção no. 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2001.

SANT'ANA, Daniela. **Transformações em uma comunidade camponesa do litoral sul do Paraná: territorialidade, estratégias de resistência, práticas materiais e parentesco**. 2012. 198f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHÖRNER, Ancelmo et al. Território e região: os faxinais e a ativação da noção de território. In: SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO, 7, s/d, Ponta Grossa, **Anais eletrônicos...** Ponta Grossa: UEPG, s/d, Disponível em: <<http://www3.uepg.br/seet/artigos-apresentacoes/>> Acesso em: 20 abr. 2018.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org.). **Novos direitos na América Latina**:





estudo comparativo como instrumento de reflexão do próprio Direito. São Luís: EDUFMA, 2016.

SILVA PRADA, Diego Fernando. Construcción de territorialidad desde las organizaciones campesinas en Colombia Emergencia del concepto de territorio y giro territorial en las Ciencias Sociales. **Polis**, Santiago, n. 43, p. 1-18, 2016.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: 34, 2002.

TORRES MANSILLA, Sérgio. Los archivos de la niebla (nota para leer Reducciones de Jaime Luis Huenún. In: HUENÚN, Jaime Luis. **Reducciones**. Santiago: LOM, 2012, p. 11-20.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WINNICOTT, Donald. **De la pédiatrie à la psychanalyse**. Paris: Payot, 1989. Fontes

BRASIL. DECRETO FEDERAL No. 6.040 de 12 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FUNDO AMAZÔNIA. **Nova Cartografia Social na Amazônia**. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/Pesquisa_Nova_Cartografia>. Acesso em: 24 set. 2017.

REPÓRTER BRASIL - CAMPO EM GUERRA. Disponível em: <<https://www.campoemguerra-reporterbrasil.org/aumento-da-violencia-no-campo>>. Acesso em 24 set. 2017.



Contestado, jornais e análise de discurso: reflexões metodológicas para a pesquisa em História

*Oseias de Oliveira*¹⁸

*Eloi Giovane Muchalovski*¹⁹

Introdução

Entre meados do século XIX e início do século XX, houve no sul do Brasil uma intensa disputa político-jurídica entre Santa Catarina e Paraná, historicamente conhecida como questão de limites ou simplesmente Contestado²⁰. A partir do ano de 1900, na região entre os rios Timbó e Paciência, no atual planalto norte catarinense, documentou-se a ocorrência de conflitos armados motivados pelo litígio entre os respectivos estados²¹. Conflitos que foram destaque na imprensa jornalística da época, principalmente nos jornais paranaenses e catarinenses.

Durante os primeiros meses do ano 1906, os governantes dos dois estados demonstraram, através da mídia, o alto nível de tensão gerada pela disputa de território. Nesse período, quase que diariamente publicaram-se matérias que procuraram informar o leitor da situação conflituosa gerada pela suposta violação de limites, uma vez que os entendimentos sobre as fronteiras eram diferentes entre os estados litigantes. Para Santa Catarina, o rio Timbó delimitava seu território na parte oeste, o que incluía todo o espaço localizado na margem direita do referido rio. Já o Paraná entendia como sua a vasta área a leste da vila de União da Vitória, beirando a serra do mar, na região do atual

18. Professor do Departamento de História do campus de Irati (UNICENTRO). E-mail:oseias50@yahoo.com.br.

19. Mestrando no Programa de Pós-graduação em História (UNICENTRO). E-mail:eloigiovane@gmail.com.

20. Santa Catarina defendia, junto as esferas jurídicas, argumentos embasados em instruções coloniais, as quais previam o domínio catarinense sobre o território compreendido ao sul dos rios Negro e Iguaçú. Já o Paraná, argumentava sobre *uti possidetis*, defendendo que a colonização da região fora realizada pelo governo paranaense.

21. Na historiografia do Contestado, encontram-se vários trabalhos que abordaram a ocorrência de conflitos, nos vales dos rios Timbó e Paciência, ligados com a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina. O detalhamento mais completo poder ser consultado na obra de PEIXOTO, Demerval. Campanha do Contestado: raízes da rebeldia. v. 1. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995, p. 85-91.



município de Itaiópolis.

A interseção territorial criada por tal disputa gerou uma série de atritos políticos, jurídicos e administrativos. Ambos os governos, por vezes, nomearam autoridades distintas no mesmo espaço, dando estopim às hostilidades que tiveram como consequência o embate armado e, em casos extremos, assassinatos.

Em dezembro de 1905, a ocorrência de quadruplo homicídio no entorno de Vila Nova do Timbó – território do Paraná para os paranaenses e território de Santa Catarina para os catarinenses – desencadeou uma sequência de publicações nos principais jornais de Curitiba. Nas matérias, a narrativa procurava informar o leitor sobre a ação do então juiz de União da Vitória, o qual, no mês de janeiro de 1906, empreendeu expedição mista de militares e civis para a captura do suposto assassino. Na compreensão do Paraná, o autor dos crimes seria um fiel defensor dos ideais do estado vizinho na questão de limites, fato este a motivar tal violência.

Com intuito de prender o acusado das tropelias no Timbó, o juiz municipal comandou pessoalmente ação policial objetivando a busca e captura do bandoleiro²². Nas palavras do *Diário da Tarde*, foi durante a madrugada que a força alcançou a propriedade do procurado. Depois de forte descarga de arma de fogo contra a residência e o arrombamento da porta, encontraram no seu interior somente a esposa e os filhos menores do suposto assassino. Após horas de interrogatório e revista, teria o juiz decidido por levar a família sob custódia, incendiando posteriormente a casa em que moravam. (JORNAL DIÁRIO DA TARDE, 1906) Já na narrativa do *A República* (1906), teria o acusado recebido ajuda de cem homens bem armados vindos de Canoinhas, oferecendo resistência à prisão e fugindo em seguida, deixando para trás mulher e filhos, sendo estes, por vontade própria, levados pelo juiz municipal a União da Vitória.

As narrativas que se seguiram nos meses de janeiro e fevereiro de 1906 procuraram, por meio de diferentes discursos, expressar as estratégias de

22. O termo bandoleiro, jagunço, caudilho, entre outros, são nomenclaturas corriqueiramente utilizadas pelos jornais da época para reportar-se às pessoas que praticavam crimes, sendo aqui usada para melhor contextualizar os discursos das fontes, não constituindo opinião expressa.



persuasão junto ao governo federal sobre a questão de limites. A maior parte das notícias embasavam-se na troca de telegramas entre governadores, ministros e o próprio presidente da república. Nessas mensagens, distintos interesses se fizeram presentes, atribuindo aos casos de violência ocorridos no Timbó um grau de repercussão que motivou o envio da primeira expedição do Exército para o Contestado, muito antes do início daquele que seria um dos grandes embates da história nacional, a qual vitimou milhares de brasileiros entre 1912 e 1916, a Guerra do Contestado²³.

Dentre as várias publicações realizadas pelos periódicos da época, duas delas chamam à atenção por apresentarem discursos opostos sobre os eventos de violência na região contestada. São estas, as edições do dia 19 de janeiro, no jornal *Diário da Tarde*, e a de 20 de janeiro, no *A República*, ambas de 1906. Tais periódicos representavam posições políticas opostas no Paraná, entretanto defendiam, na maioria dos casos, igualmente as alegações paranaenses na questão de limites. O fato dos jornais terem, por inúmeros momentos, estabelecido aberto confronto discursivo, permite a problematização das entrelinhas desse confronto, daquilo que não está explícito no conteúdo, daquilo que está por trás da literalidade.

Sendo assim, neste artigo objetiva-se discutir metodologicamente as possibilidades de utilização das fontes jornalísticas na pesquisa em história, tendo como aporte teórico a análise de discurso e, como exemplo de aplicação, matérias jornalísticas do *Diário da Tarde* e do *A República*, de 19 e 20 de janeiro de 1906 respectivamente. As referidas matérias deram versões diferentes sobre os casos de violência ocorridos entre as vilas de União da Vitória e Canoinhas, motivadas pela indefinição dos limites estaduais, apresentando-se como instrumento interessante para a discussão de método aqui proposto. Para tal, dividiu-se o trabalho em duas partes. A primeira busca problematizar o jornal como documento de pesquisa, seguindo por um caminho de reflexão estabelecido por Maria Helena Capelato, importante historiadora e referência no Brasil sobre a utilização dos jornais como fonte e/ou objeto para a história. A segunda define-se por realizar uma abordagem sobre o uso da análise de

23. A Guerra, ou Movimento do Contestado, foi um conflito armado, ocorrido entre 1912 e 1916, entre a população pobre do atual planalto serrano catarinense e forças do Exército brasileiro, definida pela luta ao direito sobre a terra. Para maior aprofundamento sobre o tema, ver MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: UNICAMP, 2004.



discurso na pesquisa histórica, procurando demonstrar e exemplificar suas diferentes correntes.

Os jornais como fonte e/ou objeto para a História

O jornal nem sempre foi um documento tomado como fonte para a história, muito por ser impregnado de subjetividade. Em uma perspectiva que acreditava que o documento deveria ser oficial, concebia-se os textos jornalísticos como um material difícil de determinar a originalidade, ou seja, garantir a veracidade de seu conteúdo. Portanto, um documento carregado de subjetividade.

As mídias noticiosas se estabelecem como fonte, quando, na década de 1960 e 1970, surgiram novas perspectivas de abordagem da história, em especial pela influência da filosofia e através dos aportes reflexivos de Michel Foucault — filósofo que influenciou não só a história, mas outros campos do conhecimento, como a linguística e a sociologia, nas quais tem-se a expressão evidente do discurso, do discurso da sociedade manifestado de variadas maneiras na literatura, na poesia e também nos jornais. O jornal é a expressão de um discurso pautado na montagem, um elemento produzido, um produto discursivo da sociedade e/ou para a sociedade.

Foucault propõe substituir a história pelo que ele chama 'arqueologia'. Com este termo, pretende ressaltar seu total desinteresse pela matéria-prima da história convencional das ideias: as continuidades, as tradições, as influências, as causas, as comparações, as tipologias etc. Segundo nos diz, está interessado apenas nas 'rupturas', nas 'descontinuidades' e nas 'disjunções' verificadas na história da consciência, vale dizer, muito mais nas *diferenças* entre várias épocas na história da consciência que nas semelhanças (WHITE, 2014, p. 257). [grifo no original].

Entretanto, é importante destacar que desde a fundação dos *Annales*, ainda na década de 1920, uma perspectiva que concebia diferentes documentos como fonte já se iniciava. Várias críticas a uma história que não



conseguia ver as minorias, aqueles que não constavam nas fontes ditas oficiais, se faziam presente e influenciavam os historiadores. Diferentemente da escola metódica do século XIX, a escola dos *Annales* entendia que a certeza objetiva não poderia ser alcançada, uma vez que as próprias escolhas do historiador e suas interferências pessoais influenciavam o discurso histórico. Do contrário, seria esperado que toda e qualquer análise que se baseasse nas mesmas fontes deveriam ter o mesmo resultado, ou o mais próximo disso, uma vez que se supunha estar excluída a subjetividade, caso que não ocorria.

A passagem daquilo que era objetivo para uma narrativa, um discurso histórico, ocorreu com a própria mudança da ciência, admitindo que outros documentos e metodologias eram possíveis, deixando a ideia de originalidade em um plano não mais primordial para então dar voz aos sujeitos das fontes. Isso se iniciou com maior ênfase a partir da década de 1930, mas se afirmou na década de 1960, possibilitando, por exemplo, o estudo do cinema, da música, da fotografia, etc., tomando-os como objeto e fonte – e o jornal é um deles (CAPELATO, 2015).

A renovação da temática evidenciou o processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores, muito percebido pelos títulos atribuídos às pesquisas desenvolvidas, nas quais aparecem temas como o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim toda uma infinidade de questões até então ausentes no campo da história (LUCA, 2008, p. 113)

Nesse entendimento, assentado principalmente na proposta de Foucault, o documento é portanto uma montagem, algumas vezes consciente, outras não, mas um produto da sociedade. Sendo assim, os resquícios de uma sociedade no passado poderiam ser apreendidos por essas fontes ditas não oficiais, acionando o passado por meio do jornal, por exemplo.

O jornal constrói memórias, memórias que são fabricadas por meio das notícias e do conteúdo, definido conforme a vontade do editor. É no processo de construção do jornal, na definição das matérias, dos cortes e no que será



publicado como notícia que se deliberam, com base em um perfil ideológico estabelecido, aquilo que se deve estipular como produto a ser consumido pela sociedade e, portanto, definido a se tornar memória posteriormente. Nas palavras de Le Goff (1990, p. 474), “[...] toda a evolução do mundo contemporâneo, sob a pressão da história imediata em grande parte fabricada ao acaso pela mídia, caminha na direção de um mundo acrescido de memórias coletivas e a história estaria [...] sob a pressão dessas memórias coletivas.”

No exemplo de aplicação neste artigo proposto, ou seja, quanto aos discursos do *Diário da Tarde* e do *A República*, vê-se que cada um dos periódicos representava posições diferentes no meio político paranaense. O primeiro defendia uma condição de oposição, de mídia comprometida com a verdade e com o cidadão paranaense, o cidadão comum letrado, intitulando-se folha imparcial²⁴.

Ele teria sido criado exclusivamente para defender a causa do Paraná na questão de limites (JORNAL *DIÁRIO DA TARDE*, 1900) e era, na época, o mais antigo e importante jornal do Paraná, o mais avançado tecnicamente, sendo o de maior prestígio perante o público leitor (WOITOWICZ, 2015, p. 60). Logo, é considerável entendê-lo como canal de forte influência na sociedade, capaz de dar um entendimento que poderia ir em caminho contrário às intenções das autoridades representativas do governo da época, apresentando-se para a sociedade como um periódico comprometido com a verdade, sem direcionamentos. Osvaldo Pilotto (1976, p. 31) retrata muito bem as intenções do *Diário da Tarde* ao resgatar citação de Estácio Correia, fundador do jornal, apontando que sua criação seria em virtude da necessidade do estado ter uma folha que fosse, entre as lutas partidárias, um elemento ponderativo.

Em contraste, o *A República* defendia abertamente as posições do governo, afinal era o órgão oficial do Partido Republicano Federal. O próprio Vicente Machado fora seu redator chefe durante vários anos antes de assumir o posto de presidente do estado, na época dos conflitos no Timbó²⁵.

24. A denominação Folha imparcial e de maior circulação no Paraná vinha impresso logo abaixo ao nome do periódico Diário da Tarde.

25. Vicente Machado era presidente do Paraná em 1906. Fora dele a autorização para a ação do juiz municipal de União da Vitória no Timbó. Em mensagem anual enviada ao Congresso Legislativo, datada do dia 01 de fevereiro de 1906, Vicente Machado relata que “[...] para combater a ação invasora e avassaladora, teve necessidade de opor medida da maior energia e para isso e para garantir a tranquilidade e o trabalho das populações dessa região, sentiu-se na contingência de enviar forças, que ali serão mantidas, enquanto necessárias.” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ).



Sendo assim, discursava com forte posição política, em tom de palanque, procurando a todo custo marcar o lugar de mídia comprometida em levar a público a verdade dos fatos, aqueles que por vezes eram desvirtuados pela obsessão do espírito de oposição do *Diário da Tarde*²⁶. Durante a Primeira República, os jornais foram palco de importantes debates políticos, mas também projetos políticos, colocados no impresso para serem discutidos com a sociedade, expressando assim uma possibilidade de fonte para a análise do discurso político.

Especificamente sobre o jornal como fonte para a história, é também importante a ideia de mina de conhecimento ou depósito de cultura (BAUER, apud CAPELATO, 1988, p. 21). Tais metáforas traduzem o quanto o jornal tem de potencial, pois está atrelado, a partir da década de 1970, a um movimento da história enquanto ciência, revendo os documentos e suas posturas metodológicas. Nesse aspecto, Capelato (2015) cita sua orientadora com relação a esses estudos. Expedientes que marcaram especificamente a importância do jornal, trabalhando-o não apenas como fonte, mas como objeto:

No início da década de 1970, quando Maria Ligia Prado e eu desenvolvemos uma pesquisa de mestrado sobre o periódico *O Estado de S. Paulo*, alguns historiadores já recorriam à imprensa como fonte de pesquisa histórica, mas ela ainda era aceita com ressalvas. Nossa pesquisa foi considerada inovadora porque optamos pelo estudo de um jornal tradicional da 'grande imprensa' e muito reconhecido por sua prolongada atuação como órgão informativo e opinativo. O trabalho, ao ser publicado, contou com um prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro: nesse texto introdutório, o autor comenta que a novidade da pesquisa consistia na opção pelo estudo de um jornal não apenas como fonte, mas também como objeto de estudo (CAPELATO, 2015, p. 115-116). [grifos no original].

Outra perspectiva, iniciada na década de 1970, viu nos periódicos um

26. Para contrapor-se a versão publicado pelo Diário da Tarde no dia 19 de janeiro de 1906, sobre a ação do juiz de União Vitória, o *A República* (1906, p.1), no início da matéria sobre os fatos, lavado a público no dia 20, escreveu: "Até que ponto, pois, vai a obsessão do espírito de oposição, de modo a serem esquecidos os sagrados laços de solidariedade patricia, e incriminados o governo e o magistrado integro e enérgico, que não teme, ele próprio, de dirigir uma diligência tão arriscada quanto importante!"



potencial documental para fazer análise de aspectos culturais, avançando mais um passo para a consolidação desse material no rol documental da história. As propagandas expressas nos jornais, por exemplo, podem constituir bons elementos para a apreensão do cotidiano. As mudanças verificadas nos tipos de produtos e serviços oferecidos ao público, bem como a própria divulgação sobre os estabelecimentos comerciais, dizem muito sobre os hábitos urbanos e as tendências mercadológicas. Para Woitowicz (2015, p. 52) “[...] a imprensa torna-se, a partir de sua expansão e desenvolvimento, um importante campo de produção e difusão de ideias, hábitos e comportamento de vida urbana, figurando como mediadora e impulsionadora de acontecimentos da vida pública.”

Com a virada do século, a propaganda deixa progressivamente o espaço exclusivo das publicações comerciais e articula-se à imprensa periódica de uma forma mais ampla. O sucesso de um periódico, sua manutenção como uma publicação competitiva e estável, passa a depender cada vez mais de sua capacidade de atrair recursos via propaganda. Anúncios e reclamações passam a constituir parte característica e importante de um periódico de sucesso. Através da propaganda, a cidade-mercado penetra na imprensa periódica, denotando a crescente fruição de bens e serviços no espaço urbano (CRUZ, 2000, p. 156).

Entretanto, Capelato (2015, p. 118) procura demonstrar que apesar da transformação dos jornais brasileiros em empresas jornalísticas, privilegiando a informações e necessitando muito mais dos anúncios, o interesse pela política não diminuiu. “No entanto, os jornalistas da época que não viam com bons olhos as mudanças ocorridas na imprensa afirmavam o contrário, ou seja, que o jornalismo opinativo perdera espaço quando os jornais se transformaram em empresas comerciais.” (CAPELATO, 2015, p. 118). Fato que não ocorrera, conforme demonstrado pela própria autora, haja vista que os jornais continuam a debater política até os dias atuais.

Nas edições do *Diário da Tarde* e do *A República* aqui utilizadas como exemplo, verifica-se os primeiros passos dados pelos periodistas na



transformação dos impressos em mídias de anúncio. Apesar das páginas de capa ainda não conterem número significativo de propagandas, um no caso do *Diário da Tarde* – publicidade de uma charutaria – e nenhum no *A República*, as páginas finais são dedicadas aos anunciantes, que vão desde internato para meninas até comerciantes de purgativos e vermífugos. Segundo Briggs e Burke (2006, p. 206),

[...] já no século XVIII apareceram jornais nacionais e locais com a palavra ‘anúncio’ em seus títulos [...] Em 1900, quando muitos produtos de consumo foram padronizados, a propaganda era mais longa e muito pictórica, chamando a atenção para ‘produtos de marcas’ nacionais.

Um último ponto importante a ser apontado, necessário para o historiador do jornal, diz respeito às obras da literatura publicadas em forma de série nos periódicos. A cada semana ou dia, um trecho de determinado conto ou romance era levado a público nos jornais do início do século XX. Havia uma série de textos que, antes de serem lançados em volumes únicos, foram divulgados através da mídia impressa. Este é o caso, por exemplo, das memórias de José Vieira da Rosa, oficial militar a combater no Contestado e frequentemente citado na historiografia do tema, que de maneira fracionada publicou seu trabalho no jornal *Terra Livre*, entre agosto e novembro de 1918. Seus textos foram reunidos em livro recentemente, quase cem anos depois²⁷. Da mesma forma, em edição do dia 19 do *Diário da Tarde*, aqui utilizada como exemplo, também encontra-se texto publicado de maneira fracionada. A publicação refere-se a obras de Machado de Assis, intitulado *Entre Santos*, conto hoje bastante conhecido do público e que faz parte do livro *Várias Histórias*, publicado originalmente em 1896, o qual narra um episódio da vida de um padre enquanto capelão a São Francisco de Paula. Entende-se assim que há, também nos jornais, uma possibilidade de estudo histórico do literário, de maneiras de publicação que extrapolavam a concentração de capítulos em um único livro, contribuindo para “[...] a reflexão e construção de meios de pesquisa que se tornem perceptíveis para uma contínua formação de acervo da literatura encontrada no espaço do periódico.” (PINHO, 2008,

p. 15).

27. Ver RÔSA, Vieira da. Memórias: participação na Guerra do Contestado. Florianópolis: MPSC, 2012.



Os jornais e a análise de discurso

As narrativas levadas a público pelos periódicos *Diário da Tarde* e *A República*, em janeiro de 1906, não eram simples notícias sobre violências ocorridas nos sertões contestados, mas sim enunciados oriundos de discursos a tempo presentes na realidade social daquela região. É salutar que o uso da categoria violência vinha, já há algum tempo, sendo usada para reportar-se às notícias referentes à região do Timbó. Por vezes, desde o final do ano 1900, os impressos noticiosos estabeleceram uma relação direta entre a categoria violência e as chamadas intituladas “O caso do Timbó” ou “O caso de Canoinhas”²⁸, agregando àqueles espaços um enunciado que remetera a uma ideia de violência sem a necessidade de se fazer uso do termo.

Orlandi (2005, p. 15) infere que a análise de discurso entende a linguagem como mediação necessária entre o ser humano e a realidade natural e social, sendo a mediação o próprio discurso. Para Brandão (2004, p. 11), “[...] a linguagem é o lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais.” Pode-se, portanto, sob a perspectiva da história, compreender o estudo do discurso como um conjunto de enunciados fazendo sentido para uma determinada sociedade em determinado tempo. Um dos objetivos do historiador, por meio desse campo metodológico, é interpretar as diferentes concepções presentes no discurso.

Quando um sujeito fala, materializa linguisticamente um pensamento. Ao se escrever uma matéria jornalística ou conceder uma entrevista, a título de exemplo, existe ali uma concepção para além do conteúdo exposto. Há a necessidade de se buscar o que não está corporificado na literalidade, buscar as ideologias que se inscrevem no ato de comunicar e enunciar.

No primeiro trecho da matéria publicada pelo *Diário da Tarde* (1906, p. 1) na edição de 19 de janeiro encontra-se o seguinte enunciado: “Sabedores desde alguns dias do que se há passado em Canoinhas e União

28. “O caso de Canoinhas”, os “Fatos do Timbó” e “O caso do Timbó” foram títulos de chamada publicados com certa frequência em jornais de Santa Catarina e Paraná entre os anos de 1900 e 1908, os quais noticiaram disputas políticas sobre o domínio da região compreendida entre os rios Timbó e Paciência num momento anterior à Guerra do Contestado (1912-1916).



da Vitória, propositalmente silenciados a espera que de fonte oficial viessem explicações dos tristes sucessos que por lá se desenrolaram.” Percebe-se no trecho transcrito que a intenção de publicar uma versão sobre a ação do juiz municipal de União da Vitória não é apenas dar publicidade aos fatos, mas sim pôr-se em oposição ao governo. Pois, os termos propositalmente, oficial e tristes direcionam o leitor a uma lógica negativa da ação (triste), com culpa das autoridades estaduais (oficial) e que tiveram intenção (propositalmente) de esconder do público a perversidade de seus atos.

Um aspecto importante na análise do discurso consiste em identificar as experiências de vida dos indivíduos emissores²⁹ e receptores³⁰, qualquer que seja a fonte consultada, áudio, texto, matéria jornalística, processo judicial, gesto, imagem – sim, as imagens também expressam discursos. Este é um importante aspecto que aponta para uma proposta muito mais completa da análise, fugindo em certa maneira da centralidade da perspectiva estruturalista marxista, como a de Pêcheux, por exemplo³¹. Ou seja, existe algo que a sociedade não define nas trocas enunciativas, que são as concepções individuais, as maneiras individualizadas de reproduzir as ideologias por meio dos discursos. Quando diferentes sujeitos leem um jornal, a atenção, percepção, entendimento e discernimento não são iguais, cada indivíduo elabora uma maneira peculiar de absorver as informações. “De uma perspectiva histórica, é evidente que os textos podem ser – e muitas vezes são – lidos de modo oposto às intenções do autor.” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 70).

Portanto, interpretar os enunciados como uma via de sentido único, como delineadores, moldadores e lapidadores da opinião pública, é lacunar.

29. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 184), “[...] em semiótica, pragmática e análise de discurso, quando se fala de um ato de linguagem, de discurso ou de comunicação, o termo emissor continua a ser usado por comodidade, embora remeta mais especificamente ao responsável pelo ato de comunicação. Disso discorre que o emissor não é mais concebido como uma simples fonte de um processo de codificação – como se o sentido estivesse determinado antecipadamente –, mas como um sujeito munido de uma intenção, de uma competência, e investido de um projeto de fala.”

30. Para Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 417), “[...] na análise do discurso das mídias, em semiótica, o termo receptor continua a ser empregado por comodidade, designando a pessoa que recebe a mensagem verbal, mas este emprego é ambíguo, pois frequentemente não se determina se é em referência ao sujeito interno ao ato da enunciação ou ao sujeito externo que o recebe e o interpreta.”

31. O filósofo francês Michel Pêcheux é considerado o fundador da Escola Francesa de Análise do Discurso. Para ele, a linguagem é materializada na ideologia e a ideologia na linguagem, entendendo o discurso como um sentido manifesto pela relação entre linguagem e ideologia. Sua perspectiva teórica foi fundamentada sob a influência marxista de Althusser, articulando a linguagem com as perspectivas do materialismo histórico. Para maior aprofundamento na proposta de Pêcheux, ver SANTOS, Sonia Sueli Berté. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013, p. 209-233.



É necessário ter em mente que os sujeitos se apropriam dos discursos de maneiras diferentes. As formas de ler e interpretar os enunciados não são homogêneas, há uma constante relação de poder entre os emissores e receptores, uma via de sentido duplo, de trocas e apropriações. Essa reflexão está de certa maneira inserida no pensamento de Foucault (2003), o qual sugere que “[...] o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder.” (FOUCAULT, 2003, p. 252). Nas palavras de Certeau (1998, p. 81), “[...] o inconveniente do método, condição do seu sucesso, é extrair os documentos de seu contexto *histórico* e eliminar as *operações* dos locutores em circunstâncias particulares de tempo, de lugar e competição.” [grifos no original].

Em suma, é a experiência de vida que faz com que os sujeitos, ao discursarem, façam a escolha de determinadas palavras, as quais podem constituir o objeto do historiador, possibilitando a problematização daquilo que é homogêneo e heterogêneo em determinada cultura, espaço ou temporalidade. Em um documento jurídico, por exemplo, apesar de haver uma predeterminação do discurso regrado pelas leis, muitas vezes o que é perceptível nas decisões proferidas são discursos que dizem muito sobre percurso de vida do sujeito imbuído do poder legal, no caso o juiz. Suas sentenças não são, e não poderiam ser, neutras da sua experiência de vida, pelo próprio ser humano que é, pois, como diz Marx em sua sexta tese sobre Feuerbach, “[...] a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais.” (MARX, 1996, p. 180).

Os enunciados estão permeados de concepções individuais e de vivência, exigindo do pesquisador uma análise muito mais cuidadosa sobre os aspectos particulares do enunciador, a fim de compreender a sua respectiva inserção na sociedade, explicando determinados elementos presentes no discurso e colocando em evidência a realidade social.

É basilar a compreensão de que existe uma organização social, uma forma de sociedade que estabelece determinados sentidos e compreensões



(CAPELATO, 2015). Têm-se, portanto, uma organização social que estabelece sentido para as coisas, que determina os direitos e os deveres, o legal e o ilegal, o permitido e o proibido. Porém, fazendo um caminho inverso de análise, utilizando-se de uma fonte histórica, um jornal, a grande sacada do historiador é o entendimento de que a sociedade reflete o enunciado, logo, o enunciado reflete a sociedade. Por meio de determinado enunciado, é possível ver a sociedade que está por detrás dele.

Não obstante, o que se propõe para a problematização do discurso enquanto análise é entender os textos, as fontes, tanto no plano individual como no coletivo e no social. Compreender aspectos dos indivíduos emissores: Quem são? O que buscam? Mas, especialmente: como isso se dá na sociedade, quem é o indivíduo na sociedade?

O *A República*, ao pronunciar-se contra a versão do *Diário da Tarde*, aponta diretamente para o sujeito do discurso que procura combater:

A insistência com que o redator do Diário procura, de longa data, prejudicar a causa do Estado na questão de limites é um fato que só pode ter guarida em almas desnaturadas. Esse redator é o mesmo que, com as suas celebres conferências após o iníquo julgado de 6 de junho de 1904, entendeu obstar a afirmação dos nossos direitos, desejando fazer prevalecer as suas obtusas opiniões em assunto de tanta gravidade. Hoje volve à sua inglória campanha, fornecendo maquiavelicamente o concurso de sua pena à causa catarinense. (JORNAL A REPÚBLICA, 1906, p 1).

O redator a que se refere o jornal é o Dr. Manoel Francisco Ferreira Correia, membro do Partido Republicano Oposicionista e reconhecido empresário da época. Foi chefe da Inspeção de Serviço de Povoamento do Solo do Paraná e um dos fundadores da UFPR. Além de proprietário do *Diário da Tarde*, foi colaborador nos jornais *O Dia* e *Gazeta do Povo* (JORNAL DIÁRIO DA TARDE, 1962). Considerando o redator um indivíduo com forte ligação política oposicionista, logo se entende o contexto das publicações realizadas pelo mesmo, haja vista que o texto expressa indiretamente críticas à ação realizada no Timbó.



Estabelecer uma proposta de análise de discurso que satisfaça as perspectivas individual e social apresenta-se muito mais frutífera e promissora. Daniel Santos Silva (2011), ao desenvolver sua dissertação de mestrado na área de filologia e língua portuguesa – estudando as relações entre os discursos produzidos por sujeitos pertencentes a duas esferas diferentes, o Governo do Estado do Tocantins e uma comunidade de descendentes de quilombolas – propôs exatamente isso³². Quando se identifica um indivíduo de destaque na emissão dos discursos, é importante analisá-lo particularmente, mas, mais do que isso, se faz necessário concebê-lo como identificação e inserção social, percebendo que o sentido dos discursos, dos enunciados, da fala, é muito mais amplo e com um arcabouço de significados muito maior. Pois, ao identificar-se o plano individual e a interação social, compreende-se que muita coisa do particular é expressa, manifesta nos modos de sentido. Quando se estuda a interação do indivíduo, as relações dele com o social, se vê que o diálogo e as formas do enunciado são atrelados a um determinado contexto espacial e temporal, permitindo a seleção de indicativos importantes para a compressão histórica.

Não existe um sentido que não esteja atado a uma sociedade. As coisas somente fazem sentido na sociedade. O entendimento histórico é alcançado pela premissa da compreensão do contexto social, pois as ideias e as ideologias fazem sentido quando estão inseridas no contexto, portanto, o maior exercício para o historiador é tentar se inserir e se imbuir do contexto, apreendendo os sentidos, uma vez que os sentidos estão por seu turno atrelados a uma realidade social com a materialidade.

Um dos maiores problemas para o pesquisador do discurso, é compreender o outro com seus sentidos, desvinculando-o o máximo possível das suas próprias experiências. Não que a neutralidade seja possível, obviamente que não, pois o eu do historiador³³ nunca será anulado, dado que os comportamentos estão relacionados a determinadas realidades sociais, mas devem ser minimizados.

32. O texto de Silva (2011) pode ser aqui citado como um bom exemplo de proposta a fazer uso de duas correntes de análise de discurso, francesa e crítica, em um mesmo trabalho. O autor discute a necessidade de se conceber os sujeitos do discurso tanto no plano individual, psicológico, quanto no plano coletivo, social, apreendendo assim uma dimensão mais ampla do contexto discursivo analisado.

33. Ver LORIGA, Sabina. O eu do historiador. História da historiografia, Ouro Preto, n. 10, p. 247-259, dez. 2012.



A análise de discurso de corrente francesa, por exemplo, entende o discurso como algo estruturalizante, de uma perspectiva social em que os indivíduos expressam a sociedade e os sentidos decorrentes do meio de vivência.

Para os analistas de discurso de linha francesa, de recorte pecheuxiano, a forma de se entender um discurso está na compreensão, que parte da materialidade discursiva, isto é, do fenomênico, em busca da essência. Juntos, esses dois campos formam a totalidade, permitindo, assim, o entendimento do lugar do sujeito do discurso, o sentido do discurso e seu efeito discursivo, porquanto o sentido não está nas palavras, nem na forma sintática empregada, mas na posição do sujeito (MAGALHÃES, 2013, p. 1).

Cada sujeito carrega consigo aspectos que se referem ao perfil social de sua existência. Entretanto, nem tudo que é vivência está expresso no discurso, nem todas as experiências estão manifestas. Os textos das fontes históricas estão redigidos em função da condição social da existência, em função da sua relação com o meio. Seja o enunciador³⁴ um juiz, um escrivão, um jornalista, um político, um operário, etc., é a posição social que garante o sentido do discurso. Existe uma organização social que estabelece relações sociais, e é dessas relações que decorrem os sentidos atribuídos aos objetos do mundo material. Existe na sociedade esferas de poder heterogêneas, e em função disso os sentidos são atribuídos. Nessa perspectiva, os sentidos são estabelecidos pelo resultado das relações de poder.

No momento em que o *Diário da Tarde* e o *A República* entraram em confronto enunciativo, estavam em jogo relações de poder de três pólos, sendo dois determinados pelos respectivos jornais e um terceiro pelo leitor dos periódicos. É nesse jogo de produção, consumo e apropriação que se estabelecem as disputas pela verdade, atribuindo sentidos que extrapolam a simples persuasão, a noção de poder absoluto e unidirecional. Pois, conforme os discursos são consumidos, outros poderes emergem dessas relações,

34. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 201), “[...]tende-se a empregar preferencialmente a categoria ‘enunciador’ para designar uma instância à situação construída pelo discurso, não a uma instância de produção verbal ‘de carne e osso’. Entretanto, essa distinção de empregos ainda não está fixada.”





micropoderes embasados na opinião pública, a qual também exercia poder sobre o governo e os jornais da época, pois é no consumo, na aceitação da sociedade que as mídias noticiosas se fundamentam. A possibilidade de recusa da notícia pela sociedade expõe o poder que esta exercia sobre os impressos, evidenciando que as relações de poder não apenas ocupavam espaços diretos entre os jornais, mas também o poder da sociedade sobre eles.

Bourdieu (1989), ao discorrer sobre os poderes simbólicos, sugere que o próprio poder exercido, aqui no caso o dos jornais, necessita ser legitimado. Essa constante aferição de forças, de um sobre outro, somente pode ser reconhecida se houver a aceitação da dominação pelo dominado. Nessa perspectiva, é determinante que há uma comunicação entre os poderes, a qual atravessa as relações sociais e determina o sentido dos discursos.

As relações da sociedade estabelecem tipos de sentido, mas, há um problema em meio a tudo isso, pois observa-se que nem sempre as relações sociais garantem uma formatação para o discurso. No discurso do *Diário da Tarde*, esperava-se que este se manifestasse em favor do estado que representava, o Paraná, condenando as ações do vizinho, Santa Catarina. Contudo, o que se percebe é que os discursos fogem de qualquer concepção. É aí que reside a necessidade do pesquisador saber trabalhar as contradições da prática e do discurso.

Em meio a tudo isso, é preciso ater-se em entender quantos elementos sociais compõem os sentidos daquilo que os indivíduos expressam no discurso. É importante ver no tratamento das fontes o quanto a realidade social está presente nos enunciados. No caso dos jornais é fundamental perceber a origem social do indivíduo que está narrando. Quando o jornal *Diário da Tarde* se coloca em defesa de uma união entre os estados do Paraná e Santa Catarina, para solução do litígio³⁵, o redator está falando de uma posição social, e também de poder, que diverge ~~daquelas estabelecidas~~ pelo jornal *A República*, uma vez que este, enquanto

35. Em matéria publicada em 08 de outubro de 1900, o *Diário da Tarde* propunha como solução para os conflitos acerca da questão de limites, a

“[...] união dos Estados para formar um único, forte e rico, capaz de uma garantida autonomia entre os dois poderosos Estados de S. Paulo e Rio Grande do Sul, encontrando-se com aptidão para livrar-se da natural influência desses Estados e conseguir a realização de um destino grandioso.”

(JORNAL DIÁRIO DA TARDE, 1900, p. 1).



representante do Partido Republicano paranaense, discursava a partir de uma posição diferente dos demais, como perspectivas de solução cravadas no embate, no conflito, não prevendo ou possibilitando enunciados que demonstrassem passividade.

É necessário pensar que existe uma composição social do sujeito e que essa composição estabelece uma forma de entender e verificar a realidade. Nessa perspectiva, é também crucial se observar e buscar estabelecer os antagonismos, as contradições nos discursos, ou melhor, ver os antagonismos através da análise do discurso. Nesse raciocínio, o fundamento embasa-se em uma ideia materialista da história, que por sua vez busca identificar a luta de classes. Porém, cabe salientar que nas sociedades existem diferenças, existem divergências e os discursos também expressam essas diferenças, ou seja, relacionam-se com os antagonismos. Estes podem ser expressos por meio dos sentidos do discurso. É necessário olhar as fontes como matéria de expressões opostas, enunciados que se contradizem, manifestando divergências. E olhar para além da luta de classes – tão presente na linha francesa de análise proposta por Pêcheux –, para além da ideologia – conceito fundamental para a linha crítica defendida por Fairclough³⁶.

Há no senso comum a sensação de que, na sociedade, os discursos expressam sempre o mesmo sentido. Mas a sociedade não é homogênea, a sociedade tem conflito, tem antagonismos, e a forma possível de identificá-los é por meio da comparação dos discursos. O método de comparação mostra-se muito pertinente no trabalho do historiador, enfatizando a necessidade de se utilizar mais de um documento na análise, o que permite fazer as contraposições, possibilitando uma compreensão de sentidos muito mais complexa. Nesse pressuposto, é extremamente válido em uma pesquisa com análise de discurso e jornais a efetivação da comparação.

Todavia, há de se considerar também a possibilidade da equivalência nas narrativas antagonônicas, isto é, as posições sociais dos narradores podem ser

36. Norman Fairclough é um dos fundadores da análise crítica do discurso, estudando a influência das relações de poder sobre a estrutura e o conteúdo dos textos. Para maior aprofundamento na perspectiva de Fairclough, ver FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Coordenação de tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UNB, 2001 e OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marco Antonio Batista. Fairclough. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013, p. 281-309.



diferentes, porém seus discursos podem propor enunciados que coadunam para sentidos homogêneos. É preciso estar atento para essas situações não criando uma falsa sensação de embate permanente nos documentos analisados.

Quando se trabalha com uma perspectiva de conflito sobre as fontes, é perigoso ater-se somente para os pontos de embate, superficializando ou negligenciado os momentos de confluência, expondo ilusoriamente que as narrativas e os discursos expressam sentidos sempre opostos, camuflando possibilidades de análise e, por conseguinte, afetando os resultados extraídos. Pois, é na equivalência, por meio da análise dos contrapostos, que os verdadeiros sentidos são demonstrados, que a realidade social é extraída da esfera da ideologia, superando assim os pontos de censura da linha francesa e crítica da análise de discurso. Como inferem Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 268):

O termo 'ideologia', com tudo o que veicula como ideia de 'sistema', de 'coerência' e de 'globalidade', não se afina bem com essa insistência nova sobre os fenômenos de contradição e de imbricação. O que não significa que o termo 'ideologia' tenha desaparecido totalmente dos trabalhos de análise do discurso, mas que é menos frequente do que nos anos 70 e raramente é objeto de teorizações explícitas.

Em uma perspectiva mais atual de análise de discurso, para além da compreensão de que os sujeitos estão inseridos na sociedade e são afetados por ela, é necessário perceber o papel do indivíduo, do emissor do discurso. Nessa concepção, se tem pensado em uma sociedade que sugere um discurso, uma forma de falar, de expressar, mas também se tem pensando sobre os aspectos particulares que permitem a mudança do discurso, a recusa da ordem vigente para o estabelecimento de uma nova proposta, amparado-se, sim, nas existentes, mas que estabelece um enunciado derivado, exteriorizado do regramento definido pela sociedade. "Tem-se um sujeito, agora, dividido, clivado e heterogêneo; o outro, o desconhecido e o inconsciente passam a fazer parte de sua identidade, através de uma primazia sobre o mesmo." (MAZZOLA, 2009, p. 14).



Pode-se inferir que tal perspectiva caminhou para a observação de como o discurso se forma e se transforma. É por meio dessa reflexão que se apreende que os discursos nem sempre são entendidos da maneira como eles são manifestos, pois há um atravessamento das experiências particulares, desviando-se de uma continuidade, dando novos rumos para a linha enunciativa. Concebe-se assim como o meio social afeta os indivíduos e vice-versa.

É necessário focar na perspectiva de atenção sobre os indivíduos. Se há uma sociedade que estabelece uma forma de entendimento, tem-se também possibilidade de, por meio do entendimento dos sujeitos inseridos no contexto, se apreender relações sociais que compõem aquela temporalidade problematizada. Um exemplo dessa reflexão consiste nos estudos das obras literárias, nas quais se pode pensar como, em uma determinada sociedade, surgem obras que se destacam, demonstrando expressividade atemporal. Esse é o componente do discurso que escapa da perspectiva estruturalizante e materialista, sem ordenar os acontecimentos através do estabelecimento de moldes analíticos enrijecidos, nos quais a sociedade sempre fala a mesma coisa.

Não obstante, há uma parte da reflexão em que os sujeitos inseridos no discurso estabelecem uma representação construída. Então, depende dos elementos de inserção a forma do entendimento. Exemplificando, para o sertanejo residente nos vales do Timbó e Paciência que não tinham acesso aos jornais, a percepção dos casos de violência extrapola aquela oferecida pelo jornal à elite paranaense, a qual se encontrava a centenas de quilômetros de distância dos eventos e apenas detinha uma mera representação construída a ser consumida. Mas, para o habitante do Timbó, aquilo fazia sentido em uma lógica diferente, pois esses sujeitos eram atravessados por discursos que advinham de outra realidade social.

A construção das representações se faz quando os discursos fazem sentido para os sujeitos, e tais os discursos são imbuídos de representações. Na perspectiva francesa da análise do discurso, é importante não apenas entender o social, mas o sujeito em sua essência, a posição que o mesmo tem



na sociedade e que garante seu discurso. Quando os jornais fazem usos de intelectuais para sustentar suas afirmações – como foi o caso do *A República* e do *O Dia*, quando fizeram uso de importantes escritores intelectuais brasileiros na época, como Romário Martins e Medeiros e Albuquerque, para legitimar seus discursos quanto à questão de limites³⁷ –, é com o intuito de dar respaldo, pois são sujeitos de posição na sociedade que garantem os enunciados dos jornais. A posição do sujeito obedece os sentidos da sua fala.

Por fim, o objetivo em que caminha a análise de discurso está em descobrir aquilo que não é evidente, algo muito semelhante às problematizações da história, pois existem aspectos nos discursos que não são transparentes. É necessário verificar se as fontes utilizadas carregam esses elementos, os quais não são tão evidentes mas são latentes, pois são de uma dada realidade. O sujeito não pode dizer tudo, há aspectos enunciados que o contexto social estabelece. Quando Romário Martins escreve suas considerações históricas para legitimar a posse do território contestado pelo Paraná no jornal *A República*³⁸, ele não está falando de uma posição de historiador, mas sim de um contexto social de paranaense que deve defender a causa de seu estado.

Considerações finais

A apropriação da análise de discurso pela disciplina da história precisa ser pensada tendo como centro o tempo e o espaço, cuidado necessário para que as fronteiras das ciências não se percam. A interdisciplinaridade é sem dúvida importante para a evolução teórica e metodológica das ciências, especialmente da história. Todavia, não se pode perder de vista o que as difere, ou seja, o tempo e o espaço. A análise de discurso, parte importante da linguística, contribui não apenas para estudo histórico, mas sobremaneira para as análises sociológicas. Nesse sentido, os limites das ciências necessitam de expressão, de modo a evitar uma indefinição do campo científico. No caso do historiador, o objeto investigado por meio da análise de discurso necessita

37. Nos primeiros meses de 1906, os jornais do Paraná e Santa Catarina publicaram longos textos de juristas e intelectuais que se punham em defesa de um ou outro lado na questão de limites, igualmente em alusão aos constantes casos de violência e suposta invasão de território na região entre União da Vitória e Canoinhas.

38. Em edição de 02 de outubro de 1901, o *A República* publicou longo texto de Romário Martins contestando declarações do conselheiro Manoel da Silva Mafra – jurista autor do dossiê que embasou as alegações catarinenses na questão de limites –, sobre a posse da região contestada, apontando diversas melhorias efetivadas pelo Paraná na região.



ser colocado no seu devido contexto temporal, percebendo o indivíduo do discurso e a sociedade em uma trajetória que não seja anacrônica, fora de seu tempo. Mais ainda, um dos grandes resultados no uso da análise de discurso é a possibilidade de demonstrar a mudança, a ruptura, a guinada de sentido nos discursos, atingindo assim o importante objetivo da história, que é entender as transformações.

No trabalho de pesquisa, torna-se importante considerar a composição social que atravessa os sujeitos, primordial para entender se determinado discurso faz ou não sentido. Ou seja, quem é o emissor do discurso? Qual composição social representa? Perspectiva metodológica muito semelhante à que compõe os estudos históricos dos jornais, a qual atenta para a necessidade de observação da interioridade e a exterioridade da matéria jornalística.

Em um contexto básico da história cultural, é cognitivo que a sociedade está envolta em expressões de sentido que são próprias dela, ou seja, aquilo que os sujeitos expressam é próprio da sua respectiva realidade social, no tempo e no espaço. Portanto, não há como expressar algo que esteja no exterior do seu meio. Se as fontes externam preconceitos, sentimentos e violência, é porque a sociedade, à época de sua produção, expunha tais enunciados. Se determinados discursos se faziam presente, isto é, enunciavam-se, é porque a sociedade dava margem para aquela expressão.

Assim, o uso das fontes jornalísticas, aliado à análise de discurso, mostra-se como um importante instrumento para a apreensão dos sentidos presentes na sociedade. Se, durante muito tempo, os jornais foram considerados como documentos passíveis de inverdades, do equívoco ou do manipulado, hoje a perspectiva mudou. O aprimoramento nos processos metodológicos e as mudanças que os *Annales* trouxeram para a teoria da história demonstram o frutífero caminho que os jornais abrem para o historiador, comprovado pelos inúmeros trabalhos desenvolvidos com esses documentos.

Ainda cabe dizer que o jornal, seja como objeto ou como fonte, exige dedicada reflexão por parte do pesquisador, uma reflexão crítica, não o concebendo como fonte por si só. O impresso precisa ser desconstruído, deve-se inferir como ele é composto, como são suas condições de produção,



os sujeitos com os quais está relacionado, as condições de sua montagem e circulação. Enfim, aperceber as circunstâncias em que ele foi elaborado. E quando se trabalha com jornais em um longo período, essa tarefa fica ainda mais difícil, porque as circunstâncias ao longo do tempo são transformadas. É necessário dar entendimento de uma série de momentos diferentes, relacionando-os com as mudanças de sentidos nas páginas dos periódicos, auferindo mudanças não só ideológicas, mas econômicas e culturais que influenciaram a própria concepção do jornal, e não apenas sua textualidade em retratar o contexto social. Pois, o jornal tem uma relação com a sociedade. É importante compreender os periódicos noticiosos como mercadoria política.

Com relação aos casos de violência ocorridos no Timbó, retratados pelos jornais *Diário da Tarde* e *A República*, procurou-se durante a reflexão aqui desenvolvida exemplificar por meio desse material a aplicação da análise de discurso sob as fontes jornalísticas. Dessa forma, pode-se perceber nuances que a literalidade dos textos não apresentara, por não se manifestar de forma visível. Como resultado, foi possível apreender que as notícias publicadas não estavam apenas preocupadas e dar sua versão sobre os eventos no Timbó, mas, acima de tudo, imprimir um discurso que agisse de forma a estabelecer um sentido aos casos de violência noticiados, impondo uma forma de leitura que colocasse o jornal oposto em situação negativa, tentando direcionar o entendimento da sociedade para uma determinada forma de pensamento, ou ideologia, que se coadunasse com os interesses do emissor do discurso.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo:



Contexto, Edusp, 1988.

CARVALHO, Marco Antonio Batista. Fairclough. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 281-309.

_____. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas** [s.l]: [s.n], 2015.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coordenação de tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UNB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber**. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990.

LORIGA, Sabina. O eu do historiador. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 247-259, dez. 2012.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: UNICAMP, 2004.

MAGALHÃES, Belmira. Fazer a sua parte: materialismo histórico-dialético e análise do discurso. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 6, 2013, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em: <<http://analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/6SEAD/SIMPOSIOS/FazerASuaParte.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

MARX, Karl. Realidade social e pensamento. In: IANNI, Octavio (Org.). **Marx**. São Paulo: Ática, 1996. p. 177-180.

MAZZOLA, Renan Belmonte. Análise do discurso: um campo de reformulações. In: MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaina de Jesus (Org.).





Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 6-15.

OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marco Antonio Batista. Fairclough. In: _____. (Org.). **Estudos do discurso:** perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013, p. 281-309.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado:** raízes da rebeldia. v. 1. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954).** Coleção Estante Paranista. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

PINHO, Adeitalo Manoel. **Uma história da literatura de jornal:** O Imparcial da Bahia. 2008. 404 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ROSA, Vieira da. **Memórias:** participação na Guerra do Contestado. Florianópolis: MPSC, 2012.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso:** perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013, p. 209-233.

SILVA, Daniel Santos. **O discurso da comunidade Mumbuca frente ao discurso do Estado.** 2011, 138 f. Dissertação (Mestrado em Letras)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VEYNE, Paul. História conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 64-88.

_____. **Como se escreve a história.** Foucault revoluciona a história. 4. ed. Brasília: UnB, 2014.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso:** ensaios sobre crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: USP, 2014.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Imagem contestada:** a guerra do contestado pela escrita do Diário da Tarde. Ponta Grossa: UEPG, 2015.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ.

Jornal **A República**, edição de 02 de outubro de 1901. Fundação Biblioteca



Nacional.

Jornal **A República**, edição de 20 de janeiro de 1906. Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal **Diário da Tarde**, edição de 23 de outubro de 1962. Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal **Diário da Tarde**, edição de 19 de janeiro de 1906. Fundação Biblioteca Nacional.

Jornal **Diário da Tarde**, edição de 08 de outubro de 1900. Fundação Biblioteca Nacional.





Pastores do sertão: natureza e pecuária no sul do Pará (1882-1940)

*Vania Vaz*³⁹

Introdução

A ocupação da Amazônia brasileira ocorreu de diferentes maneiras. A exploração das especiarias, peles de animais e madeiras nobres, motivou a abertura de variados caminhos. Neste capítulo, abordaremos o processo de ocupação do sul do Pará, divisa com os estados do Tocantins e Mato Grosso. Região ocupada por frentes migratórias do sertão, as quais de forma direta ou indireta foram sendo expulsas de muitas áreas onde viviam. As famílias sertanejas conduziram suas pequenas tropas de gado pelo Maranhão, pelo norte do antigo estado de Goiás (atual Tocantins), até chegarem à margem paraense do rio Araguaia. Essa vanguarda da frente pastoril, de origem nordestina, ao deparar-se com o território amazônico, conviveu e adaptou-se ao meio físico e social, convivendo nem sempre de forma harmoniosa com outros grupos já estabelecidos ou que vieram a se estabelecer na região: índios, religiosos dominicanos e ribeirinhos.

O grupo de origem nordestina mantinha a essência básica da cultura pastoril: a conquista de terras livres, contribuição ímpar na ocupação de grande parte do território nacional. O cenário no sul do Estado do Pará situa-se a mais de 1.000 quilômetros da capital, Belém. Uma vastíssima área que não foi ocupada no sentido litoral-interior, e sim sertão-interior, por famílias sertanejas fugindo dos conflitos de terras e poder dos coronéis, partindo em busca de paz e água. Outras frentes de menor contingente também chegaram nesse território: mineradores, caçadores, extrativistas e camponeses estabeleceram-se em área próximas.

Esta ocupação ocorreu reportando, em partes, o modo de vida do

39. Professora do Departamento de História do campus de Irati (UNICENTRO). E-mail: vaniavaz22@hotmail.com.



sertanejo com sua diversidade sociocultural nos territórios maranhense, goiano e paraense. Logo, devemos levar em consideração a vivência de diferentes perfis de sertanejos (AMADO, 1998; CORMINEIRO, 2009). O foco deste estudo são os sertanejos que se dedicavam de maneira direta à pecuária bovina, ou seja, aqueles de perfil pastoril.

A expansão da pecuária tradicional extensiva consolidou a autonomia da onda pastoril. As necessidades dos sertanejos os levaram a percorrer e mesmo a abrir os novos caminhos pelo sertão, pelo cerrado e pela floresta Amazônica. À medida que avançavam e ocupavam territórios, inclusive áreas indígenas, se distanciavam das normas e condutas estabelecidas pelas sociedades estabelecidas. Nesse processo, contribuíram para a formação de novos núcleos populacionais.

O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprias transportavam das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante há um tempo, multiplicando-se sem interstício, fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões (ABREU, 1928, p. 71). [grifo no original].

A pecuária promoveu a ocupação territorial. Deffontaines (1957, p. 662), em estudo sobre o desenvolvimento da pecuária no Brasil e na América Latina, destacou: “[...] felizmente, o gado é o único produto que supera o grave problema da distância, ele não exige um meio de transporte, ainda que seja necessária pelo menos uma rota.” Ele enfatizava que tal autonomia permitia o deslocamento sem grandes danos, proporcionando cada vez mais a conquista dos espaços vazios, pela pata do boi.

Gutiérrez (2010) concluiu que o avanço da pecuária no interior do



Brasil fez desta atividade um dos principais setores econômico em diferentes períodos. A criação de gado contribuiu para o desenvolvimento de estradas e rotas comerciais em função da constante demanda por seu maior produto no cenário nacional: a carne.

O gado, introduzido inicialmente no Brasil pelos portugueses, era originário de Cabo Verde. Esses animais passavam por processo natural de adaptação, pois em território brasileiro os seus donos dispensavam qualquer tipo de instalações, como os estábulos, e deixavam que os animais instintivamente fossem atrás de água e comida. Ribeiro (1995) aponta que parte desses primeiros lotes de animais ocupou o interior de Pernambuco e parte do recôncavo baiano. No final do século XVI, o gado se multiplicou e ocupou áreas próximas ao rio São Francisco e também de áreas do Piauí e do Maranhão.

Desde seus primórdios, a economia pastoril foi modesta comparada à economia açucareira no nordeste brasileiro. Contudo, o constante crescimento da população em geral dinamizou o alargamento de mercado para a carne e o couro, proporcionando a crescente e contínua expansão da atividade.

A expansão da pecuária levou consigo populações para o interior do Brasil, “[...] acabou incorporando ao pastoreio uma parcela ponderável da população nacional, cobrindo e ocupando áreas territoriais mais extensas que qualquer outra atividade.” (RIBEIRO, 1995, p. 340).

As características particulares da interiorização do gado proporcionaram uma intensa expansão territorial. A “[...] ocupação de terras era extensiva e até certo ponto itinerante [...]”, segundo Furtado (2004, p. 63). As primeiras ocupações eram escolhidas pelo regime das águas e pela localização dos mercados consumidores dos produtos extraídos do rebanho. Contudo, o distanciamento era obrigatório para os novos criadores. O crescimento do número de fazendeiros e das cabeças de bovinos nos rebanhos incentivava a expansão das áreas de pastagens, por onde ainda houvesse terras “livres” por ocupar.

Quanto ao desenvolvimento distinto das duas frentes de expansão da



pecuária pelo interior do nordeste brasileiro, a baiana e a pernambucana, Abreu (1928) apontou que alguns trechos dessa expansão foram bem difíceis, devido à precariedade ou inexistência das vias de acesso, principalmente no Maranhão e Piauí. Mesmo assim, parte dos integrantes da frente baiana conquistou a fértil e distante região maranhense, logo denominada de Pastos Bons. Daí partiu o grupo de pequenos criadores que iniciou a pecuária no sul do estado do Pará.

Prado Júnior (2004, p. 63), em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, difere estas duas ondas pastoris, a baiana e a pernambucana, que se deslocavam pelo nordeste brasileiro. Elas ocuparam regiões do Ceará, Piauí e Maranhão, porém a ocupação do território nordestino não foi uniforme. Parte dessas rotas precárias do gado determinou o surgimento de comunidades e povoados, destacando também a região do alto Maranhão⁴⁰, Território dos Pastos Bons. Até as primeiras décadas do século XIX, foi esse local, próximo ao rio Tocantins, a fronteira mais ocidental encontrada pelos pastores nordestinos, que mais tarde chegaram à Amazônia.

Para Furtado (2004), o avanço de criadores de gado em direção ao interior do Maranhão possibilitou a chegada às áreas da floresta. A busca por melhores pastagens naturais permitiu que algumas frentes alcançassem o interior do Maranhão junto à margem do rio Tocantins, próximos ao bioma amazônico.

Desde as últimas décadas do século XVIII, o rio Tocantins era alvo de expedições para estudo da geografia e das riquezas minerais por parte dos governos das capitânicas do Pará, Goiás e Maranhão. Tais expedições contribuíram para ampliar as rotas terrestres, facilitando a difusão da pecuária por este território (VELHO, 1972).

Com o sutil crescimento das rotas terrestres e da movimentação de embarcações em toda a região, foram criados entrepostos comerciais para o controle fiscal das províncias. A partir desse momento, além da localidade de Pastos Bons, outras comunidades sertanejas se formaram próximas ao rio

40. "Em 1751 a capitania contava com oito freguesias, cinco engenhos de açúcar, duzentas e três fazendas a criar gado, das quais quarenta e quatro em Pastos Bons e trinta e cinco em Aldeias Altas." (ABREU, 1928, p. 70).



Tocantins, como Carolina, no próprio Estado do Maranhão (1810), e Boa Vista do Tocantins, atual cidade de Tocantinópolis – TO, à época norte de Goiás (1825).

Em começos do século XIX, um primeiro núcleo urbano é fundado nas margens goianas do Tocantins, Boa Vista, sucedido pela ocupação paulatina de todo o território delimitado pela junção desse rio com o Araguaia. Aí se defronta a frente pioneira com um movimento colonizador orientado do sul, seguindo o curso do Araguaia, composto por criados de gado e garimpeiros. A onda expansionista meridional não tem, entretanto, a importância do movimento nordestino e cedo se funde a ele, deixando a tarefa de definir o estilo cultural das novas ocupações que se farão agora em território paraense. (MOREIRA NETO, 1960, p. 9).

A onda pastoril ganhava força, principalmente à medida que encontrava terras ainda não ocupadas. O avanço de parte do rebanho para a região norte ocorreu por dois fatores: o clima regular e a água em abundância. Entretanto, à medida que a onda pastoril avançava, essa frente distanciava-se dos centros de comércio até então existentes, permanecendo ainda mais sujeita a novos desafios para manutenção da atividade pecuária.

Durante toda a primeira metade do século XIX e boa parte da segunda, prossegue a expansão pastoril no Maranhão. Atravessa-se o Tocantins e vai-se ocupando os campos do norte de Goiás entre o Tocantins e o Araguaia. [...] A expansão agora parece fazer-se mais lentamente, talvez pela melhor qualidade das pastagens, que permitiria uma densidade relativamente maior das cabeças de gado, [...] (VELHO, 1972, p. 27).

Desde as primeiras instalações, ainda nas margens do Rio Tocantins, em território maranhense, os criadores de gado sertanejos passaram a ter, ainda que de forma tímida, trocas de produtos com algumas comunidades amazônicas. Além do contato com os camponeses e pequenos criadores goianos.

Entre os pequenos criadores de gado do norte goiano havia muitos



garimpeiros, que, após a exaustão das maiores jazidas, deslocavam-se ainda mais ao norte de Goiás com duas outras expectativas: a coleta de especiarias ou a possibilidade de se tornarem criadores (REIS, 2001).

A onda criatória de origem nordestina com traços maranhenses se integrou ao movimento vindo de Goiás, composto por garimpeiros, pequenos criadores goianos e camponeses. Esse encontro evidenciava as características híbridas da nova população do extremo norte goiano. Essa região possuía uma geografia privilegiada e sempre alimentou disputas entre grandes coronéis, pelas grandes áreas livres. Nessas disputas eram questionadas demarcações territoriais, e confrontava-se o poder e prestígio político dos coronéis, frente à humilde população que ainda se formava.

Devido à localização geográfica das fronteiras de Goiás, Maranhão e Pará, havia constantes disputas pela demarcação de suas áreas limites. Em cada um desses espaços, ocorriam disputas políticas regionais e por terras, geralmente violentas entre coronéis e grandes posseiros. A dinâmica de ocupação das populações sertanejas pastoris levava em consideração apenas a qualidade da área conquistada e a possibilidade de acesso, não manifestando outras preferências.

Nos anos finais do século XIX e primeira década do século XX ocorreram disputas muito violentas entre coronéis, destacando-se as disputas na região de Pedro Afonso, no Maranhão (CORMINEIRO, 2009) e no antigo norte goiano, região de Boa Vista (AUDRIN, 1946). Esses conflitos influenciaram diretamente o movimento de ocupação de novas terras, principalmente por pequenos criadores e camponeses, os quais evitavam as determinações dos coronéis para se incorporarem aos seus grupos de jagunços nessas disputas. Assim, pequenos grupos se deslocaram e fundaram pequenos aglomerados, em sua maioria em áreas opostas às rotas tradicionais, então utilizadas.

A trajetória natural de ocupação de novas terras para o rebanho, unida à necessidade de fugir dos conflitos fomentados por coronéis na região goiana de Boa Vista do Tocantins, fez com que grupos cruzassem o rio Araguaia⁴¹ e

41. Existem alguns programas de pós-graduação no Brasil que inauguraram pioneiramente um diálogo intercultural, da mesma maneira que no Chile, na Colômbia, Bolívia, Equador, México e Guatemala.



chegassem à margem paraense no final do século XIX.

A partir dos relatos deixados pelos padres dominicanos e outros estudos realizados por viajantes e observadores, percebe-se que esses pequenos grupos passaram a exilar-se na margem paraense do rio Araguaia entre os anos de 1892 a 1896. Esses anos iniciais do período republicano foram marcados pela grande mobilidade dos grupos que habitavam o vasto sertão do Brasil Central, em especial o norte goiano.

O movimento e os traços culturais dos pequenos criadores de gado que se dispersavam ocupando áreas cada vez mais distantes no período colonial tornaram-se relevantes para compreender a origem de costumes e práticas sociais, bem como as formas de manejo do gado que persistiram por várias gerações, mesmo quando alcançaram o território de transição entre o Cerrado e a Amazônia, no sul do Pará.

Nos relatos dos religiosos dominicanos, há histórias de famílias que chegaram a conhecer alguns missionários, os quais em situações críticas tentaram, mesmo sem êxito, apaziguar os conflitos sangrentos ocorridos em Boa Vista, área de atuação da missão de Porto Nacional. Nessa localidade lutavam dois partidos inimigos. Segundo Audrin (1946), eles eram chefiados por dois coronéis do norte goiano, o Cel. Perna e o Cel. Leitão. Para Ferreira (1997), os primeiros anos da transição entre a Monarquia e a República geraram fortes mudanças na composição do poder em todo o território goiano, principalmente pela tentativa de outro grupo político, conduzido por Xavier de Almeida, que tentava tomar o poder derrubando o poderio de Leopoldo de Bulhões.

Mesmo que as mortes violentas, em decorrência das disputas entre coronéis, assustassem a população sertaneja, a conquista de novas áreas de pastagens naturais era imprescindível para que eles pudessem manter seus animais. Essa população sertaneja traça então uma rota de fuga para enfim se instalarem em alguma área ainda livre, deixando para trás o poder político, social e econômico dos coronéis goianos.

Esse grupo que se arriscou a cruzar o rio Araguaia com embarcações



bem precárias, encontrou uma nova área, onde se mesclavam elementos do sertão, do cerrado, além de uma densa floresta. Velho (1972, p. 27) considera que: “[...] é importante fixar a ideia de que o caráter dessa frente pecuarista tornava-a inseparável dos campos naturais.” Não havia recurso e nem experiência prática para transpor os obstáculos de grandes matas fechadas que eram encontradas nessas áreas de transição de vegetações.

A chegada à margem paraense do rio Araguaia ocorreu de forma tímida e com mínimas intervenções no vastíssimo território. Moreira Neto (1960) estima que as primeiras famílias que chegaram ao Pará cruzando o rio Araguaia fixaram-se na margem de algum de seus afluentes, como os rios Inajá e Arraias, sendo a formação do primeiro núcleo populacional nomeado de Santana da Barreira, por volta de 1882. Essas famílias deixaram para trás as relações comerciais frequentes, as redes terrestres de melhor acesso e os núcleos populacionais em pleno desenvolvimento no estado de Goiás.

Ao estudar aspectos das frentes de expansão criatórias que penetraram em territórios tribais Kayapós, Moreira Neto (1960, p. 6) resume: “[...] não havia o arame, o grande elemento pacificador e protetor da cultura dos campos. Daí uma das razões da retirada dos currais de criação para o sertão brasileiro.” Circunstancialmente, sobram-lhes as terras que não eram adequadas para a promissora agricultura em maior escala ou de interesse dos grandes fazendeiros, fortalecendo o caráter itinerante e simples desta pecuária tradicional.

A marginalização dessas áreas de pastagens relacionava-se diretamente com a ausência do poder público ou de coronéis. Em fases de repentino declínio da atividade criatória, ela perdia suas possibilidades de comercialização e se isolava temporariamente entre seus pares nas relações de troca, tornando-se ainda mais autossuficiente quanto às necessidades primárias (SODRÉ, 1962).

No recomeço, em território paraense, os pequenos criadores passaram dificuldades similares àquelas passadas por seus ancestrais na marcha inicial pelos sertões do nordeste brasileiro. Dentro das poucas possibilidades de crescimento do território sul paraense, eles praticamente voltaram a uma economia de subsistência básica, com raras transações comerciais.



A onda criatória que se expandia na margem paraense do rio Araguaia foi parte de um movimento migratório de grupos de nordestinos e goianos. Outros pioneiros, seguindo outras rotas, chegaram às margens do rio Itacaúnas, onde se somaram às populações indígenas e ribeirinhas na constituição do Burgo Agrícola do Itacaúnas.

O burgo agrícola à margem do rio Itacaúnas, originou a cidade de Marabá-PA, 450 km distante de Conceição do Araguaia-PA. O lugar teve inicialmente trajetórias similares na pecuária, mas logo se diferenciou quando se tornou um grande pólo de extração da castanha e cresceu com o poder da oligarquia dos castanhais, realizando outro modelo de ocupação territorial (PENÁRROCHA, 1998).

Dessa forma, a acessibilidade para percorrer as grandes distâncias entre Conceição do Araguaia, Marabá, Belém e Porto Nacional⁴² foram superadas de forma gradual, seja pelo transporte aquático, seja pelo melhoramento das rotas terrestres. A vanguarda da frente criatória instalou-se primeiramente às margens do Araguaia e afluentes, e aproximou-se da população indígena local para aproveitar-se de seus trilhos e caminhos rústicos em meio à floresta.

Em junho de 1881, a Ordem Dominicana no Brasil havia iniciado suas missões no país. Por volta de 1896, recebeu a autorização de seus superiores na França para fazer experiências de catequese, tendo como foco os indígenas da margem direita do rio Araguaia, ainda dentro dos limites da diocese de Goiás.

Em outubro de 1896, dois missionários dominicanos, baseados no seminário de Minas Gerais, os freis Gil Villanova e Ângelo Dargainaratz, iniciaram um longo percurso, partindo do porto fluvial de Leopoldina⁴³, na busca de índios para evangelizar. Foram seguindo o rio Araguaia, passaram a Ilha do Bananal, e no final desse mesmo ano encontraram uma aldeia de camponeses, com cerca de 30 cabanas e uma rústica capela (AUDRIN, 1946; SANTOS, 1996).

42. "A cidade de Porto Nacional, no final do século XIX era uma cidadezinha com suas casas no alto de um penhasco, ao abrigo das grandes cheias do rio Tocantins. Situada a quase mil quilômetros ao norte de Goiás, si à margem direita do Tocantins, estava completamente separada dos grandes núcleos de população. Na região viviam centenas de caboclos e indígenas abrigados nas selvas ou sob ranchos toscos de sapé e barro." (SANTOS, 1996).

43. Porto de Leopoldina, atualmente região da cidade de Aruanã-GO.



Em fins de Janeiro de 1888, frei Gil, frei Estevão Gallais e mais um guia encarregado das montarias e dos animais de carga, puseram-se a caminho de Rio Bonito, iniciando assim a longa marcha dos dominicanos pelo sertão brasileiro em busca de índios para evangelizar. Foi o primeiro passo de uma caminhada que, oito anos mais tarde, desembocaria em Conceição do Araguaia com a fundação, em 1896, do Centro Catequético indígena, no estado do Pará, à margem esquerda do Araguaia. Em torno desse centro, nasceria um ano depois, em 1897, a cidade de Conceição do Araguaia (SANTOS, 1996, p. 101)

O contato inicial com os sertanejos foi oportuno, pois eles já haviam iniciado uma convivência relativamente pacífica com os índios da região, inclusive foram estes sertanejos que conduziram os religiosos até a população indígena que estava estabelecida numa aldeia a cerca de dois ou três dias de marcha do povoado de Barreira de Santana, (AUDRIN, 1946).

Passada a euforia do primeiro contato e determinados a fundar a catequese, os religiosos se ocuparam em ter a aprovação de seus superiores na França, pois a priori eles tinham como limite todo o território da Diocese de Goiás, porém encontraram índios passíveis de catequização apenas na margem paraense.

Gradativamente, as áreas ocupadas pelos indígenas foram convertidas em pastagens, e as áreas já destinadas à agricultura indígena, geralmente em áreas de matas ciliares, foram bruscamente ampliadas para também alimentar o novo grupo. Tal aproximação não deixou que alguns indígenas escapassem de aliciamentos para o trabalho pastoril; já outros foram atraídos para se dedicarem às obras dos missionários dominicanos (MOREIRA NETO, 1960).

Para Moreira Neto (1960), a pecuária no Araguaia paraense ficou marginalizada devido à ausência de vínculos econômicos estruturados. Apesar disso, foi a permanência nesse novo território que proporcionou aos pequenos produtores as melhores e vantajosas oportunidades para fortalecer e pecuária nessa região remota.



Muitos pequenos produtores ampliaram o seu poder econômico em momentos cruciais da economia paraense: os dois ciclos de exploração da borracha. Mesmo assim realizaram poucas intervenções quanto ao poder político local em Conceição do Araguaia.

Entretanto, as maiores divergências entre esses produtores sertanejos de gado se relacionaram ao manejo da pecuária, principalmente a partir da década de 1940. Alguns criadores que mantinham contato e viajavam para outras regiões, onde a pecuária já empregava outras técnicas, tentavam reproduzi-las, até mesmo com tentativas de introduzir pastagens artificiais. Porém esbarravam num grande dilema: delimitação das propriedades com a instalação de cercas. E a legitimação do uso da terra pelo documento e não pela posse.

Todo o controle que os dominicanos conseguiram exercer diminuiu drasticamente por volta de 1904/1905, quando se descobriu nas matas próximas à Conceição do Araguaia uma rica área para extração da borracha e do caucho (AUDRIN, 1946; IANNI, 1978; SANTOS, 1996); a partir daí desenfreou-se uma intensa corrida para a região, tornando-se um dos vários pólos extrativos de goma elástica na Amazônia.

Diante da nova realidade, os dominicanos tiveram um novo desafio em evangelizar os novos pioneiros, que eram concentrados nos lucros da atividade da goma elástica. Logo os religiosos não conseguiam mais desempenhar o mesmo nível de controle que exerciam sobre grande parte dos moradores.

Em contrapartida, o maior fluxo de pessoas na região já contribuiu para que a atividade pecuária saísse do estrangulamento comercial. Os sertanejos passaram a comercializar mais carne e couro, bem como a administrar a venda de animais vivos ou de charque para as tropas que seguiam rumo ao imenso pólo de extração da borracha no rio Xingu.

O perfil itinerante na extração do caucho contribuiu na movimentação de pessoas naquele território, e os pequenos pecuaristas também se afastavam cada vez mais, procurando terras não ocupadas. Veiga et al. (2004) reflete que a presença de muitas mangueiras, com idades variadas, entre sessenta e



oitenta anos de idade no sul do Pará, é uma evidência forte da presença de antigas moradas espalhadas por toda essa região.

As famílias sertanejas trouxeram para a Amazônia brasileira toda a experiência da cultura sertaneja, sendo que alguns aspectos da cultura e da prática da pecuária foram sendo moldados e readaptados ou até mesmo desaparecendo. Mas se apresentavam inflexíveis quanto ao apreço pelo isolamento e pela total aversão às normas jurídicas e políticas. Quando chegaram ao território paraense, ficaram bem distantes dos grandes núcleos populacionais.

A frente pastoril, principalmente a localizada na região do Pau d'Arco⁴⁴, tinha seus caminhos travados pelos dois rios, o Araguaia e o Xingu, e o novo ciclo econômico que surgia, com a movimentação de muitas tropas de seringueiros, seria uma válvula de escape regional.

O gado bravo, criado às soltas segundo as tradicionais técnicas pecuárias nordestinas, impossibilitava a travessia dos rebanhos nas frágeis embarcações em uso na época. Para os compradores de gado que vão do Piauí ao Maranhão, o gado que está na margem oposta do Tocantins quase não convém, pois as reses que atravessam o rio ficam estropiadas e com muito custo endireitam. Se não descansarem numa boa invernada não 'botam' até as feiras. Além disso, na travessia do rio muitas delas morrem, e é preciso também pagar homens que são especializados nesse serviço (MOREIRA NETO, 1960, p. 14).

O sertanejo que se estabeleceu no sul do Pará manteve sua economia voltada para a economia de subsistência, mas nunca se negou a possíveis relações comerciais. O grupo foi se articulando para buscar pequenas rotas comerciais. Estas tentativas, mesmo que frustradas, contribuíram para a contínua melhoria e ampliação do rebanho.

A contínua dedicação à atividade pastoril proporcionou o fortalecimento da atividade com a dinamização do comércio de carne, nos dois ciclos de

44. A comunidade de Pau d'Arco, localizada dentro da área de Conceição do Araguaia, foi um importante povoado, voltado essencialmente para a pecuária. Surgiu a partir das buscas por áreas prósperas em paisagens.



desenvolvimento da borracha em território paraense. De certa forma, o grande surto de exploração da borracha, de 1870 a 1910, alcançou o sul do Pará praticamente no mesmo momento da instalação dos sertanejos. Mas foi muito curto o período das primeiras e rentáveis oportunidades de comercializações.

Outro ponto que influenciou o enraizamento do grupo de pequenos produtores de gado no sul do Pará foi a própria geografia. Era impossível o aproveitamento das áreas de florestas mais densas, entretanto existiam várias áreas de campo com oferta satisfatória de água em todas as épocas do ano. Estabeleceram-se nas áreas entre o rio Araguaia e o início das matas fechadas que impediam o avanço. “Ficou, portanto, a ocupação pastoril à margem da floresta amazônica e das formas de vida cultural que aí se desenvolveram.” (MOREIRA NETO, 1960, p. 68).

Na década de 1940, ocorreu um rápido ciclo de exploração da borracha e do caucho totalmente voltado para suprir a deficiência desses produtos naquele período e que teve consequências marcantes, principalmente pelas demarcações de áreas para a extração da goma elástica. Esse curto período foi expressivo para o crescimento do povoado, e surgiram as primeiras preocupações e percepções dos sertanejos pela posse de seus sítios e pequenas fazendas. Foi a partir deste momento que alguns moradores/criadores locais valorizaram a possibilidade de aquisição de documento, por mais simples que fosse, para a garantia de manutenção das áreas, tal como ocorreu com muitos explorados de caucho, principalmente aqueles que estavam mais bem situados.

Considerações Finais

Não bastava apenas possuir boas terras, seriam essas ainda mais valorizadas se estivessem localizadas junto ou próximas dos caminhos que levassem à sede do núcleo. A partir do momento que as posses foram decisivas para o sucesso da exploração da borracha, a dinâmica de delimitação do espaço das melhores pastagens naturais tornou-se também importante. “A terra adquiriu novo significado social.” (IANNI, 1978, p. 39).



De certa forma, esses produtores estavam desprevenidos e completamente despreparados para dinamizar todas as oportunidades oferecidas pelo surto da borracha. O ciclo do caucho entra em decadência, porém quando retorna com ainda mais vigor na década de 1940, será este o período que marcará o início das grandes transformações territoriais nesta região. Todavia, as novas configurações sociais e econômicas que surgiam na cidade dispersaram a população dos pequenos criadores ainda mais para o interior do território.

Poucos integrantes da frente pastoril preocupavam-se em buscar informações e recursos para investir no processo de legalização de suas posses, junto ao governo do Estado. A maioria dos pequenos criadores era totalmente desfavorável a qualquer tipo de oficialização e documentação de seus estabelecimentos rurais, por dois fatores distintos: um econômico, devido à dificuldade financeira de alguns; outro cultural, devido à total aversão quanto às questões governamentais e jurídicas. Infelizmente, tal como outros grupos espalhados por todo o território brasileiro, perderam suas áreas de trabalho; perderam assim principalmente o espaço de suas práticas sociais e culturais.

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 1998.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, jan./jun., 1995.

AUDRIN, José. Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. José Olympio. Rio de Janeiro, 1946.

CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda Percepções do tempo e do trabalho: as disputas dos sertanejos pobres no extremo norte de Goiás em torno dos seus modos de viver -1860 a 1920. **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 171-194, jul./dez., 2009.

DEFFONTAINES, Pierre. Routes et foires à bétail en Amérique latine. Revue de **Géographie Alpine**. Bourdeaux, v.45, n. 4, p. 659-684, 1957.

FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. **O coronelismo no Estado de Goiás (1889-1930): as construções do fenômeno pela história e pela literatura**. 1997. 162f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de



Goiás, Goiânia, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GUTIÉRREZ, Horácio. A pecuária no Brasil Colonial e Imperial: uma bibliografia. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, a. 171, n. 448, p. 263-281, jul./set., 2010.

IANNI, Octávio. **A luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. A cultura pastoril do Pau D'Arco. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. **Antropologia**. Belém, n.10, p. 1-112, mar. 1960.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. **Entre rios e trilhos: as possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República**. 2007. 129f. Dissertação (Mestrado em História)– Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2007.

PEÑARROCHA, Pedro Petit. **Territórios e política e economia: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. 1998. 350f. Tese (Doutorado em História)– Pós Graduação da FFLCH/ USP, São Paulo, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Edivaldo Antonio dos. **Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930)**. Dissertação. 1996. 172f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias)– Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

SODRE, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

VEIGA, Jonas Bastos da et al. **Expansão da pecuária na Amazônia: Pará/Brasília**: UnB, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.



Memórias em disputa no Reino místico dos pinheirais: uma releitura do conflito sertanejo no Contestado

*Claércio Ivan Schneider*⁴⁵

*Milliann Carla Strona*⁴⁶

Introdução

Muito se produziu em termos de narrativa histórica em torno do Contestado⁴⁷. Pode ser identificada vasta produção documental sobre o conflito, em especial a confeccionada pelo exército e pela imprensa da época, bem como os inúmeros trabalhos científicos contemporâneos originados no âmbito universitário. Estas produções representam posições bem distintas e, muitas vezes, antagônicas. De um lado, de caráter oficial, há uma defesa da guerra promovida pelo Estado, pela Companhia Ferroviária e pelos coronéis contra o que se considerava atraso e barbárie, representados pela figura dos sertanejos. De outro lado, na perspectiva acadêmica, a crítica às atrocidades cometidas contra uma população sertaneja que reivindicava a posse da terra e a liberdade religiosa. Essa guerra, portanto, não se deu apenas no campo de batalha, ela também é travada no campo das memórias, das narrativas e das comemorações. Em meio a essas inúmeras disputas pela narrativa e pela memória do Contestado, outras fontes aparecem como forma de ressignificar os acontecimentos de mais de um século atrás. Em especial, destacam-se as produções ficcionais sobre o Contestado. Marilene Weinhard, em artigo

45. Professor do Colegiado de História do campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE). E-mail: claercios@gmail.com.

46. Graduada em História, campus de Irati (UNICENTRO). E-mail: milliannstrona@gmail.com.

47. A Guerra do Contestado ocorreu entre os anos de 1912 a 1916, em regiões de disputa entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. O conflito se originou com a contestação dos agricultores quanto à doação de terras feita pelo governo brasileiro a companhias madeireiras e à empresa Souther Brazil Lumber & Colonization Company, responsável pela construção da estrada de ferro que ligou São Paulo ao Rio Grande do Sul. Na definição de Wilson Gasino: "A Guerra do Contestado foi uma disputa dos sertanejos que ocupavam originalmente as terras da região contra os coronéis e a companhia internacional responsável pela construção da ferrovia, extração de madeira e colonização. O conflito durou aproximadamente quatro anos e, no seu auge, os revoltosos, chamados de fanáticos pela crença nos monges peregrinos, chegaram a dominar uma área de mais de 28 mil quilômetros quadrados, algo que equivale ao estado de Alagoas." (GASINO, 2011, p. 11).



publicado em 1998, apresenta um panorama dessas publicações, apontando para a relevância dos textos ficcionais para a releitura do movimento. Entre as obras apontadas pela autora, destacam-se os romances históricos de Casa Verde (1963), de Noel Nascimento, e Geração do deserto (1964), de Guido Wilmar Sassi. Além destes, outros títulos contemporâneos se tornaram públicos, como: o Império caboclo (Movimento, 1994), de Donald Schüller; Os rebeldes brotam da terra (FTD, 1995), de Alcides Ribeiro J. da Silva; e O bruxo do Contestado (Nova Fronteira, 1996), de Godofredo de Oliveira Neto. Além destes, destaca-se o romance que a literária Marilene dedica especial análise, o texto intitulado Eles não acreditavam na morte, de Frederecindo Marés de Souza, considerado a primeira produção ficcional em torno do Contestado, publicado postumamente em 1978.

Como visto, é significativo o número de produções ficcionais que tem o Contestado e suas personagens como alvo de registro. Este artigo pretende promover um debate em torno de uma produção ainda mais contemporânea sobre o Contestado e até então desconsiderada na historiografia. Trata-se do romance histórico escrito pelo jornalista Wilson Joel Leal Gasino⁴⁸, intitulado O reino místico dos pinheirais, publicado em 2011. Nessa obra, o escritor dramatiza a participação dos sertanejos na guerra do Contestado, problematizando a sua luta pela vida e explorando diferentes dimensões humanas de um conflito violento. Este envolveu mais de 60 mil pessoas, dentre as quais se estima que 50 mil sertanejos, resultando em cerca de seis mil mortos. Sobre o conflito do Contestado, afirma Gasino:

A história do conflito sertanejo do Contestado é em seu todo fascinante, tanto por envolver o universo místico, como por retratar um drama com a realidade de paixões, ambições, ideais, heroísmo e profundos dilemas humanos no mundo concreto. Seus personagens são pessoas comuns que poderiam ter cruzado na rua com nossos bisavôs, e ao mesmo tempo são tão fantásticos que beiram o mito. No cerne de todo o enredo está a terra, identificada misticamente com o coração e as suas mais profundas e ancestrais paixões, sua

48. Wilson Joel Leal Gasino nasceu em 1967, em União da Vitória, Paraná. Formado pela Universidade Federal do Paraná, é jornalista há 25 anos e trabalhou em jornais do estado como Gazeta do Povo, Diário do Norte, Jornal do Estado e de Londrina e também no jornal A Tarde (BA). Em março de 2006, lançou o livro reportagem História sobre Corrupção e Ganância, e, em 2011, O Reino Místico dos Pinheirais.



luta pela vida: o alimento, o abrigo, o sexo. E é justamente por isso que essa história toca tão a fundo, espalhando suas raízes dentro da gente, despertando sensações atávicas, mexendo com arquétipos e levantando profundas e fundamentais reflexões sobre a condição humana (GASINO, 2011, p. 14-15).

Um conflito que se pode compreender pelo universo mítico retratado nos dramas e dilemas humanos da realidade concreta do início do século XX. As personagens comuns que habitavam esse espaço regional – posseiros, caboclos, lavradores, camponeses, etc. – reivindicam a terra e o direito à vida. É essa condição humana, sujeita a diferentes violências, tanto físicas quanto psicológicas, que Gasino toma como alvo de dramatização, constituindo e reconstituindo memórias que os tornam protagonistas e não apenas vítimas, registrando diferentes percepções e revelando diferentes sensibilidades que podem auxiliar na compreensão da complexidade do conflito. Este transformou os até hoje marginalizados da historiografia oficial em protagonistas da história da guerra do Contestado. Seus algozes – coronéis, governo estadual, militares e empresários – travam diferentes disputas pelo monopólio da memória, de uma memória oficial, que os tornaram vencedores e protagonistas principais do conflito, isentando-os da responsabilidade pelos crimes cometidos.

As representações que o romancista constrói em torno da memória dos sertanejos, que constituíram e ainda constituem comunidades tradicionais nas regiões originalmente disputadas pelos Estados do Paraná e Santa Catarina, auxiliam pesquisadores de diferentes áreas a revisitarem as comunidades tradicionais e os sujeitos historicamente marginalizados pela historiografia oficial. Neste capítulo busca-se analisar a relevância documental desse romance histórico enquanto fonte para problematizar as disputas pela memória da história do Contestado. Dá-se especial atenção às contribuições que Gasino estabelece no campo da pesquisa história – na medida em que a composição da trama se deu a partir de intensa pesquisa histórica –, na tentativa de agregar novas informações e sensibilidades que a historiografia pouco desenvolveu. Nesse sentido, cabem algumas problematizações: qual a visão de história ou qual memória que Gasino constrói em torno do Contestado? Com quem está dialogando? Como justifica a produção da obra romanesca em meio a tantas



outras de teor oficial? O que pretende trazer à tona com as histórias retratadas no romance? Quais memórias sertanejas são colocadas em relevo? Qual o significado deste romance na contemporaneidade?

O conceito de memória no campo histórico não denota hoje o sentido que o conceito agregava décadas atrás, passiva e pouco móvel. Como destaca Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, apud BARROS, 2011, p. 320).

A memória está aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. Nesse sentido, ao invés de limitar as representações históricas, fixando sentidos únicos – questão que Gasino problematiza em seu romance histórico em torno dos sertanejos no Contestado –, a memória (ou as memórias) passa a enriquecer novas perspectivas historiográficas, as quais repensam seus pressupostos a partir do uso de memórias individuais ou coletivas como fontes históricas. Dessa forma, a própria produção histórica, como avalia Barros, é alvo de crítica pelas memórias que constrói e legitima e por outras memórias que são desconsideradas ou mesmo escamoteadas, porque não são apenas os historiadores que realizam esse trabalho de construir ou reavivar a memória, mas todo um conjunto de instituições, como museus e a imprensa, por exemplo, e também os meios políticos que buscam cristalizar memórias segundo seus interesses. Esse campo de produções em torno das memórias históricas é complexo e sempre está em disputa⁴⁹.

Narrativas em torno do Contestado e o lugar do romance histórico de Gasino

O reino místico dos pinheirais é um romance histórico que sintetiza

49. Para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de memória, consultar as obras: HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013. LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1994. NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez., 1993.



uma reatualização da memória do Contestado na contemporaneidade. Seu caráter revisionista e ressignificador de histórias, em especial das histórias dos sertanejos, é fundamental, na medida em que as histórias precisam ser atualizadas para que as memórias possam ser problematizadas. Como justifica o próprio autor ainda no prólogo, a relevância em se revisitar esse conflito é fundamental. Primeiro, porque o que ainda prepondera, mesmo na memória local, é a versão oficial da história, escrita pelos vencedores, e para os outros, “[...] a história se tornou uma espécie de tabu e mesmo os indivíduos que dela participaram, ou tiveram ancestrais nela envolvidos, fizeram de tudo para livrar-se da sua memória, temendo represálias que se seguiram ao encerramento do conflito.” (2011, p. 10). Gasino se apoia na memória preservada por alguns moradores que ainda se orgulham dos monges para poder reescrever as histórias dos sujeitos sertanejos. Segundo o autor:

Este livro não tem a intenção de trazer à tona uma versão nova e rigorosamente histórica dos fatos, e sim, por meio das aventuras paralelas de personagens de ficção que poderiam ter vivido naquele tempo, contar um pouco desse maravilhoso momento da construção do Brasil, recriando parte desse rico universo do imaginário popular regional e reavivando alguns questionamentos da época que acompanham até hoje o setor rural do país. (2011, p. 10)

Não é minha intenção realizar um tratado histórico ou revelar fatos que ainda não foram levantados e descritos pelos especialistas. O objetivo é apenas contar uma das possíveis histórias dos possíveis personagens que viveram esta história. É acrescentar novas lendas ao cancionário tradicional desse conflito, preenchendo algumas lacunas da memória com novas fantasias, fazendo personagens reais conviverem com alguns criados pela imaginação e também pedindo licença para dar um novo brilho e um novo colorido ao que se passou, modificando alguns incidentes para efeito da dramaturgia sem por isso deformar a corrente dos fatos ou distorcer o seu sentido e suas lições. (2011, p. 14)

Gasino é um autor consciente do gênero que produz: romance histórico⁵⁰.

50. Alcmemo Bastos, no artigo intitulado As fontes documentais e os autores de romances históricos (por eles mesmos), desenvolve importante argumentação em torno do trabalho de pesquisa histórica realizado pelos autores de romances históricos para a construção do texto. Esclarece que esse tra-



Deixa claro que sua obra tem por finalidade acrescentar novas lendas ao cancionero tradicional protagonista do conflito, preenchendo algumas lacunas da memória com novas fantasias. Desse modo, o autor faz com que personagens reais convivam com alguns criados pela imaginação. Ele também modifica alguns incidentes para efeito da dramaturgia sem por isso deformar a corrente dos fatos ou distorcer o sentido e as suas lições. Esses objetivos impelem Gasino a construir novas versões sobre os sertanejos, na medida em que mostra preocupações com relação ao modo como a história do Contestado foi escrita pelos seus intérpretes. Crítica enfaticamente a história oficial.

Com o fim do conflito no ano de 1916, muitos militares escrevem suas memórias e impressões do conflito. Essas obras incorporam e sintetizam um caráter de história oficial, a qual é criticada pelo autor. Por exemplo, Fernando Setembrino de Carvalho foi comandante de operações militares durante a guerra do Contestado (1914-1915). Setembrino possui um arquivo pessoal, depositado no CPDOC, composto por 1.352 manuscritos. A documentação produzida durante o conflito aborda especialmente as operações militares, movimento que foi chamado à época de pacificação do Rio Grande do Sul. Os documentos que compõem esta série – principalmente telegramas – oferecem informações sobre os contatos entre Setembrino de Carvalho e os governos estadual e federal, principalmente. Outra obra é a Campanha do Contestado: episódios e impressões, de autoria de Demerval Peixoto, militar que também participou do conflito. No site da cidade de Porto União da Vitória-SC, há uma lista de obras publicadas por militares que escrevem sobre o Contestado, das quais se destacam: as anotações de Antonio Alves Cerqueira, em *A Jornada de Taquarussú* (1919); o escrito de Ezequiel Antunes, em *O Contestado entre Paraná e Santa Catharina* (1918); e as narrativas *Campanha do Contestado* (1916) e *A Campanha do Contestado* (1917), de Demerval Peixoto.

Gasino faz questão de mostrar aos seus leitores o problema que se refere às versões oficiais da história do Contestado, pois, a partir do momento

balho pode ir desde o encontro e aceitação do registro histórico até a sua refutação e contestação. Esse procedimento também é perceptível no trabalho ficcional de Gasino, que procurou contestar a memória em torno do Contestado construída pela historiografia oficial, apontando para a necessidade de reavivar a memória desse conflito a partir de novos testemunhos e na atenção à historiografia acadêmica construída na contemporaneidade. BASTOS, Alcmeno. As fontes documentais e os autores de romances históricos (por eles mesmos) *Matraga*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 64-79, jul./dez., 2012.



que a história narra os fatos na perspectiva dos vencedores, descaracteriza-se a história dos vencidos. Isso gera contradições, dúvidas e dilemas éticos para aqueles que desejam conhecer ou pesquisar o conflito, respeitando a pluralidade de posições, sensibilidades e subjetividades dos diferentes participantes. O autor vê o conflito como uma fantástica história. Percebemos que o encantamento do autor está vinculado ao lado místico da história, o que para ele torna o fato ainda mais próximo do território das lendas. No início do livro, nas páginas 11 e 12, o autor explica, por meio de um relato pessoal, como foi seu primeiro contato com a guerra dos fanáticos. Afirmo que seu contato se deu pelo lado místico da História do Contestado quando tinha apenas 16 anos e passava as férias de julho na casa dos pais, em União da Vitória, pois estudava em Curitiba. Entre os dias 8 e 10 de julho de 1983, uma intensa chuva fez o Rio Iguaçu subir rapidamente e as águas inundaram as cidades de União da Vitória e Porto União. Gasino lembra que houve muitos desabrigados. Havia uma profecia em torno do Monge João Maria, o qual teria alertado o coronel Amazonas Marcondes de que ocorreria uma grande enchente, e que, por ele ter ajudado, a água não chegaria até sua casa, além de que o cruzeiro que o monge havia pregado no morro cairia com a chuva forte e poucos dias depois uma serpente apareceria confirmando os fatos.

Curiosamente os fatos descritos ocorreram e a grande enchente de 1983 era carregada de misticismo. “Uma grande procissão foi feita, na qual os fiéis subiram o morro e recolocaram a cruz no seu lugar. Uma grande massa apinhou nas ruas estreitas.” (GASINO, 2011, p. 12). Esse episódio despertou o interesse e a curiosidade de Gasino, que passou a estudar a Guerra Santa e seus movimentos messiânicos. Segundo ele (2011, p. 14),

Foram várias semanas de pesquisa para que eu pudesse desenhar os personagens, cujas vidas comuns e dramas pessoais se entrelaçariam com a saga da guerra sertaneja. Além da minha irmã, Márcia Gasino Ribas, tenho muito a agradecer aos vários autores de livros e artigos sobre o tema, principalmente ao historiador gaúcho Paulo Pinheiro Machado, em cujo livro, ‘Lideranças do Contestado’, encontrei a mais rica e, ao meu ver, fiel descrição e análise dos fatos históricos e suas repercussões. Outros autores



importantes nessa busca de informações e impressões sobre o conflito foram Alves de Cerqueira, Douglas Teixeira Monteiro, Euclides Felipe, Hermínio Milis, Marli Auras, Maurício Vinhas de Queiróz e Paulo Ramos Derengoski.

Na citação, Gasino mostra aos leitores os caminhos que percorreu para desenvolver a pesquisa. A composição do romance histórico implica muita pesquisa. Gasino arrolou vasta documentação, em especial aquela produzida pela imprensa da época – no romance considera e questiona a posição oficial do jornal *O Trabalho*, que defendia o interesse dos coronéis –, bem como fontes secundárias produzidas por pesquisadores contemporâneos. Dentre estas, destaca-se o trabalho do historiador Paulo Pinheiro Machado, o qual reflete sobre a guerra do Contestado e a situação dos sertanejos. Em uma entrevista ao CPDOC, Machado conta sobre seu interesse pelo conflito do Contestado.

Estudo o Contestado desde o final dos anos 1980, quando passei a trabalhar na UFSC. A grande oportunidade de pesquisa foi o doutorado, realizado entre 1997 e 2001, na UNICAMP. Ao longo do trabalho de pesquisa, alternei viagens ao planalto e meio oeste catarinense, com entrevistas com os últimos sobreviventes do conflito e a consulta a arquivos de Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba e Rio de Janeiro. Tive a sorte de contar com o acesso a grande acervo de fontes judiciárias (civis e criminais) e militares (das Polícias e do Arquivo do Exército) que durante muito tempo não estiveram disponíveis aos pesquisadores (MACHADO, 2012).

Desde então, o autor tem escrito importantes narrativas sobre o Contestado, como a obra *Lideranças do Contestado* (2004), citada por Gasino, bem como outros estudos, como a tese *Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiência dos sertanejos do Contestado*. Nestes trabalhos, Machado historiciza os diferentes pontos de vista do conflito por meio de entrevistas com sobreviventes, apontando para o problema da memória:

Na memória dos sobreviventes e seus descendentes, as razões do movimento sertanejo são frequentemente obscuras quando não reproduzem diretamente o discurso



vencedor dos militares e dos políticos republicanos. Entre os fazendeiros e seus descendentes não há dúvida: o movimento sertanejo foi puro banditismo. O neto do coronel Antônio Carneiro, dos Campos de São João, afirma que: 'A guerra foi assim, puro banditismo. Hoje tem muita gente contando outras coisas, dizendo que havia problemas de terras, que tinham sido tomadas pelos americanos, mas é tudo invenção. Naquela época havia terra de sobra para quem quisesse. Era tudo terreno devoluto. Os governos até facilitavam a legitimação das posses. Este sertão era muito grande, a população era pequena' (MACHADO, 2011, p. 180).

Machado mostra que, na contemporaneidade, a memória dos sobreviventes e dos descendentes sobre as razões do movimento sertanejo está obscura ou reproduz o discurso vencedor. Por que? Por outro lado, Machado revela que ainda predomina entre a elite uma visão negativa, como, por exemplo, a do neto do fazendeiro sobre os sertanejos. Essa visão foi criada por uma história oficial escrita por militares. Logo Paulo, assim como Gasino, questiona essas memórias criadas pelos e sobre os sertanejos. Para tanto, vão buscar novas testemunhas na tentativa de reatualizar o conflito, só que desta vez na perspectiva dos vencidos, ou seja, dos sertanejos, restituindo-lhes a dignidade, a memória e a condição humana. Gasino e Machado criticam a História Oficial construída em torno do Contestado, mas também questionam a tentativa de apagar a história do Contestado por parte dos próprios sertanejos, que negavam a sua identidade e pertencimento ao grupo. Machado também tesse considerações a respeito do posicionamento do sertanejo com o fim do conflito:

Por muito tempo existiu uma espécie de silêncio público sobre a Guerra do Contestado. Desde o final da guerra até a década de 1980, esse assunto não foi objeto da atenção pública, embora já houvesse uma farta produção de militares e acadêmicos sobre o tema. A partir dos anos 1980, como parte do processo de redemocratização do país, o conflito do Contestado passou, de distintas maneiras, a ser lembrado por movimentos sociais, órgãos de Estado e pesquisadores acadêmicos. No entanto, boa parte da população descendente dos seguidores do monge José



Maria ainda apresenta uma memória de guerra fortemente impactada pela versão dos vencedores e pelos ressentimentos do olvido público. Um acontecimento não lembrado é quase algo não acontecido. A vergonha da derrota mistura-se com a sensação de irrelevância pública de uma experiência trágica presenciada. Por outro lado, o esquecimento pode ser apenas uma forma de readaptação à vida, como nos relata Alessandro Portelli. As pessoas não podem viver o tempo todo se lembrando de tudo (MACHADO, 2011, p. 178).

Ambos os autores questionam o silêncio por parte da população com relação ao conflito. Machado também questiona que o conflito não era de interesse público até a década de 1980. O Contestado passa a ser lembrado após o processo de redemocratização do Brasil, ou seja, após o fim da Ditadura. A partir do momento que se passou a estudar os descendentes, identificou-se um problema que Gasino aborda em sua obra, a saber, o fato desses homens e mulheres apresentarem uma memória impactada pela visão dos vencedores da Guerra, de maneira que salta à vista uma tentativa de esquecimento do que ocorreu. Isso acontece não somente devido à derrota, mas em razão do sentimento de impotência diante do poder público.

Além de Machado, Gasino também buscou a historicidade do conflito a partir de leituras variadas, por exemplo, os trabalhos dos historiadores de farda, como do médico oficial do conflito, Alves de Cerqueira, que revela as posições militares. Leu também as publicações do jornal O Comércio, fundado por Hermínio Milis, em Porto União, em 1931. Pesquisou o trabalho de Douglas Teixeira Monteiro, professor e pesquisador, que defendeu tese sobre o surto milenarista no Contestado em 1973, publicado em 1974, pela Editora Duas Cidades, com o título Os errantes do novo século. Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. Outro nome citado por Gasino como relevante na construção do romance foi o do pesquisador Euclides Felipe, autor de O último jagunço: folclore na história da guerra do Contestado, publicado em 1995, pela Curitibanos. Além destes, outros pesquisadores são nomeados por Gasino: Douglas Teixeira Monteiro – “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e o Contestado”, publicado em 1977, na obra O Brasil Republicano, 2: sociedades e instituições, organizado por Boris



Fausto; Marli Auras – Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla, publicado em 1984, pela editora Cortez; Maurício Vinhas de Queiróz – Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916), publicado pela editora Civilização Brasileira, em 1966; e o jornalista catarinense Paulo Ramos Derengoski, autor de inúmeros trabalhos sobre o conflito do Contestado, como, por exemplo, a obra O Desmoronamento do mundo jagunço, publicado em 1986. Todas essas leituras indicadas por Gasino relevam os caminhos, as influências e os diálogos que o romancista empreendeu para a construção do romance histórico.

O romance histórico e o protagonismo dos sertanejos no conflito do Contestado

O romance histórico de Gasino auxilia estudantes e pesquisadores a refletirem em torno da condição humana dos sertanejos no Contestado. Sertanejos – representados na obra como posseiros, rebeldes, caboclos, lavradores, camponeses, biribas e pelados – que se rebelaram contra coronéis, empresários da Companhia de Ferro Brasil Railway Company, governos estadual e federal, na tentativa de manterem seus modos de vida tradicionais, ligados em especial à posse da terra e à prática de um catolicismo popular. Nesse contexto, o misticismo é característica fundamental para a compreensão das ações de resistência sertanejas, de maneira que ele é colocado em relevo na trama da obra.

Gasino, ao longo da obra, não demoniza a imagem do Monge, mas destaca seu papel de líder com relação aos outros dois messiânicos que passaram pelo sertão antes dele. Os sertanejos também ligavam a figura do Monge a um homem bom que ajuda a população. No entanto as autoridades da época e a igreja não o viam com esses olhos. Gasino descreve os diferentes olhares sobre a imagem do Monge, sempre relacionando o religioso com o lado místico da história e das profecias.

Os leitores de Gasino conseguem identificar o contexto histórico que levou a região contestada à revolta. Ele afirma que “[...] casos de assassinatos, estupros, roubos e transferências ilegais de propriedade perpetrados sem



punição por tais coronéis estão até hoje registrados nos anais jurídicos da região.” (2011, p. 39). Mostra, de um lado, a autoridade abusiva dos coronéis e, por outro lado, a forte resistência por parte dos sertanejos. Os reflexos do conflito puderam ser percebidos na cidade.

As companhias de imigração que exploravam as novas terras davam preferência aos imigrantes europeus, deixando de lado caboclos, negros e índios que eram os antigos e verdadeiros donos daquelas áreas. [...] Essas novas populações flutuantes, que raro conseguiam uma colocação aqui ou ali como peão de fazenda, trabalhador da roça ou tropeiro, cultivavam um sentimento nostálgico em relação à monarquia. Eram muito ligadas à terra e tinham uma religiosidade bastante forte, marcada pela mistura de um catolicismo fervoroso com animismo e curandeirismo. Raramente tinham contato com padres, o que era um privilégio para os ricos. Médico então era algo impensado para essas populações. (2011, p. 39).

Em meio a esse contexto registrado criticamente por Gasino, os sertanejos, desprezados pelas autoridades públicas, tinham espaço para criar e seguir seus próprios líderes, principalmente no plano religioso. E é assim que, “[...] entre 1840 a 1915, três lideranças religiosas passaram pela região do Contestado, marcando profundamente o imaginário da população local, mesclando suas figuras e mensagens às expectativas, crendices e anseios dos caboclos.” (2011, p. 49). O primeiro monge marcante foi João Maria D’Agostini, preso no Rio Grande do Sul por curandeirismo. “Fazia curas milagrosas com sua água santa e pregava sobre a paz entre os homens e o respeito à terra.” (2011, p. 50). O segundo monge, João Maria de Jesus, desapareceu misteriosamente. “Fazia curas com água santa, chá de vassourinha, cascas de árvore, cinza de fogueiras e erva de são João Maria. Também pregava e fazia previsões apocalípticas sobre os tempos ruins que viriam para toda a região.” (2011, p. 50). O terceiro monge, José Maria, surgiu em 1912. “Também fazia curas usando ervas e sementes mas, ao contrário dos dois anteriores, gostava de ajuntamentos e organizava seu trabalho cercado de muitos ajudantes e fiéis.” (2011, p. 51). Em torno desse último se iniciou o movimento que deflagraria o conflito do Contestado.



Os sertanejos formavam grupos que tinham seus modos de pensar, possuíam seus ideais relacionados ao direito da terra, e tinham seus medos e valores que foram construídos à medida que a guerra se intensificava. Gasino traz esses elementos para o livro. O povo acreditava no poder das virgens Santas. O fator religioso fez com que muitos homens e mulheres acreditassem nessas líderes religiosas. Mulheres, como Maria Rosa, lideraram batalhões contra o Governo durante o conflito. Essa população temia as visões apocalípticas e um dos seus principais medos estava relacionado à figura autoritária dos coronéis e fazendeiros que possuíam jagunços – pessoas pagas para matar e expulsar sertanejos e indígenas das supostas terras dos coronéis e fazendeiros. O autor aponta que esses homens autoritários tinham o poder de vida e morte sobre as pessoas.

Gasino deixa claro em sua obra a insatisfação da população sertaneja com relação ao governo, empresas e autoridades locais que nada faziam para melhorar a situação de pobreza desses homens e mulheres. O autor mostra que o Monge, com suas profecias, rezas e curas se torna a esperança desse povo, que passa a acreditar nesse homem e disseminar a sua palavra. Segundo Gasino, após a morte de José Maria na primeira batalha, a crença da população na figura do Monge aumenta, e, mesmo sabendo que o religioso não ressuscitou depois de um ano como havia prometido, a população não deixou de acreditar nele e em suas profecias. Os redutos crescem e passam a ser liderados por virgens Santas e jovens meninos que diziam conversar com o Monge em sonhos. À medida que os redutos crescem, essa população se afirma como um grupo que reivindica direito à terra.

Os sertanejos criaram um movimento com características próprias. Como Gasino mostra, o grupo era formado por agricultores, ervateiros, tropeiros, indígenas, caboclos, negros, homens e mulheres que foram expulsos de suas terras e passaram a viver em redutos com uma forma de subsistência comunitária. Para Paulo Pinheiro Machado, o Contestado foi uma guerra entre ricos e pobres. Os sertanejos buscavam formar cidades santas e autônomas em um local que permitisse a população viver em comunhão de bens. Porém, isso iria contra a ideia da República dos Coronéis, que buscaram criar uma imagem negativa dos sertanejos, colocando-os como rebeldes e



fanáticos religiosos que iam contra a ordem da igreja e do Estado. Para tanto, colaboravam com a imprensa da época que divulgava matérias focando o barbarismo dos sertanejos, o que auxiliava na construção de uma memória de condenação do conflito. O movimento possui dois momentos. No primeiro, liderado pelo Monge José Maria, inicialmente o grupo era pacífico e não pretendia se envolver em conflitos, apenas buscando um pedaço de terra para viver:

A notícia da aproximação das tropas do coronel João Gualberto gerou pânico no acampamento dos sertanejos. O Monge José Maria, que tentara negociar uma saída pacífica para o conflito, não se conformava com a decisão do comandante da tropa paranaense. Afinal, eles não incomodavam ninguém, haviam sido bem aceitos pela população e pelas autoridades locais e o seu único objetivo era encontrar um pedaço de terra onde pudessem curar os doentes e rezar. O conflito entre Paraná e Santa Catarina não lhe dizia respeito e ele só viera parar ali com seu grupo por ter sido expulso de Taquaruçu pelo Coronel Albuquerque. (GASINO, 2011, p. 96).

Com o acirramento do conflito, o grupo começa a unificar e encontrar formas de se representar. Primeiramente, foi à organização militar com base nos Cavaleiros de Carlos Magno e o uso dos patuás durante o conflito. Teodoro perde sua liderança para o Tio Manuel, um jovem de 18 anos que faz mudanças no grupo. “Outra regra implantada por Manuel foi o corte de cabelo bem curto, o que passou a caracterizar os sertanejos como ‘pelados’, em contraponto aos ‘peludos’, que eram os soldados do governo e os jagunços dos coronéis.” (GASINO, 2011, p. 101). Assim percebemos que os sertanejos criam uma forma de se representar e se diferenciar do grupo oposto.

Logo, o reduto de Taquaruçu passa a crescer e o Monge é cultuado em todas as cidades do planalto, o que começa a preocupar a igreja. Então os padres passam a criticar a figura do Monge em seus sermões durante a celebração. “Essa postura criou uma grande divisão no sertão, afastando ainda mais o caboclo das igrejas e gerando preconceito e atritos religiosos entre féis de ambos os lados.” (GASINO, 2011, p. 101). Gasino mostra que a igreja contribui para assinalar essas diferenças e construir uma imagem negativa dos



sertanejos. Paulo Machado também tesse considerações a respeito dos redutos:

Entre os que se dirigiram a Taquaruçu, Caraguatá, Bom Sossego, Santa Maria, Perdizes, Pedra Branca, São Pedro e outros redutos e vilas dos seguidores do monge José Maria, havia um grupo inicial de seus devotos. Eles reelaboraram sua trajetória anterior, de práticas de curas até o combate do Irani, quando uma importante expedição do Regimento de Segurança do Paraná entrou em confronto com os caboclos, o que resultou na derrota da força policial; e, entre os sertanejos, na morte de José Maria. Um ano após esse combate os seguidores de José Maria voltaram a reunir-se em Taquaruçu, em torno da menina Teodora que relatava seus sonhos, afirmando que José Maria ordenava a seus seguidores que retornassem a Taquaruçu para seguir sua 'Santa Religião' (MACHADO, 2011, p. 178).

Machado, na citação acima, menciona outros redutos. Além disso, o autor destaca um ponto que Gasino também trabalha no enredo, isto é, o da reelaboração de práticas de cura e de combate que os sertanejos aprimoravam com o decorrer do confronto. Outro ponto que Paulo Machado aponta é com relação ao papel das Virgens Santas. A primeira jovem a assumir um posto de liderança após a morte do Monge foi Teodora. A jovem conduzia os seguidores por meio de sonhos. Logo Gasino e Machado dão um destaque para a figura das Virgens Santas que não conduzem somente os sertanejos, mas também a organização dos redutos por meio da Santa religião.

Gasino dedica atenção também na descrição do abuso de poder e violência por parte dos coronéis. Esses homens, segundo o romancista, como solução para impedir que ao grupo dos sertanejos aderissem novos adeptos, contrataram ladrões e assassinos profissionais para atacar a propriedade daqueles que davam guarida e apoiavam os sertanejos com doações; eram jagunços que praticavam uma extrema violência. Essa imagem negativa do sertanejo é reforçada em um segundo momento do conflito, quando o grupo perde sua reivindicação inicial que era o direito à terra e à autonomia própria e passam a agir com violência em resposta aos governantes. Logo surge uma divisão dentro do próprio movimento dos sertanejos: de um lado, parte do



grupo apoiava soluções pacíficas e apoiava as virgens Santas na liderança; de outro, o restante do grupo buscava vingança e revide contra o governo e seus ataques.

O autor destaca o papel de Maria Rosa como uma das líderes que buscava negociação. No entanto, sua atitude foi vista como uma traição e fraqueza por parte dos sertanejos, até que Elias de Moraes afasta a Jovem. Essa nova administração do grupo toma medidas que reforçam a representação negativa dos sertanejos e contraria a ideia inicial. Os grupos passam a perder suas doações por conta da opressão do governo ao restante da população. Como solução é adotada uma estratégia mais agressiva, na qual se formam pequenos piquetes para saquear propriedades de quem apoiasse o governo ou ficasse neutro. Os sertanejos passam a adotar estratégias como mudança dos redutos para matas fechadas onde tinham conhecimento do território, às vezes se vestiam até de mulher para enganar os soldados durante as batalhas. A violência se torna uma marca do sertanejo, por conta de uma parte do grupo agir dessa forma. Agora passam a fechar estradas, atacar propriedades e comerciantes, e a roubar animais e mercadorias para levar para os redutos.

Gasino mostra que os sertanejos assumem uma postura de violência em revide à violência das forças do governo e dos coronéis. Esse grupo adere à estratégia da surpresa durante os ataques. Os sertanejos ateavam fogo na casa de coronéis, lugares públicos e na madeireira da Lumber, como uma forma de protesto.

O grande apoio dado aos sertanejos pela população se devia a impopularidade do coronel Albuquerque e seus aliados que comandavam a cidade com mão de ferro e eram claramente contrários ao movimento. Sob as vistas da multidão, os caboclos atearam fogo na casa do coronel Albuquerque e de várias dos seus amigos, na cadeia, no posto de telegrama e em alguns outros prédios públicos. Incendiaram também as oficinas do jornal republicano O trabalho, que defendia os interesses dos coronéis (GASINO, 2011, p. 167).

Gasino afirma na obra que os sertanejos tinham apoio de uma parte da população que, assim como os sertanejos, sentia-se oprimida pela presença



dos coronéis. Tomar uma posição a favor ou contra, na época, era uma atitude arriscada. Como uma forma de proteção, muitos não opinavam. A reação dos sertanejos frente ao governo era o reflexo não somente de insatisfação, mas também da falta de negociações por parte das autoridades públicas. O governo viu como solução a opressão militar por meio dos soldados e grupos contratados, que atacavam todos que ajudavam o movimento. A criação de uma memória negativa do sertanejo também foi uma arma do governo e, como observamos na citação acima, a imprensa nomeada como O Trabalho foi responsável por construir e noticiar informações com base no interesse dos vencedores.

O conflito levou a população a um estado de miséria. Além da imagem negativa que carregavam, a fome se tornou um agravante para essas populações. As entrevistas realizadas por Machado permitem refletir sobre alguns aspectos marcantes e dolorosos das experiências dessas pessoas. Há uma série de fatores que levaram os próprios sertanejos a desacreditarem no Movimento. A falta de alimentos e a miséria foram um dos motivos. Machado trata essa questão como um agravante que torna a experiência do sertanejo dolorosa com relação ao Contestado.

Os problemas de abastecimento foram cruciais para o desenrolar do movimento. Embora muitos depoimentos confirmem a existência de criações e lavouras trabalhadas pelos moradores dos redutos, a rapidez da guerra, o cerco militar e a crescente população desses povoados impedia uma autossuficiência alimentar e reclamava por outras soluções. Raulino Correa, que morou em vários redutos, explica como faziam para resolver o problema do abastecimento: No reduto a gente voltava pros nossos sítios para colher o que fosse possível e pegar algum animal desgarrado. Depois, mais tarde o que funcionava mesmo eram os piquetes que iam pra cima das fazendas para arrebanhar gado. Me lembro que no começo as pessoas comiam muito nos redutos, mas depois foi diminuindo, diminuindo, até vir a fome mais braba. No fim, quando conseguiam uma ou duas rezes para matar pra todo aquele povo, as crianças cercavam o animal abatido e comiam até as tripas quentes. (MACHADO, 2011, p. 181).



Na citação acima, identificamos um problema que Gasino também apontou em sua obra. Tanto Machado quanto Gasino veem a fome como um agravante e os saques a outras propriedades reforça essa imagem negativa do sertanejo que é visto como rebelde. Logo, o que prevalece é a versão oficial do Contestado, contado pelos vencedores do conflito.

Gasino foca também na última batalha do Contestado sob o comando de Adeodato, na qual os sertanejos perdem o conflito. Naquele dia milhares de sertanejos foram mortos pelas forças oficiais em Santa Maria. Adeodato tentou resistir, mas notou que a artilharia do governo era forte e por isso ordenou a retirada dos sobreviventes para o reduto mais próximo, que era São Miguel. Segundo Gasino, a partir dessa última batalha os sobreviventes iniciam um terrível processo de resistência sertaneja, pois passaram a ser perseguidos por oficiais do governo e também pelo grupo de Adeodato, que perseguia todos que demonstravam a intenção de deixar os redutos.

O Governo tomou algumas medidas que julgava ser uma solução antes de dar fim ao conflito na última batalha. “Decidiu-se iniciar a conquista da simpatia da população e dos caboclos, prometendo terra para quem abandonasse os redutos rebeldes. Alguns até passaram a colaborar com o exército, tornando-se vaqueanos e guiando as tropas até o sertão.” (GASINO, 2011, p 162, 163). O governo esperou o conflito intensificar para modificar as propostas. No entanto isso não passou de promessa do governo, pois muitos ficaram sem a terra prometida. O General Setembrino, convocado para a última batalha, fazia questão que os ex-redutários contassem sobre a vida difícil que levavam nos acampamentos. Mas o General também incentivou vaqueanos e milícias a ampliarem os saques e as punições contra os que apoiavam os sertanejos.

É visível no romance de Gasino que a situação dos sertanejos era complexa, pois recebiam opressão tanto do governo quanto de seus próprios líderes. Mesmo assim, esses homens e mulheres ainda tinham a esperança de melhorar sua condição de vida e por essa razão muitos negavam participação no conflito: “A herança do monge João Maria se tornou maldita e aqueles que encontravam algum trabalho ou um pequeno pedaço de terra para viver



negavam qualquer participação no conflito.” (GASINO, 2011, p. 201).

Por uma questão de proteção e de melhores condições de vida, muitos sertanejos negavam participação na Guerra Santa, já a população sertaneja era vista de uma forma negativa. Os sertanejos foram considerados fanáticos religiosos e rebeldes, pois não seguiam as normas da Igreja e do Estado. Essas instituições, mais a imprensa, criaram uma história oficial que condenava a população sertaneja. Desse modo, de acordo com Gasino, a história dos vencedores inibe um conhecimento mais aprofundado do Contestado e a valorização dessas populações.

Por muito tempo a história oficial tentou apagar a história dos sertanejos omitindo as suas resistências e reivindicações. Além disso, essa população constituiu-se pela miscigenação. A formação populacional do Paraná, como consegue mostrar Gasino, contrastando com as representações que protagonizam apenas os imigrantes europeus, é diversa e miscigenada. Paulo Machado discute essa questão racial, pois a história oficial construída em torno do Paraná era e ainda é identificada como uma população branca e cristã, caracterizada pela presença da imigração europeia. A presença de uma população híbrida traria outras características ao Estado, as quais a elite da época não aceitava e ainda não aceita. Por essa razão é necessária uma pesquisa histórica com novas versões a partir do olhar dos vencidos, na qual se busque desmistificar as versões e memórias oficializadas e se traga à tona releituras e novas memórias que valorizem outros personagens dessa formação, como é o caso da valorização dos sertanejos promovida por Gasino em seu romance histórico.

Considerações finais

A Guerra do Contestado é temática constituinte da historiografia sobre o Paraná, identificado como um dos maiores conflitos armados ocorridos no Estado. Como visto, o campo de estudos em torno do conflito sertanejo é um campo de batalha também entre memórias e narrativas. Histórias oficiais, pesquisas acadêmicas, registros da imprensa e construções ficcionais configuram um campo de estudos e de debates já bastante referenciado.



Dialogando com autores e obras historiográficas, Gasino constrói uma versão que busca dar visibilidade aos sertanejos sem os julgar. Ao dar novos sentidos ao universo místico sertanejo, ao torná-los protagonistas centrais do conflito, o romancista traz à tona a discussão da condição humana e da violação dos direitos humanos. Nesse sentido, o texto de Gasino é atual e, como o próprio autor destaca, os problemas fundiários que assolam o Brasil ainda hoje são reflexos de políticas centradas na defesa dos interesses da minoria, como no caso do Contestado, deixando grande parte da população entregue à própria sorte.

O objetivo deste trabalho foi configurar a obra *O reino místico dos pinheirais*, de Wilson Joel Leal Gasino, como fonte para o ressignificar a história do conflito dos sertanejos no Contestado. O romancista promove um debate contemporâneo voltado para a valorização da história dos marginalizados, característica de grande parte da historiografia, em especial daquela articulada à Nova História Cultural. A literatura, como destaca Sandra Pesavento (2003), possibilita ao historiador mergulhar nas sensibilidades finas do passado, expressas por estes leitores privilegiados do mundo que são os escritores de obras literárias. A obra de Gasino nos permite atentar ao universo místico, sensível, emotivo e subjetivo dos sertanejos do período do Contestado, descobrindo gestos esquecidos, código de valores, manifestação de sentimentos e de preconceitos da sociedade da época.

Além disso, o romance histórico produzido por Gasino é uma fonte significativa para História, pois oferece uma série de temas que podem ser problematizados e ressignificados, tanto no campo da pesquisa como no do ensino de História. Em se tratando do campo de estudos da História do Paraná, que consolidou uma memória oficial que lembra e celebra as ações civilizatórias dos imigrantes europeus como personagens chave do processo de instituição identitária ao Estado, desconsiderando outros sujeitos habitantes do território (SCHNEIDER, 2015), o trabalho de Gasino ajuda a desconstruir representações como estas, oficializadas, e que atendem a determinados grupos, negando a outros sujeitos e comunidades tradicionais o protagonismo e, muitas vezes, a própria existência.



Referências

- ANTUNES, Ezequiel. **O Contestado entre Paraná e Santa Catharina**. Belém: Imprensa. Oficial do Estado, 1918.
- BARROS, José D' Assumpção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Revista Tempos Históricos**, Cascavel, v.15, n. 1, 1º semestre, 2011.
- BASTOS, Alcmemo. "As fontes documentais e os autores de romances históricos (por eles mesmos)". **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 64-79, jul./dez., 2012.
- CERQUEIRA, Antonio Alves. **A Jornada de Taquarussú**. Rio de Janeiro: [s.n], 1919.
- DERENGOSK, Paulo Ramos. **Desmoronamento do mundo jagunço**. Florianópolis: Fundação catarinense de cultura, 1986.
- FELIPE, Euclides José. **O último jagunço: o folclore na história da Guerra do Contestado**. Curitiba: Ed. UnC, 1995.
- GASINO, Wilson Joel Leal. **O reino místico dos pinheirais**. São Paulo: Scortecci, 2011.
- _____. **Histórias sobre corrupção e ganância**. [s,n]: Feller, 2006.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 178-186, jan./jun., 2011.
- _____. **Guerra do Contestado 100 anos**. [4. set. 2012]. Entrevistador: CPDOC/FGV. São Paulo: CPDOC/FGV, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/contestado/ecos/paulo-pinheiro-machado>>. Acesso em: 29 mar. 2017.
- _____. **Lideranças do contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: UNICAMP, 2004.
- NASCIMENTO, NOEL. **Casa verde**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1984.
- _____. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e o Contestado. In: BÓRIS, Fausto. (Org.). **O Brasil Republicano**. 2 Tomo. São Paulo: Difel, 1977.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, jul./dez., 1993.
- OLIVEIRA NETO, Godofredo de. **O bruxo do contestado**. Rio de Janeiro:



Nova Fronteira, 1996.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**. [s.l]: [s,n], 1917.

_____. **Campanha do Contestado**. [s.l]: [s,n], 1918.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e literatura. **História da Educação**, Pelotas, v. 7, n. 14, p. 31-45, jul./dez., 2003.

QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

SASSI, Guido Wilmar. **Geração do deserto**. Porto Alegre: Movimento, 2000.

SCHÜLER, Donald. **Império Caboclo**. Porto Alegre: Movimento, 1994.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. Histórias e historiografias do Paraná: estereótipos, revisionismos e problemáticas para o ensino de história. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UEPG-UNICENTRO, 2., 2015, Ponta Grossa. **Anais eletrônicos...** Ponta Grossa: UEPG-UNICENTRO, 2015, p. 1-12. Disponível em < http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1430409644_ARQUIVO_ARTIGO-HistoriasehistoriografiasdoParana-estereotipos,revisionismoseproblematicasparaoensinodeHistoria.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SILVA, Alcides Ribeiro. **Os rebeldes brotam da terra**. São Paulo: FTD, 1995.

URAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. São Paulo: Cortez, 1984.

WEINHARDT, Marilene. Um romance paranaense. **Letras**, Curitiba, n. 50, p. 73-83, jul./dez., 1998.

Fontes

JORNAL O COMÉRCIO.

JORNAL O TRABALHO

CPDOC/FGV.



Salesianos e Bororos⁵¹: uma história permeada por representações de progresso e sertão

Alexandra Lourenço⁵²

Introdução

Este estudo pretende contribuir para a compreensão das práticas e representações presentes nas relações estabelecidas entre salesianos, indígenas e mestiços sertanejos, na Escola Agrícola Santo Antônio⁵³, no Mato Grosso, em um contexto de modernização, no primeiro período republicano.

Considerando a fundação das escolas e da missão salesiana como parte do projeto civilizatório, na medida em que se constituíram em resposta às necessidades de educar pelo e para o trabalho, a Escola Agrícola dos salesianos ocupará um lugar central nas relações sociais e educacionais com as populações indígenas e mestiços pobres da região.

Acreditamos que o projeto educacional civilizatório dos salesianos, e os objetivos que deveria cumprir, podem ser vistos como um ramo das mesmas práticas e representações que guiaram os sonhos de progresso e civilização para a região. Ou ainda, que ele pode ser pensado como tendo sido gestado no sonho de progresso para o sertão, ao mesmo tempo que se constitui em ferramenta para sua realização.

51. A população dos índios bororos está estimada atualmente em aproximadamente 2000 indivíduos, que são tradicionalmente caçadores e coletadores, porém adaptaram-se à agricultura. Habitam a região do planalto central de Mato Grosso e estão distribuídos em cinco terras indígenas demarcadas: Jarudore, Meruri, Tadarimana, Tereza Cristina e Perigara. Com uma história de muita resistência ao avanço das frentes e expansão de territórios, a pacificação com o povo Bororo ocorreu no final do século XIX. Informações coletadas no site www.funai.gov.br em 12/10/2017.

52. Professora do Departamento de História do campus de Irati (UNICENTRO). E-mail: alel1@hotmail.com.

53. O período escolhido para estudo foi de 1908 (quando a escola foi oficialmente criada) até 1920. Este foi o período de construção da proposta da escola dentro do projeto maior salesiano. A documentação específica sobre a Escola Agrícola Santo Antonio não é abundante, pois, neste período, o Lyceu de Artes e Ofícios São Gonçalo ocupava um papel central na produção da documentação para a missão, ficando a cargo da escola agrícola apenas as crônicas de seu cotidiano, que não se encontram completas no momento, e registros das visitas inspetoriais. A Escola Agrícola Santo Antônio, que fica às margens do rio Coxipó, no bairro chamado Coxipó da Ponte, praticamente não aparece nos registros do Lyceu, ficando como a prima pobre escondida na história dos salesianos em Cuiabá. O acesso à documentação (as crônicas, fotos e registros que se encontram no arquivo do Colégio Patronato Santo Antonio) foi gentilmente cedido para pesquisa pelo Pe. Tiago Figueiró.



Assim, buscamos apresentar e discutir algumas das representações que envolveram a instalação do projeto salesiano de educação em Mato Grosso, ao final do século XIX e início do XX. Identificar as relações que se estabeleceram entre práticas e representações, a partir da análise das crônicas⁵⁴ que contam o cotidiano de salesianos, indígenas e mestiços da Escola Agrícola.

A literatura regional especializada, sobre o processo de produção do espaço mato-grossense, tem salientado a importância das representações de sertão e fronteira, na trajetória da ocupação dessa parte do Brasil, constituindo um imaginário geográfico sobre a região (GALETTI, 2000). Dentre essas representações, pudemos perceber a necessidade de se contrapor à imagem de selvageria e barbárie, associada às populações e ao território mato-grossense. É nesse contexto que acreditamos ter sido importante a contribuição salesiana para lidar com o problema indígena.

As representações sobre atrasado e moderno, desenvolvido e subdesenvolvido, marcaram a história de Mato Grosso, e interferiram diretamente na ocupação e colonização do estado. Se partimos da premissa de que os espaços sociais possuem em sua construção uma dimensão subjetiva, ou seja, as ideologias e as representações sobre o espaço são elementos essenciais para a compreensão do seu processo de construção, podemos então observar que elas se constituem em uma leitura do mundo que orienta as ações — algo parecido com o que Émile Durkheim⁵⁵ consideraria uma representação coletiva, ou ainda, na visão de Roger Chartier (1990), na qual as representações coletivas são tanto a origem como o efeito das práticas que constroem o mundo social. Portanto, compreendemos que qualquer prática tem por orientação uma determinada forma de pensar, de representar. Nesse sentido, defendemos a perspectiva de que a compreensão da vinda dos salesianos para o Mato Grosso e das relações estabelecidas entre eles e os índios bororos precisa ser analisada no contexto das representações, tanto sobre estas terras como sobre sua população, em especial sobre os indígenas.

54. Utilizamos nesta pesquisa as crônicas que os padres salesianos escreviam diariamente como registro dos acontecimentos na Escola Agrícola Santo Antônio. Essas crônicas foram consultadas no arquivo do Colégio Patronato Santo Antônio, no bairro Coxipó da Ponte, na cidade de Cuiabá, local da antiga chácara da Escola Agrícola. Na utilização das Crônicas mantivemos a escrita original apresentada nos documentos.

55. Sociólogo do século XIX, seu pensamento pode ser consultado em várias obras, como: DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 2010; DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.



Salesianos e bororos: uma história cultivada pelas representações de progresso

A história da Sociedade São Francisco de Sales, fundada pelo padre João Bosco, em 1859, no norte da Itália, e mais tarde denominada Congregação Salesiana, inscreve-se no contexto de emergência da sociedade industrial da Europa, e sua fundação pode ser vista como uma das respostas da Igreja Católica às transformações sócio-políticas, econômicas e culturais que afetaram a sociedade ocidental ao longo do século XIX.

Dessa forma, seguindo o modelo da moderna sociedade europeia, ensinavam para o trabalho e pelo trabalho. O próprio público a que se destinava foi gestado na revolução industrial, pois se tratava justamente dos jovens pobres que tinham dificuldades para sobreviver em uma Europa de crescente desemprego. Modernos⁵⁶ também eram os procedimentos adotados pelos salesianos, que cedo substituíram os antigos castigos corporais pela vigilância, realizada por meio da presença constante dos religiosos entre os jovens.

Em 1875, orientados pelas representações sobre o continente americano, mais precisamente sobre o Brasil como um local ensolarado e repleto de tribos selvagens carentes de civilização, teve início o trabalho das missões, momento em que a Congregação Salesiana fundou uma inspetoria para organizar sua ação na América Latina. Em 1881, essa inspetoria foi dividida em duas, confiando-se a casa do Uruguai ao Bispo Dom Luís Lasagna, que também deveria se encarregar das obras no Brasil, país que os salesianos viam como uma grande possibilidade para sua expansão. (CORAZZA, 1995, p. 21)

Em 1894, quando os primeiros padres salesianos chegaram no Mato Grosso, a imagem mais forte desse estado da federação brasileira era a de um lugar atrasado e incivilizado. Galetti (2000), que estudou as representações sobre a região mato-grossense produzidas entre meados do século XIX e início do XX, tendo como referência obras de viajantes estrangeiros e nacionais, mostra que eles reafirmam, apesar de suas diferenças, a ideia

56. Era o controle do tempo e dos corpos através da vigilância.



de uma região remota, um grande sertão rico, mas ainda quase vazio, com grande parte de seu território habitado por povos indígenas selvagens, e uma população predominantemente mestiça quase bárbara, atrasada, preguiçosa e incivilizada. Tratava-se, enfim, de um espaço de fronteira⁵⁷ entre barbárie e civilização e, como tal, deveria ser objeto de ações e empreendimentos voltados para a sua colonização, modernização e progresso, visando colocá-lo num patamar mais alto de civilização. Um resumo dessas imagens pode ser visto no relatório de um presidente da província de Mato Grosso, escrito em 1878:

Na vastidão do seu território, cheio de imensos desertos, coberto de virgens florestas, onde até hoje o homem civilizado ainda não penetrou, a população rareia tanto que está quase na razão de um habitante por légua quadrada! Sem braços que fertilizem o solo, aliás capaz de conter comodamente mais de cem milhões de habitantes, atentas a suas condições naturais, iguais ou superiores aos mais fecundos países da Europa; como poderão ser aproveitadas as inumeráveis e inexauríveis fontes de riqueza que aqui existem e que encham de admiração os estrangeiros que as contemplam?! A colonização, pois, será o maravilhoso condão que um dia transformará esta terra esquecida do mundo civilizado num dos torrões mais opulentos do globo. Mas como atrair as correntes de emigração quando a distância, a falta de segurança para os colonos, entre tantas hordas de índios bravios, apresentam-se como barreiras invencíveis para trazê-los até aqui? [...] O que cumpre-nos [...] é remover primeiro os obstáculos que se antepõem. Suprima-se à distância, catequize-se o selvagem menos bravio, e afugente-se o mais indomável, se tanto for preciso, e a colonização espontânea, única profícua, virá com seus braços e capitais transformar esta terra ainda de desterro num Éden do Brasil. (PEDROSA, 1878, p. 34-35)

Nessa perspectiva, a vinda dos salesianos para Mato Grosso, estado com imensa população indígena, inscreve-se nesse contexto mais amplo, e

57. As noções de sertão e fronteira foram centrais nos discursos que tiveram como objeto a província/estado de Mato Grosso e se constituíram em conceitos fundamentais para compreender essa parte do Brasil. O conceito de fronteira será pensado, neste estudo, seguindo os significados que ora designam regiões limites entre natureza e cultura, civilização e barbárie, ora definem os marcos simbólicos de uma alteridade entre selvagens e civilizados e entre soberanias distintas. Essa definição também foi utilizada nos estudos de Galetti.



seus empreendimentos ocuparão um lugar destacado no projeto de trazer o progresso e a civilização para a região, na medida em que forneceriam uma solução para o problema da selvageria das populações indígenas e da indolência dos mestiços sertanejos.

Eles ofereciam um projeto no qual se acreditava trazer uma fórmula civilizadora. Esse projeto aplacava os anseios das elites locais, sobretudo após a abolição da escravatura, em meio às exigências da transição para o trabalho livre. Ele incluía também a necessidade de educar as populações locais para o trabalho, como forma de vencer a sua indolência e arrancá-las da barbárie, submetendo-as às novas exigências econômicas. E isso servia tanto para os indígenas que deveriam ser civilizados, fosse através da religião ou de procedimentos laicos, como para as populações não indígenas, que eram vistas como inferiores e quase tão bárbaras quanto as indígenas (GALETTI, 2000).

As elites mato-grossenses, do final do XIX e início do XX, embora com restrições que diziam respeito à sua própria imagem, comungaram das representações que projetavam Mato Grosso como lugar bárbaro e incivilizado, e adotaram plenamente aquela fórmula civilizadora. Para elas, a presença das sociedades indígenas, que ocupavam grande parte das terras do estado, e as populações mestiças pobres eram elementos que impossibilitavam o progresso da região. Por isso, as elites clamavam por empreendimentos que viessem modificar essa situação.

A elite intelectual e política local vinha há tempos lidando com as imagens que estrangeiros e outros brasileiros faziam desses sertões, considerado como local de exuberante natureza, mas selvagem e de povo preguiçoso. Essa visão em nada favorecia a atração de braços e investimentos estrangeiros, e colocava a elite local na busca por solucionar o problema. Todavia, se de um lado as elites locais, sobretudo a elite letrada, sentiam-se atingidas pela imagem de barbárie que se fazia de Mato Grosso, por outro desenvolviam o esforço de trazer o progresso e civilizar a sua terra natal, buscando mudar tal imagem (Cf. GALETTI, 2000; MACIEL, 1992).

De fato, a presença das inúmeras sociedades indígenas em vastas



porções do território mato-grossense conferia uma importância decisiva à ação evangelizadora e civilizadora dos salesianos. É importante frisar que a presença dessas sociedades indígenas constituiu-se em um dos aspectos mais importantes na caracterização desse território como um espaço onde reinava a barbárie. A essa presença se imputava em grande parte o atraso da região e sua marcha retardada no rumo do progresso e da civilização. Para as elites dirigentes e intelectuais de Mato Grosso, para os grandes proprietários locais e mesmo para uma parte da população não indígena, a presença dos índios, mais que macular a imagem da região, era um problema concreto que precisava de respostas urgentes e efetivas, “[...] pois era tida como um poderoso obstáculo à colonização do território mato-grossense, ao seu progresso econômico, já que impediam uma exploração mais intensiva e extensiva de suas tão decantadas riquezas.” (GALETTI, 2000, p. 107). No período republicano, o governador do estado Manoel José Moutinho, expressou sua opinião sobre o assunto:

A catequese e a civilização dos nossos indígenas continuam a ser uma das mais sérias preocupações do governo, interessado como deve ser no aproveitamento de tantos braços ociosos, e que, bem empregados, poderão concorrer para a produção da riqueza econômica do Estado. (MOUTINHO, 1893, s/p.)

Nesse quadro, a vinda dos salesianos para Mato Grosso revestia-se de grande expectativa. Convidados pelos dirigentes políticos, os salesianos chegaram a Cuiabá em 1894. No mesmo ano instalaram a obra que é um traço característico da congregação, o Oratório⁵⁸, o qual rapidamente estava repleto de meninos e de olhos curiosos de representantes do governo. Essas visitas oficiais foram fundamentais para o estabelecimento da Missão em Mato Grosso, pois foram momentos de diálogo entre a Igreja e aquele que seria seu futuro aliado, o Estado, na tarefa de instalar escolas e garantir a civilização dos incultos e selvagens desta terra.

O dueto, Estado e Igreja, também pode ser observado na fundação do Liceu de Artes e Ofícios São Gonçalo, em 1896, pois, para a compra de uma

58. O Oratório funciona como um espaço destinado aos jovens carentes, onde estes praticam jogos, esportes participam de brincadeiras e são aos poucos evangelizados. Esta forma de trabalho ocorre em alguns dias da semana, preferencialmente nos Domingos e os seus frequentadores não possuem vínculo com a instituição, eles podem ir e vir quando desejarem. Foi a primeira forma adotada por D. Bosco para se aproximar dos jovens. Em Cuiabá, esses jovens eram principalmente mestiços.



chácara situada à margem esquerda do córrego da Prainha, próxima à Igreja São Gonçalo, os salesianos contaram com um auxílio do governo do estado. A partir de 1897, passou a funcionar, anexo ao Lyceo, o Oratório festivo. Nesse mesmo ano, foi aberto o Oratório Santo Antônio, nas proximidades do Coxipó da Ponte, que mais tarde, em 1908, se transformaria na Escola Agrícola, a qual pernaceria até 1951.

Ao que nos foi possível deduzir, principalmente durante as primeiras décadas após sua fundação, a chácara tranformada em escola agrícola era local de formação não apenas de agricultores, mas integrava o projeto de catequese indígena e locus privilegiado da disciplinarização para o trabalho, fator da desejada integração do indígena às formas de vida do homem branco e à disseminação dos princípios cristãos. Podemos observar esse pensamento nos relatos dos salesianos ao comentarem sobre a escola, “[...] seus alunos, na maior parte bororos vão já começando a produzir, levando às colônias indígenas um contingente mas disciplinado e de uma celebração mais ampla e menos escrava da despreocupação e indolência conaturais aos índios.” (CINCO LUSTROS DA MISSÃO SALESIANA EM MATO GROSSO, 1919, p. 13).

A crença na eficiência Salesiana em domar o indomável, atingiu não apenas o governo do estado, mas até mesmo outros setores dessa sociedade investiram nessa ajuda.

No intuito de explorar as riquezas do norte do estado de Mato Grosso, o banco Rio Mato Grosso planejou organizar uma expedição até as regiões do Juruema e Alto Tapajós. Sabendo-se da existência de várias tribos, no ensejo de encerrar pacíficas relações com os índios a diretoria do Banco decidiu confiar a expedição aos Salesianos de Cuiabá. (CORAZZA, 1995, p. 50).

Em 1908, dezesseis anos depois da chegada da Congregação em Mato Grosso, ela já havia conseguido responder a alguns dos desafios que lhe haviam sido colocados, tanto pelos dirigentes mato-grossenses, quanto pelo próprio projeto civilizador da Ordem de D. Bosco⁵⁹. Para as elites dirigentes

59. Podemos observar as realizações do projeto salesiano até o ano de 1908, por eles mesmos resumidos na obra *Missões Salesianas em Mato Grosso 1894-1908*: “Em Cuyabá: 1) Lyceu de Artes e Offícios, equiparado ao Gymnasio Nacional. Com duas seções distintas, a de Estudantes (curso



e intelectuais de Mato Grosso, essas realizações desempenharam um papel fundamental, não só como expressão das práticas civilizadoras de que o estado necessitava para caminhar rumo ao progresso, mas também como elemento chave nas representações voltadas para alterar a imagem de barbárie que pesava sobre o estado, e que era vista como obstáculo à entrada de imigrantes e investimentos de capitais. Um dos veículos mais importantes, no que diz respeito a essas representações civilizatórias, foram as Exposições Nacionais e Internacionais, consideradas uma verdadeira festa da modernidade. Nelas, apresentavam-se os avanços técnico-científicos, a produção agroindustrial e as peculiaridades de cada país. Essas exposições transformavam-se em verdadeiras vitrines do processo de modernização em curso. Na realidade, elas impregnavam o imaginário de seus participantes, auxiliando na formação de uma consciência coletiva em prol do movimento modernizador e do tão sonhado progresso (Cf. HARDMAN, 1988; MACIEL, 1992; GALETTI, 2000).

Mato Grosso participou de algumas dessas exposições, atingindo seu auge, em 1908, na Exposição Nacional, realizada em comemoração ao centenário de abertura dos portos nacionais ao comércio internacional, no Rio de Janeiro. Nesse momento, além de seus abundantes recursos naturais, exibiu outros sinais de seu progresso. Superar a imagem de terra da barbárie era a meta dos organizadores mato-grossenses nessas exposições. Por isso, ao lado dos minerais, plantas medicinais, erva-mate, borracha, algodão, cacau, café e derivados da indústria pastoril, interessava-lhes exibir os sinais de sua integração ao conjunto da nação: assim, além dos institutos de educação e a formação profissional e agrícola, era importante salientar a ação civilizadora

Gymnasial, em 6 annos, e de adaptação, em 3 annos), e a de aprendiz das Escolas profissionais de Typografia, Encadernação, Alfaiataria, Sapataria, Carpintaria, Cortume, Funileiros, Serralheria, Pintura e Pedreiros. Frequência média dos alumnos- 250. Anexos e dependências: a) Obsevatorio meteorológico, b) oratorios festivos frequentados por diversas centenas de alumnos; c) associação de S. Luiz de Gonzada, de que fazem parte effectiva a maioria dos es-alumnos do Lyceo; d) aulas nocturnas de ensino gratuito para operários; e) capellarias, missões catequéticas nas fazendas e povoados; f) auxilios paruchiaes ás obras diocesanas. 2)Oratório S. Antonio, no Coxipó, grande chácara destinada para um centro agricola de futuro. Atualmente alli funcionam um pequeno externato, noviciado e cursos de philosophia, theologia e pedagogia. Em Corumbá - 1) Collegio Santa Thereza, internato e externato, curso elementar (do Estado) e commercial. Tem uma frequência média de 150 alumnos, numero que de muito accresce aos domingos e dias de feriados, com as aulas catecheticas, de character eminentemente popular. 2) incipientes Escolas profissionaes e aulas nocturnas. 3) Missões, Caellanias e auxilios parochiais ás obras diocesanas. Nas Colônias - 1) do Sagrado Coração de Jesus , no rio Barreiro - O serviço da cathese - em toda a extensão do termo - desde a cata do selvagem nos seus mais distantes aldeamentos até a escola, desde a Igreja até o amanho das terras. Esta colônia abrange: 35 casas e ranchos, 2 escolas, 1 capella, incipientes officinas de ferreiro e carpinteiro, de cortume, diversos teares, etc. Hatualmente nella residem para mais de 300 boróros. 2) da Imaculada Conceição, no rio das Garças - O mesmo serviço que anterior, porém menos numeroso em vista da recente data de sua fundação e habitação. 3) das Palmeiras ainda não habitada por índios, devido á falta de recursos. 4) do sangradouro, com grandes terrenos, pastagens e mattas. Patrimônio actual das outras colônias, foi adquirido com fito de, retalhada em lotes, ser repartida aos índios que melhor se portarem durante a catechese e ponto de contacto entre os dois primeiros centros e a capital do Estado." (p. 16-17).



frente aos, até pouco tempo, incultos filhos da Pátria – os índios. (CATÁLOGO DOS PRODUTOS ENVIADOS PELO ESTADO DO MATO GROSSO PARA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908).

Esse tema coube aos salesianos que já há mais de dez anos atuavam nas diversas frentes de ensino no estado. Assim, ao lado dos produtos confeccionados pelos alunos de suas escolas, seja do Liceu São Gonçalo, da Escola Agrícola Santo Antônio ou das escolas das Colônias Indígenas, a Missão Salesiana do Mato Grosso levou o resultado da ação catequética e civilizadora desses poucos anos de sua chegada ao estado para ser apresentado à Nação. Mais do que artefatos e objetos, os padres levaram os próprios índios para serem expostos, agora catequizados e instruídos, aptos a serem integrados à pátria.

Outro instrumento de propaganda que deu destaque ao trabalho civilizatório dos salesianos foi o Álbum Gráfico de Mato Grosso, publicado em 1914, com mais de 400 páginas, promovendo o estado, falando de suas riquezas e também do seu desenvolvimento. Buscava-se demonstrar que Mato Grosso não era o lugar da barbárie. O álbum dedicou oito páginas para demonstrar o trabalho dos salesianos em Mato Grosso. Rico em material iconográfico, podemos perceber que a principal intenção do álbum era popularizar a figura indígena, agora civilizada e apta ao trabalho. Uma foto ilustrativa sobre isso é a de uma menina indígena em uma máquina de fiar, era o selvagem domado e pronto para o mundo moderno. Outras fotos apresentavam as oficinas do lyceo em variados ofícios, e principalmente a Escola Agrícola Santo Antonio no⁶⁰ Coxipó da Ponte, que se apresentava como casa quase exclusiva dos Bororos que vinham aprender as modernas técnicas agrícolas.

O projeto salesiano oferecia essa oportunidade considerando o trabalho como peça fundamental do processo educacional. De fato, essa compreensão da educação como promotora da disciplina e condição para o progresso representou uma característica do ideário moderno, que encontrou canais privilegiados para sua difusão nos programas liberais e positivistas no Brasil

60. A Escola Agrícola está situada no bairro Coxipó da Ponte na linguagem coloquial muitas vezes irá aparecer referência como a escola do Coxipó da Ponte ou somente do Coxipó, referindo-se ao lugar em que se encontra a instituição.



dos primeiros anos de República. Podemos observar o discurso sobre as bases prodigiosas da escola, assim como o atendimento prestado aos jovens pobres e indígenas, na redação do *Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso*, publicado em 1914. O anúncio dizia:

Fundada há três anos pela mesma Missão Salesiana, a Escola Agrícola S. Antonio do Coxipó da Ponte, a poucos quilômetros de Cuiabá, destina-se ao ensino theorico prático da agricultura moderna à rapazes pobres que são atualmente 21 internos, entre os quase 15 jovens índios bororos. Esta escola está situada à margem esquerda do aprazível rio Coxipó, e além do antigo prédio provisório, poço o novo definitivo, já em adiantada construção, um interessantíssimo museu de variados produtos e artefatos (tecidos, chapéus, escovas, vinhos, etc.) das colônias indígenas e finalmente um campo de 28.350 metros quadrados, caprichosamente arado e cultivado. (ALBUM GRAPHICO, 1914, p. 28).

Formar um povo disciplinado para o trabalho, espiritualmente e fisicamente sadio, era o principal objetivo dos salesianos. No caso de Mato Grosso, podemos visualizar esse objetivo principalmente pelas ações desenvolvidas na Escola Agrícola Santo Antônio no Coxipó da Ponte.

O cotidiano na Escola Agrícola Patronato Santo Antônio

A partir do contexto discutido anteriormente, nesta parte do trabalho iremos abordar o dia a dia da Escola Agrícola Santo Antônio para demonstrar como, através da educação para o trabalho e pelo trabalho, a escola do Coxipó desempenhava o principal papel no projeto salesiano de civilizar as populações indígenas de Mato Grosso.

Com o nascimento da escola agrícola, na chácara do Coxipó, em 1908, começaram a chegar indígenas enviados pelos padres nas missões. De fato, a grande área para agricultura disponibilizada na chácara já recebia indígenas anteriormente à sua fundação. Segundo crônicas do Oratório de 1907, em 28 de fevereiro “[...] chegaram da Colônia Pe. Balzolos e mais 3 índios que ficarão no Colégio.”⁶¹ (CRHONICA DO O. S. A., 1907a, s/p). Também

61. Nesta parte do trabalho, nossas principais fontes serão as Crônicas do Oratório Santo Antônio e da Escola Agrícola Santo Antônio, sendo



em meados de 1907 a chácara já era assediada por visitantes ilustres que esperavam e fiscalizavam os resultados do projeto salesiano. Na expectativa do sucesso do projeto salesiano, os padres foram “[...] visitados pela primeira vez pelo exmo Senr. Dr. Metello e Exma. Família; era também esperado o Snr. Presidente do estado, Dr. Murтинho e outros personagens que por diversos motivos não puderam vir.” (CRHONICA DO O. S. A., 1907b, s/p).

Ao despontar do ano de 1908, o noviciado Santo Antônio foi transformado em Escola Agrícola Santo Antônio, não mais preocupado em formar missionários, mas em educar pelo trabalho e para o trabalho. Nessa missão, ela se une oficialmente ao Lycéu São Gonçalo.

Com a abertura da referida Casa de ‘Palmeiras’ data-se também o transferimento da casa de noviciado. Esse já viveiro de apóstolos e Missionários passa a ser, conforme as exigências da atualidade e as disposições sempre bem acertadas dos Superiores, viveiro de plantas e arvores fructíferas, já como escola teórico-prática de Agricultura. Por isso o título antigo de Oratório S. Antônio vem a ser trocado no de Escola Angrícola S. Ant|ônio. Sob esse título a mesma casa fica sendo não mais Regular, mas sim Sucursal, sendo o pessoal d’ella incorporado no Lycéo S. Gonçalo. (CRHONICA DA E. A. S. A., 1908a, s/p).

Como a escola agrícola apenas oferecia o primário, aqueles que viessem a apresentar talento intelectual poderiam, no futuro, frequentar o Lycéu São Gonçalo. Assim, em janeiro de 1908, a atmosfera do progresso incluía também a agricultura e a possibilidade da educação pelo trabalho na terra, afinal as novas técnicas agríolas eram sinônimo de progresso.

Nessa nova atmosfera os Revmos Superiores propõem-se mostrar à Sociedade Mato-Grossense as vantagens da Agricultura no amanho das terras por meio dos instrumentos aratórios exibidos pelo progresso moderno. Com este intuito, conforme ordem recebida do Revmo. Pe. Inspetor, abriram-se 3 picadas de dois metros de largura

que as do Oratório são referentes aos períodos de 1899 a 1907. Já as da escola agrícola dizem respeito ao período a partir de 1908, quando foi oficialmente fundada. Desse momento em diante utilizaremos abreviações para o Oratório Santo Antônio (O. S. A.) e para a Escola Agrícola Santo Antonio (E. A. S. A.).



na direção rio acima, e cinco transversais até a margem do rio dividindo 15 secções que aperfeiçoar-se-ão conforme novas ordens. (CRHONICA DA E. A. S. A., 1908b, s/p).

Acreditamos que a educação na Escola Agrícola ocorria basicamente no trabalho e em momentos de festas, pois através dos relatos inspetoriais percebemos a preocupação em convencer os salesianos que trabalhavam, diretamente com os indígenas e mestiços, da importância de se dedicar pelo menos 1 hora e 30 minutos para as aulas, sendo inclusive recomendação inspetorial que utilizassem o horário do 12h30 às 14h. Em outros registros posteriores, novamente aparece a preocupação dos inspetores ao lembrarem os padres salesianos da importância de seguir o método preventivo, de quando necessário utilizar os castigos, e que também não deixem, ainda que custe, de dar um pouco de aula diária aos meninos.

Essas recomendações demonstram que a prioridade realmente não eram as aulas e sim o disciplinar para o trabalho, mantendo sempre junto aos jovens um salesiano que os acompanharia, vigiaria, ensinar-lhes-ia limpeza e ordem e, quando necessário, deveria recorrer aos castigos, que poderiam ser o não recebimento de um prêmio, ou cancelamento de uma visita à família. Nesse sentido, o oposto disso também era animador, pois deveriam premiar aqueles que fossem bons aprendizes⁶².

Assim, pouco aparecerá sobre as aulas, mesmo porque as crônicas praticamente ignoram este tema, ficando como foco principal de argumentação a questão do trabalho e das festas, que eram sempre religiosas e tinham o intuito de completar um modelo específico de educação para os meninos bororos e mestiços, em relação à qual os salesianos se preocupavam com a construção da moral e a manutenção da ordem.

Portanto, era no trabalho que os jovens bororos e algumas crianças pobres, tanto das redondezas como apadrinhadas do interior, aprendiam os primeiros passos do amor ao trabalho, sendo esse um ponto central da educação salesiana na Escola Agrícola Santo Antonio. Através do plantio de cana-de-

62. Essas preocupações podem ser encontradas nas Crônicas da Escola Agrícola Santo Antônio, de 1910, contendo pareceres dos Inspetores que vinham visitar e inspecionar a escola.



açucar, banana, mandioca e outras culturas, os meninos deveriam formar sua moral, seu civismo e contentar a sociedade mato-grossense. Podemos observar que, desde os primórdios da escola, os visitantes se agradavam do que viam, como se os seus sonhos de civilizar os índios e vadios estivessem se realizando e Mato Grosso pudesse se colocar no rumo do progresso.

No mês de fevereiro limpou-se a estrada da Beira Rio até a cachoeira, preparou-se 1 quadra para plantação de cana e araram-se umas quadras com arado a disco reversível chatanooga. No dia 27 do fluente a Escola incipiente d'essa Casa Agrícola foi honrada da visita de inspeção do Sr. Intendente Julio Müller, de todo o corpo docente do Lyceo São Gonçalo. S. Excia o Sr. Intendente e todos os demais ficaram satisfeitos e gostaram dos nossos trabalhos agrícolas iniciados como também de ver funcionar o arado americano, disco reversível 'chatanooga' puxado por dois bois regulares [...] Março – Os trabalhos executados neste mês concretizaram-se no deslocamento de uma quadra, no amanho das mesmas pelo arado referido acima, na plantação de feijões batatas inglesas, cana, capim d'angola e uns 92 pés de bananas. Limpou-se o capinzal, carpinou no mandiocal e bananal, esgotou-se enfim uma quadra ou seção alagoada passando nela em seguida o arado. No meio dessas labutações não se descuidou a parte principal nossa religiosa. Com efeito, tivemos nesse mês a felicidade de ver vários nossos meninos já internos, já da povoação achegarem-se da Sagrada Mesa. (CRHONICA DA E. A. S. A., 1908c, s/p).

Essa prática não ficou restrita apenas ao início da escola, pois observamos em vários outros registros referências ao trabalho realizado pelos meninos. Nesse sentido, as Crhônicas de 1911 são ilustrativas. Ao descreverem as atividades de setembro, os salesianos registram que “[...] de manhã começou-se a moer cana para fazer rapaduras, à tarde trabalhou-se com o arado.”(CRHONICA DA E. A. S. A., 1911k, s/p). Em 20 de setembro do mesmo ano, relata-se o seguinte: “[...] desde o dia 18 foram aradas as quatro quadras entre as ruas D. Bosco de Cuiabá [...] e plantou-se milho.” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911j, s/p).



A educação dos meninos ocorria também através das festas religiosas nas quais participavam e ajudavam a preparar, tanto na Escola Agrícola como no Lyceo. De fato, segundo os salesianos, os meninos consideravam a ida para as festas no Lyceo Salesiano ou festejos da cidade como uma forma de premiação. Podemos observar isso em vários relatos, como, por exemplo, o ocorrido no dia 28 de maio de 1911, um domingo, quando foi celebrada a festa de N. S. Auxiliadora, no Lyceo Cuiabano. Nessa festa participaram os meninos da Escola Agrícola de forma muito concorrida. Segundo o relato: “[...] os meninos voltaram da cidade contentes e satisfeitos. Neste dia começou-se a espalhar pela cidade o programa da festa de Santo Antônio, padroeiro da Escola Agrícola.” (CRHONICA E. A. S. A., 1911a, s/p).

Todavia, ainda que essa participação se apresentasse como uma demonstração da integração desses jovens, bororos e mestiços na sociedade cuiabana, ela servia a um segundo propósito: realizar a propaganda dos bons resultados do trabalho dos salesianos em civilizar o selvagem. No próximo mês, quando a festa deveria ocorrer, temos o seguinte relato: “[...] nestes dias que precedem a festa do S. Antonio não tiveram aula os meninos. Foram ocupados na limpeza dos caminho e em pôr em ordem a casa.” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911b, s/p).

A questão da ordem e da limpeza era constante nos relatos, como se quisessem varrer tudo de selvagem que acreditavam existir naqueles sertanejos e índios. Ao relatarem sobre o dia da festa de Santo Antônio, finaliza-se afirmando: “[...] a solenidade ocorreu com a melhor ordem e alegria.” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911c, s/p).

Na busca de atingirem seu objetivo de civilizar o elemento selvagem, eram constantes as recomendações que chegavam aos salesianos da Escola Agrícola. Em 2 de julho de 1911, consta que houve, “[...] conferência ao pessoal em preparação ao exercício da Boa Morte. Na conferência foi lida a circular do Superior nº 70, repetindo as recomendações do Sr. Inspetor insistiu-se sobre a vigilância aos meninos, ordem e limpeza.” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911d, s/p).

Os passeios sempre contavam com a presença de um salesiano, seguindo



a orientação do método preventivo para garantir a ordem. Também, quase que diariamente, recebiam salesianos e índios vindos das colônias, o que lhes atribuía novo trabalho e encurtava os passeios. A crônica 27 de julho de 1911, relata que

[...] o pessoal de casa foi passear até a cachoeira em companhia do Pe. Oliveira. As 10:30 chegou das colônias o Sr. Gabét e ao meio dia chegou Sabino e o índio chegaram com a roupa. Pelas 3hs P. M. chegou das Palmeiras o sr. Batista com os Bororos José Maria⁶³ e Artur (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911f, s/p).

Apesar das poucas aulas teóricas, os alunos faziam testes de acompanhamento, nos quais sempre estava presente um inspetor. Esses momentos eram importantes, porque eram propícios para a premiação dos melhores, constituindo-se em uma forma de incentivar pelo agrado e não pelo chicote. Segundo consta, “[...] hoje houve exames escritos e oraes dos alunos da Escola Agrícola Santo Antônio!” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911e, s/p). Os testes poderiam ocorrer na Escola Agrícola ou principalmente no Lyceo, e os que tivessem bons resultados eram premiados. “Domingo, no Lyceo solene distribuição de prêmios. Dos meninos foram só os que deviam receber o premio (Benedito Jorge da Silva, Rodovaldo de Carvalho, Pedro Alexandrino da Silva e Antonio Amaro).” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911g, s/p).

A Escola funcionava para pernoite daqueles destinados às colônias, principalmente Palmeiras. Recebia comitivas inteiras de ilustres personagens da cidade, também tropas de animais das colônias e os cavalos cansados dos visitantes, que demandavam grande cuidado por parte daqueles que estavam na chácara para aprender o trabalho no trabalho. Os alunos que frentavam a escola vinham, em parte, das colônias ou eram apadrinhados por um conhecido que os trazia. Entre vários registros podemos citar a chegada de um apadrinhado do município de Mimoso. “Entrou um novo aluno recomendado pelo Sr. Dr. Candido Mariano, chama-se Joaquim Evangelista da Silva, morador de Mimoso.” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911h, s/p).

Ainda que a escola disciplinasse pelo trabalho, a formação religiosa mantinha-se como um objetivo fundamental e a escola funcionava como um

63. Cabe lembrar de um velho costume, no qual os índios, após o batismo, recebiam nomes europeus.



espaço de cultivo de vocações sacerdotais. Os que demonstravam vocação recebiam estudos teológicos e filosóficos, diferente dos outros que deveriam se contentar com o aprendizado do ofício. A chácara também recebia durante algumas épocas do ano os alunos do Lyceo salesiano. “Vieram de passeio os meninos da banda do Lyceo de Cuiabá, foram passar parte do dia na cachoeira grande. Todos passaram o dia alegremente.” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911i, s/p). Vinham também para retiro, sendo esses momentos de instrução. Podemos observar esse fato nos relatos sobre o segundo dia de um retiro.

Segundo dia de retiro: Na boa noite o Sr. P. Inspetor recomendou de fazer bem o sinal da cruz seja qual for o lugar, refeitório, estudo, aula etc. Recomendou novamente que a elevação da hóstia e do calece na Missa, como também durante a benção do S. S. Não se deve baixar a cabeça, mas fixar os olhares no sacramento repetindo, Dominus meus et Deus Meus: às quais por decreto do S. S. Pio X, estão anexas indulgências. (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911l, s/p).

A ordem não era apenas para os alunos, mas também para os sacerdotes que se encontravam nos sertões e que não poderiam fraquejar. No quinto dia, tratou-se do modo como deve comportar-se o educador para com os educandos. E, no último, os sacerdotes prestaram juramento de não seguir as doutrinas do modernismo (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911l, s/p).

A preocupação com a postura do professor era fundamental para o projeto educacional que, diferente dos tradicionalmente utilizados, baseados somente na vara, tinha sua principal diretriz no acompanhamento diário e contínuo dos professores salesianos. Os mestres não deveriam deixar os meninos sozinhos em momento algum, até mesmo no trabalho deveria ter sempre um salesiano por perto. Além da presença dos salesianos, outra forma utilizada eram os presentes, como já foi citado. Eles poderiam ser individuais, funcionando como recompensa ao ganhador e incentivo aos não premiados para melhorarem seu desempenho, ou ainda poderiam ser para todos, como no caso do enxoval, ainda que uma das intenções fosse a de padronizá-los.

O senhor Inspetor veio da cidade expressamente para a entrega do enxoval e remuneração aos meninos da E. A. S.



Depois de uma breve exortação entregou a todos: um paletó, duas calças, um cobertor, um par de chinelos, uma faca, duas toalhas de rosto, um chapéu de palha. A remuneração entre todos foi de 84\$000. (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911m, s/p).

Podemos observar nessa citação que os meninos aparentemente recebiam alguma forma de remuneração. Em outra passagem, afirma o Pe. Diretor ter ido à cidade sacar 12 cadernetas de poupança dos meninos. Contudo, somente essas duas passagens fazem referência à questão monetária, e não foi possível confirmar se essa remuneração era anual, mensal, se vinha do governo federal, e nem mesmo saber se ficava com os meninos ou com os padres salesianos. Todavia, o relato aponta para o fato de que os meninos poderiam estar desenvolvendo a prática do trabalho parcialmente remunerado, ou mais precisamente sendo formados como mão de obra barata. Assim, o interesse pela escola e pelas colônias indígenas não diminuía. De fato, ela continuava palco de ilustres visitantes interessados no progresso que representava a mão de obra tão disciplinada, além de servir de posto de descanso e reabastecimento para aqueles que viajavam em nome desse projeto.

Estiveram de visita à Escola o Major Cabral, Diretor do Arsenal de Guerra, o 1º T.te Dr. Ramão da S. Pereira, 2º T.te Filinto Cabral. Estiveram presentes também o Revdo P. Oliveira Aquino em companhia do Sr. P. Oliveira que foi visitar o Sr. Joaquim Pereira Martins (Usina S. Gonçalo – Barra do Coxipó). A tarde chegaram de regresso das colônias o P. Vallarino e Carreiros, Me. José, José Lava-pratos, os índios Ramão, Pedro Fernandes e mais três novos, Gabriel, José e Felipe. (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911n, s/p).

A Escola Agrícola Santo Antonio efetivamente supriu a necessidade de um posto intermediário de abastecimento para as colônias, pois essa escola ficava relativamente afastada da cidade, seus alunos eram principalmente bororos e ela possuía grande extensão de território, constituindo-se em apêndice ao trabalho de catequização nas colônias. As crônicas do mês de novembro de 1911 são ilustrativas em relação a essa afirmação.

Dia 03, - Abertura dos cursos ginasiais no Lyceo de Cuiabá. Os meninos e os Bororos foram assistir à abertura solene.



[...] 06 – De noite foi lido o novo programa e o horário que serão observados de amanhã em diante. Para Palmeiras seguiu o Acc.to noviço José Xhardy. Seguiram também o Me. José, Gabet e o aprendiz Thomas p. dar princípio ao trabalho de assentamento da turbina. [...] 13 - Há meio dia chegam dois carros, um das Colônias outro das Palmeiras, o encarregado é José Pedro tendo como auxiliares o camarada Antonio, os índios Jorge e Egydio. [...] 29 – as cargas das colônias estão prontas. De um carro que devia seguir para as Colônias foram três. Um pequeno com um grande tacho (mais de 100 Kos.), um forno de ferro p^a farinha e outro ... p^a Palmeiras. Um carro grande com fardos de roupa, engenho de ferro e caixas de remédios. Outro grande com ferramentas e outros utensilios p^a Palmeiras e Colônias... A carroça do Colégio seguiu até Palmeiras p. levar carga. Às 11hs sahiu o tropeiro José Sabino, levando 8 cargueiros com sal, e dois com caixas do Sr. P. Inspetor. Os três carros sahiram às 3hs da tarde. O índio José voltou p^a a Colônia Imm⁶⁴. Conceição. (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911o, p, q, r, s/p)



Podemos perceber que a escola agrícola funcionava como um posto de abastecimento das colônias, onde não somente mercadorias mas pessoas transitavam. Para atender a todas essas pessoas fazia-se necessário um grande dispêndio de trabalho daqueles que residiam na escola. Também recebiam constantemente hóspedes da cidade, o que chegava a causar incômodo. Podemos observar essa situação no seguinte relato.



Às 8hs da manhã chegaram da cidade para passar o dia quatro famílias, a do Sr. Avelino Siqueira, do Dr. Anibal Toledo, do Dr. João Chacon e do Major Cabral, diretor do arsenal de guerra. Entre adultos e crianças eram 12 pessoas que passaram o dia a custa da escola. Foi felicidade que não ficaram p^a o jantar como tinham já fallado. A coisa teria sido pior, além dos 25 da manhã podia haver mais 15 que deviam acompanhar o Ex. mo. Sr. Dr. Presidente. O senhor Presidente chegou só à casa do Sr. João Gomes Mateiro S. para a inauguração da linha telegraphica Cuiabá Coxipó, e de lá voltou p^a Cuiabá. De modo que as famílias tiveram di ir um pouco mais cedo à casa do sr. João Gomes e nós ficaremos livres e sossegados. (CRHONICA DA E. A. S. A., 1911s, s/p).

64. Novembro de 1911.





As visitas não findam e os relatos deste fato acompanham os registros de 1912.

Aniversário do P. Manuel G. De Oliveira. O Lyceo deu feriado, os internos vieram a passeio na E^a. Foi uma coisa muito fria. Do pessoal salesiano vieram o P. prefeito, que nunca ficou com os meninos, os Acc. Tos Luis Zeferino, Sobel, Armindo, Agrícola e o Me. Sapateiro. De manhã tivemos visita do Ver.mo P. Ambrosio que acompanhou o Sr. M. Georges Homolle Francês. Chegou a Cuiabá p^a tratar com o Governo de estabelecer um banco em Cuiabá e outro em Corumbá. (CRHONICA DA E. A. S. A., 1912a, s/p).

Essas visitas constantes faziam da escola agrícola uma espécie de hotel de passagem, no qual os meninos não somente deveriam cuidar da roça, dos mantimentos depositados na escola para posterior envio para as colônias e da vida religiosa, como também atender aos visitantes que estavam de passagem. A escola agrícola dava ainda suporte ao projeto de catequização nas aldeias, o que permitiria a construção de um modelo ordenado que, acreditavam os salesianos, conduziria à civilização e ao progresso. Segundo os padres, a missão de catequese estava sendo um grande sucesso.

Pelas duas e meia pm. chegou o sr. Inspetor de volta das Colônias via Palmeiras. O acompanhavam o Ass. Hipólito Chovelon e o índio Timótheo. As notícias das três Colônias são ótimas, disse que encontrou tudo em boa marcha: houve primeiras comunhões entre adultos, cinco casamentos... Trouxe consigo quatro bons índios (meninos) p^a esta Escola Agrícola. (CRHONICA DA E. A. S. A., 1912c, s/p).

Então a Escola Agrícola se propunha a educar pelo trabalho e para isso recebia constantemente os bororos. “Recebemos telegrama do Sr. P. Inspetor comunicando sua saída da Colônia S. José acompanhado de quatro bons meninos bororos p^a a Escola Agrícola Santo Antônio.” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1912b, s/p). No período analisado, 1912 é avaliado pelos salesianos como um ano de muito sucesso. Segundo eles, foi um ano de impulso pela quantidade de meninos recebidos, assim como do trabalho por eles desenvolvido. Também nesse ano a escola agrícola deixou de ser apenas local



de retiro para os alunos do Lyceo, mas efetivamente começou a lhe oferecer mão de obra.

Depois de meio dia chegou com o carro o Sr. Me. Minguzzi com quatro meninos bororos p^a esta Escola. Eles chamam-se Julio, Francisco, Luis Cyrilo e Bento. [...] O índio Manoel passou ao Collégio de Cuiabá p^a trabalhar na horta de lá. [...] Para Palmeira seguiu também com o carro o Sr. Domingos Minguzzi levando um carregamento p^a aquela casa. Para a cidade seguiram 14 meninos, onde vão passar alguns dias p^a limpar o quintal do Lyceo. (CRHONICA DA E. A. S. A., 1912d, s/p).

Os carros traziam meninos bororos e levavam produtos necessários às missões. O projeto se completava com o Lyceo, de modo que assim poderiam civilizar esse público diversificado dos sertões, cada um da maneira correta e no lugar correto. Os bororos da aldeia catequizados e trabalhando nas roças, os garotos bororos e a vizinhança pobre do Coxipó aprendendo o ofício de agricultor. Dessa forma, era oferecida a mão de obra que garantia a existência da Escola Agrícola Santo Antonio e auxiliava o Lyceo, fornecendo-lhes, além de uma chácara de retiro, pessoas capacitadas para trabalhos pesados, na terra e na limpeza. Isso possibilitava ao Lyceo concentrar suas energias para formar os jovens da cidade, sendo os ofícios destinados aos mais pobres, e os cursos humanísticos para aqueles de boa família que poderiam, no futuro, cursar o nível superior.

Dessa forma, nesse projeto civilizador, a escola agrícola era uma parte fundamental, servindo também como propaganda de progresso aos olhos do restante do Brasil. Ela servia ainda como subsídio para a pacificação dos índios através da formação de multiplicadores, afinal, como enfatizamos anteriormente, os índios eram apresentados nos discursos da elite local e dos viajantes como um problema para o progresso do estado enquanto estivessem em seu estado natural. Construir a imagem do estado de Mato Grosso como um local de indígenas civilizados era fundamental para elite local. Para realizar essa tarefa, a participação do estado nas exposições nacionais, que aconteciam no Rio de Janeiro, tornava-se relevante. Para atingir esse fim, os salesianos foram convocados. Em uma quarta-feira de cinzas, a escola recebeu a visita



do Padre Inspetor que deu as seguintes instruções: “[...] tratar desde já dos trabalhos que deverão figurar na próxima exposição.” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1912e, s/p).

Chamando a atenção pela docilidade e inteligência e pela correção de comportamento dos silvícolas, a atuação dos jovens índios era divulgada desde 1908 na exposição. Por todos os lugares onde passaram, patenteavam não só as possibilidades de progresso que Mato Grosso oferecia, mas, antes, o resultado da própria ação regeneradora da educação já presente e atuante, na qual o índio se constituía no próprio objeto da exposição, integrado ao convívio social e agora transformado em trabalhador nacional. Por onde passava, aquela caravana do progresso suscitava da imprensa repetidas loas de reconhecimento (FRANCISCO, 1998).

Esses índios que se mostraram tão inteligentes e dóceis aos ensinamentos do Pe. Malan, já têm e vão prestando na região em que habitam excelentes serviços à causa pública e particular e constituem igualmente bom elemento para implantação do trabalho e da ordem nas desertas paragens onde labutam satisfeitos e na mais adorável convivência com aqueles que estão educando caridosamente, tornando-os úteis e humanos. (apud FRANCISCO, 1998, p. 57).

Um parágrafo do Álbum Gráfico sobre a Colônia Sagrado Coração de Jesus nos fornece um indicativo de sua intenção em divulgar a importância da disciplinarização da mão de obra indígena para o desenvolvimento local, demonstrando ao mesmo tempo que o estado havia civilizado seu elemento selvagem.

A industria da colônia é florescente, constando do fabrico do assucar, rapaduras, aguardente, farinha, sabão, azeite, óleo destinado para machinas e óleo de coco. Não menos admirável é o seu desenvolvimento intelectual: possui duas escolas, uma do sexo masculino, frequentada por 35 indiosinhos bororos, e outra do sexo feminino, frequentada por 26 meninas todas índias. (ALBUM GRÁFICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 1914, p. 17).



O mesmo catálogo, ao citar a Escola Agrícola SantoAnônio no Coxipó da Ponte, afirma que esta “[...] destina-se ao ensino teórico-prático da agricultura moderna à rapazes pobres que são actualmente 21 internos, entre os quais 15 jovens índios bororos.” (ALBUM GRÁFICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 1914, p.16). Assim, salesianos e bororos deveriam apresentar-se nas exposições nacionais, demonstrando o grande desenvolvimento atingido pelos povos selvagens da terra, o que não era sem razão, pois desejavam atrair investimentos em uma época na qual a ordem desejada pela elite mato-grossense ainda não estava plenamente efetivada. Para finalizar o projeto era importante que cada parte cumprisse o seu papel. As colônias também deveriam, além de índios, mandar sementes para a escola agrícola. “Pelos 3 hs pm chegaram os dois carros das Colônias trazendo dois sacos de milho semente.” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1912f, s/p).

A escola deveria mandar as mercadorias que ela havia armazenado. “Sahiram os dois carros levando carregamento de 190 a 200 arrobas de carga. Além dos nossos carros seguiram também o do Sr. Fazão (da maceolina) levando p^a a Colônia São José o engenho pesando 40 arrobas.” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1912g, s/p). Ainda em 1920, a escola continuava a cumprir esse papel. “Chega da Colônia S. José e Me. Theodoro Dullo com mais um índio, Marcelino, para levar carga e fornecimentos para aquela Colônia.”(CRHONICA DA E. A. S. A., 1920, s/p).

Todavia, mesmo possuindo um aprendizado bastante prático, acompanhado por um tempo exíguo de aulas teóricas, os alunos deveriam anualmente se submeter aos exames finais. “[...] 23 de julho de 1912 – Hoje começaram os exames finais. De manhã provas escriptas de arthmética e copiado: à tarde, oral de Religião, leitura, Agronomia. [...] Concluíram os exames. O resultado foi consolador.” (CRHONICA DA E. A. S. A., 1912h, s/p). Para os salesianos, os meninos poderiam não ser os primeiros da sala, mas estavam civilizados.

Considerações finais

A ação dos salesianos com os índios bororos é um dado importante



para se compreender a história de Mato Grosso e das populações indígenas no estado. Entretanto, toda prática social concreta é indissociável das representações que a animam. O projeto dos salesianos estava profundamente relacionado à representação, incorporada pelas elites mato-grossenses e pelos viajantes de outras partes do Brasil e do exterior, que via os indígenas como sinônimo de barbrie e selvageria. Assim, o projeto salesiano procurou realizar uma cruzada sobre um sertão selvagem, que se acreditava ser rico em belezas naturais, mas ausente de mão de obra disciplinada para o trabalho. Para os salesianos e a elite da época, faltava apenas disciplinar a população indígena e mestiça pobre para que pudessem realizar o tão sonhado progresso. Nesse contexto de união entre elites, Igreja e Estado, os bororos foram explorados e se tornaram mão de obra treinada e barata, tal como seus ancestrais, que foram conhecidos como os negros da terra.

Referências

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

FRANCISCO, Adilson José. Apóstolos do Progresso: **A prática educativa salesiana no processo de modernização em Mato Grosso (1894 – 1919)**. 1998. ????.f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá: 1998.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma**. A Modernidade na Selva. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. São Paulo, 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2000.

MACIEL, Laura Antunes. **A Capital de Mato Grosso**. 1992. 174 f. Dissertação (Mestrado em História)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.





Fontes

Álbum graphico de Matto-Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá; Hamburgo: Ayalas e Simon, 1914.

CATÁLOGO DOS PRODUTOS ENVIADOS PELO ESTADO DE MATO GROSSO PARA A EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908. Estabelecimento Avelino Siqueira, Cuiabá, 1908.

CINCO LUSTROS DA MISSÃO SALESIANA EM MATO GROSSO. Cuiabá, Tipografia Calão e Fº., 1919.

Crhonica de 28 de fevereiro de 1907. **CRHONICAS DO ORATÓRIO SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1907a.

Crhonica de 11 de abril de 1907. **CRHONICAS DO ORATÓRIO SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1907b.

Crhonica de 23 janeiro de 1908. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1908a

Crhonica de 27 janeiro de 1908. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1908b.

Crhonica de 29 abril de 1908. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1908c.

Crhonica de 28 de maio de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 19011a.

Crhonica de 06 de junho de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911b.

Crhonica de 13 de junho de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911c.

Crhonica de 2 de julho de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911d.

Crhonica de 15 de julho de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911e.

Crhonica de 27 de julho de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911f

Crhonica de 30 de julho de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911g.

Crhonica de 15 de agosto de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911h.



Crhonica de 25 de agosto de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911i.

Crhonica de 20 de setembro de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911j.

Crhonica de 22 de setembro de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911k.

Crhonica de 10 de outubro de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911l.

Crhonica de 14 de outubro de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911m.

Crhonica de 31 de outubro de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911n.

Crhonica de 3 de novembro de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911o.

Crhonica de 6 de novembro de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911p.

Crhonica de 13 de novembro de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911q.

Crhonica de 29 de novembro de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911r.

Crhonica de 17 de dezembro de 1911. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1911s.

Crhonica de 9 de janeiro de 1912. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1912a.

Crhonica de 16 de janeiro de 1912. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1912b.

Crhonica de 27 de janeiro de 1912. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1912c.

Crhonica de 5 de fevereiro de 1912. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1912d.

Crhonica de 21 de fevereiro de 1912. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1912e.

Crhonica de 10 de julho de 1912. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO.** Cuiabá, 1912f.



Crhonica de 17 de julho de 1912. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO**. Cuiabá, 1912g.

Crhonica de 23 de julho de 1912. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO**. Cuiabá, 1912h.

Crhonica de 25 de abril de 1920. **CRHONICAS DA ESCOLA AGRÍCOLA SANTO ANTONIO**. Cuiabá, 1920.

CORAZZA, Pe. J. **Esboço histórico da missão salesiana em Mato Grosso**. Campo Grande: [s.n], 1995.

MISSÕES SALESIANAS EM MATO GROSSO 1894-1908. Rio de Janeiro: [s.n], Introdução de Helvecio Oliveira, 1908.

MOUTINHO, Manoel José. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. 13 de maio de 1893.

PEDROSA, João José. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, João José Pedrosa à Assembleia Legislativa Provincial**. Cuiabá, 01/11/1878, p. 34-35.





Guerra de espadas em Cruz das Almas/BA: a internet como instrumento de luta pela tradição (2011-2016)

*Filipe Arnaldo Cezarinho*⁶⁵

*Sara Menezes Felizardo*⁶⁶

Introdução

Propomos neste texto discutir sobre os usos que os/as espadeiros/as fazem da internet⁶⁷ como instrumento de luta pela promoção, manutenção e legitimação da tradicional Guerra de Espadas. Defende-se como argumento que as novas tecnologias digitais, que agenciam conexão mundial, têm sido apropriadas e reapropriadas em diferentes momentos por sujeitos pertencentes a práticas tradicionais para resistirem aos ideais de modernidade.

A Guerra de Espadas, elemento integrante dos festejos juninos em algumas cidades do Recôncavo da Bahia, é considerada pelos seus membros como uma guerra centenária. Vinculada à tradição religiosa do catolicismo, as festas no mês de junho dizem respeito também ao momento da colheita do amendoim, laranja e do milho, alimentos importantíssimos na dieta dessas pessoas.

Segundo a tradição religiosa:

[...] Izabel, a mãe de João Batista, era estéril e estava em uma idade avançada. Mesmo em meio a essas adversidades, ela engravidou e disse a sua prima Maria, que seria mãe de Jesus Cristo, que comunicaria o nascimento do seu filho ascendendo uma grande fogueira. O filho de Izabel era o profeta João batista que iria batizar Jesus Cristo, nas águas do rio Jordão, e seria o anunciador da vinda de Moisés. Esta versão ligada à sacralidade explicaria a prática de se ascender

65. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História (UNICENTRO). E-mail: cezarinhohistoria@hotmail.com.

66. Mestranda no Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Ensino de História (UNEB) E-mail: saramfelizardo@yahoo.com.br.

67. “A internet é uma rede mundial que interliga milhões de computadores em torno do mundo, de vários tipos e tamanhos e com diferentes sistemas operacionais.” Disponível em: <<http://www.ufpa.br/dicas/net1/int-apl.htm>>. Acesso em: 19 maio 2017.

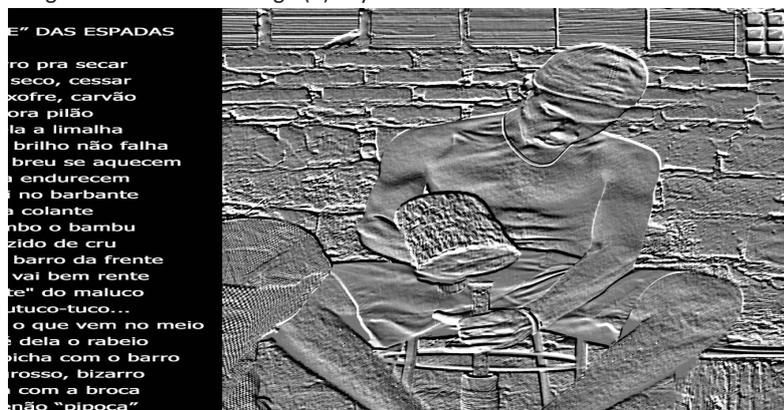


fogueira no dia 23 de junho. (CASTRO, 2012, p. 51).

Paralelamente, os fogos de artifícios aparecem oferecendo adrenalina, perigo e variadas emoções. O fogo tem a sua importância na festa e é fundamental. Na cidade de Cruz das Almas⁶⁸, mas também em outras que a circundam, a peculiaridade dos fogos se dá por uma pirotecnia conhecida como as espadas de fogo.

Não somente no dia 24 de junho, mas, principalmente nesse dia, as pessoas saem de suas casas para participar como olheiros/as apreciadores/as ou tocadores/as das espadas. O fluxo dá-se por todos os cantos da cidade, do centro aos bairros periféricos. Grupos de pessoas se encontram para tocar suas espadas confeccionadas, acompanhadas de muito forró e licor. O funcionamento é simples. Jogam as espadas em direções aleatórias ou direcionadas a determinado grupo para que se inicie a guerra. Dessa forma a brincadeira começa e só pára no final da noite.

Imagem 1. Retirada do blog P(o)etry Lordelo.



Fonte 1: Disponível em: <<http://petrypoesia.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 maio 2017.

De expressão marcante, fabricar e tocar espadas em Cruz das Almas são atos que atravessam gerações e que produzem sentidos de pertença, identidade, valor e múltiplos outros significados. Dizeres, como eu sou da cidade das espadas, eu amo a guerra de espadas e espadas é tradição, são recorrentes entre os espadeiros e espadeiras da cidade. Mas como são

68. Foi fundada em 1897 a partir do desmembramento de São Felix. Em 03 de outubro de 1987, foi realizada a primeira eleição, tendo como empossado o Cônego Antônio da Silveira França, primeiro Intendente da cidade.



confeccionadas as espadas? Um longo processo que perdura por dois ou até três meses de produção. Não cabe aqui agora detalhar passo por passo todo o processo, mas Petry Lordelo consegue resumir bastante bem toda a ação de produção por tons poéticos.

Assim, percebe-se que a fabricação das espadas perpassa por um longo trajeto. Da extração do barro até a queima propriamente efetivada, muito esforço físico e investimento de tempo foram atribuídos ao processo. São horas e horas diárias, chegando até a varar a madrugada, ouvindo o som do macete, tutuco-tutuco-tuco, usado para preencher o bambu com camadas prensadas de barro e pólvora.

São os próprios espadeiros que realizam todo avançar de fabricação de suas espadas. Contando com amigos e familiares, os mais experientes chamam os mais jovens para o ofício e de lá saem novos espadeiros capazes de produzir as suas próprias espadas. Tradicionalmente, toda dinâmica de produção desenrolava-se dentro dos quintais de casa ou nas vias públicas da cidade.

Cabe esclarecer que existe uma diferenciação entre os espadeiros, uma tipologia. Quem traz essas tipologias dos espadeiros é Adriana Oliveira (2013), que diferencia entre fabricantes/auxiliares e produtores/consumidores:

Os produtores se diferenciavam entre aqueles que tinham a fabricação própria e aqueles que se estabeleciam como auxiliares dos primeiros, na função de ajudantes, pelo fato deles não possuírem capital técnico e financeiro para aquisição do material destinado à produção das espadas. (OLIVEIRA, 2013, p. 3).

No quesito produtor-consumidor, a autora destaca que os consumidores apenas compram as espadas para sua diversão momentânea na Guerra de Espadas. Já os espadeiros envolvidos na vivacidade e intensidade produtiva das espadas possuem maior relação simbólica com o festejo. Adriana Oliveira (2013, p. 1) constata que: “Os espadeiros-produtores e os espadeiros-consumidores eram categorias que, mesmo partilhando similaridades, se diferenciavam quanto ao posicionamento e a função na dinâmica dos festejos



juninos da cidade.”

É plausível a assertiva de que a grande gama de espadeiros-consumidores são advindos de fora da cidade, de regiões próximas e até da capital do estado, Salvador. Caracteriza-se uma apropriação diferenciada entre esses e aqueles que participam da tradicional Guerra de Espadas. Por outro lado, os produtores, mais novos ou mais velhos, possuem laços mais firmes. São gerações de famílias que promulgam e viabilizam o evento lúdico por toda a cidade.

A restringida produção científica, em termos de quantidade, sobre a tradicional Guerra de Espadas permite afirmar que a partir da década de 70, a cidade de Cruz das Almas passou por transformações significativas que alteraram, de alguma maneira, os usos do festejo das espadas. Destaca Oliveira (2010):

É na década de 1980 para 1990 que essas mudanças se apresentam mais significativamente, sobretudo por ser esse período o momento de desenvolvimento econômico da cidade. Mas o que prevalece, no entanto, é a propagação da Batalha de Espadas como elemento atrativo para a realização da festa, hoje feita em condições diferenciadas das de antigamente, muitos podem ser esse espadeiro, muitos querem ser reconhecidos por esse adjetivo. (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

Moacir Carvalho (2009) vislumbra o início das espadas desde o século XIV como instrumento bélico usado pelos árabes, metamorfoseando-se em sinalizadores navais pelos portugueses e ganhando as características mais atuais que se vê na cidade de Cruz das Almas. Ele realiza uma comparação entre os guerreiros de Cruz das Almas e a nobreza guerreira do imaginário medieval. Nos anos de 1970 e 1980, a cidade de Cruz das Almas passou por momentos importantes no seu desenvolvimento, e essas datas marcaram a criação da BR 101, a qual possibilitou o maior vai e vem de pessoas para a cidade e, também, a criação da barragem da Pedra do Cavalo.

Indicado por Carvalho:



[...] expressões populares vão perdendo a força através de rupturas intergeracionais as quais irão se definir pelo aumento do sentimento de vergonha em relação a determinadas tradições locais, católicas, cívicas ou familiares. Festa de reisado, cavalhada, festa do divino, padroeiro da cidade, a ideia do ‘São João passou por aí?’ etc. Esse processo, ao que parece, se consolida rapidamente nas décadas de 1970-1980 acelerado por dois acontecimentos de importância local: a construção da BR 101 e a construção da barragem Pedra do Cavalo. (CARVALHO, 2009, p. 10).

Dessa maneira, a configuração urbana da cidade de Cruz das Almas, principalmente no que se refere à circulação populacional, se altera. A introdução de novos agentes sociais proporcionou mudança no eixo da própria Guerra de Espadas. De local, isto é, festejada e praticada apenas pelos que ali viviam na cidade, para um alargamento do seu uso com a integração dessas novas pessoas no cenário cruzalmense.

Alino Matta Santana (1997), agrônomo e profundo conhecedor da história da cidade, demarcou também outros eventos significativos para a cidade. Foi a partir de 1970 que chegou a água encanada: “Trazida para Cruz das Almas pelo Governador Antônio Carlos Magalhães, na 2ª gestão do prefeito Dr. Fernando Carvalho de Araújo (1971/1972), a água encanada veio resolver este grave problema que afligia a comunidade cruz-almense.” (SANTANA, 1997, p. 85).

Não há dúvidas de que os discursos de promoção à modernidade e ao progresso estão sendo fabricados e gestados neste momento na cidade. Utilizando-nos dos jogos de palavras, poderíamos dizer que a água encanada vai ser o divisor de águas nesse momento, pois: “Antes da instalação da água encanada, os cruzalmenses usavam água da cisterna para gastos e água da Fonte do Doutor, conduzida em barris sobre jumentos, para beber.” (SANTANA, 1997, p. 35).

Outro importante desabrochar, naquele momento, na cidade de Cruz das Almas foi a Comercial de Ferragens Cruzalmense (COFEL). Para Santana (1997), o advento dessa loja comercial vai dar cara de cidade grande. Fundada



em 1978, a COFEL vai atrair pessoas de outras cidades para consumir em Cruz das Almas. Implanta-se também o INSS e a Rádio Panorama FM.

Todas essas mudanças indicadas vão reconduzir uma série de atividades cotidianas da população da cidade, e entre elas a Guerra de Espadas. No início da segunda década do século XXI, a Guerra de Espadas tornou-se proibida na cidade de Cruz das Almas. O Poder Judiciário expediu uma Ação Cautelar⁶⁹ proibindo a fabricação e comercialização das espadas. Desde então, os espadeiros e espadeiras buscam por diversos meios a retomada da tradicional Guerra de Espadas, sendo a internet uma importante ferramenta utilizada por esses sujeitos para resistir e propagar ideias das mais variadas sobre a tradição.

A internet como instrumento para defesa da tradição

Adriano Duarte Rodrigues (1996) parte de uma dedução lógica na qual percebe que os pares modernidade/tradição são relacionados, isto é, para que um seja possível é necessária a existência do outro. Assim: “Se os ideais tradicionais deixassem de existir, se fossem completamente substituídos pelos da modernidade, deixaria também de ter sentido a afirmação da modernidade, na medida em que esta se define como ruptura para com eles.” (RODRIGUES, 1996, p. 301). Nesse sentido, a modernidade flerta obrigatoriamente com aquilo que pretende relegar, a tradição. Basta observar que constantemente as tendências midiáticas da modernidade ressuscitam elementares formas tradicionais, denominando-as como do momento.

Portanto, há de considerar que são almas conectadas, corpos funcionando por transplantes. Nesse sentido, afirma Rodrigues (1996):

É por isso que a tradição e a modernidade são duas faces de uma mesma moeda, estabelecendo entre si uma relação especular: moderno é tudo o que se demarca em relação àquilo que permanece como tradicional, tal como tradicional é tudo o que se demarca em relação àquilo que se apresenta como moderno. (RODRIGUES, 1996, p. 302).

⁶⁹. “Ação de natureza instrumental que visa prevenir qualquer lesão de direito, bem como garantir a eficácia futura do processo principal com o qual está relacionada. Pode ser proposta antes ou no curso da ação principal. São exemplos de ação cautelar: arresto, sequestro, caução, produção antecipada de provas, alimentos provisionais, busca e apreensão, entre outros. No Supremo Tribunal Federal, esta ação é representada pela sigla AC.” Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>>. Acesso em: 19 maio 2017.



Para esse autor, a modernidade deve ser compreendida como uma dimensão da experiência, não como uma etapa ou fase que substitui a tradição. São experiências que flertam num mesmo espaço e tempo.

A internet aparece como um dos instrumentos em potencial para resistência e promoção dos elementos tradicionais. Caroline Luvizotto (2010) identificou em seu trabalho que diversos grupos de tradições gaúchas buscam na internet condições de disseminação e manutenção de suas práticas. Considera que esse processo tem racionalizado e (re)inventado as tradições gaúchas na modernidade tardia, em outros termos, “[...] trata-se de grupos dedicados ao ensino, transmissão, preservação e disseminação da tradição gaúcha vinculada aos CTG.” (LUVIZOTTO, 2010, p. 101).

O ciberespaço espaço pode ser sintetizado como um lugar não material, potencialmente capaz de integrar os sujeitos com interesses específicos em todo o lugar do planeta. Formam-se grupos, instituem-se trânsitos comerciais, fomentam ensinamentos dos mais diversos. O desenvolvimento da Web 2.0 possibilitou que as pessoas publicassem e fossem usuários ativos da Web. Conforme afirma:

Web 2.0 é o termo usado para descrever a segunda geração da Web baseada em inteligência coletiva, isto é, na construção coletiva do conhecimento. Por meio da interação, comunidades criadas em torno de interesses específicos poderão apoiar uma causa, discutir temas individuais ou de relevância coletiva, levantar a opinião pública à reflexão sobre qualquer assunto, ensinar e transmitir conteúdos informacionais, disseminar informações culturais, entre muitas outras ações. Pessoas físicas, movimentos populares, instituições, governos, empresas, grupos culturais e acadêmicos, entre muitos outros, estão incorporando essa cultura para gerar conhecimento. (LUVIZOTTO, 2010, p. 108).

A autora apresenta quais são os conteúdos oferecidos nos websites dos movimentos tradicionalistas gaúchos. Por exemplo, a Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha (CBTG) divulga uma política para valorização do folclore gaúcho e sua preservação. E o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)



objetiva:

[...] preservar o núcleo de formação gaúcha [...]. Divulga ainda informações sobre a história do Rio Grande do Sul, destacando a bandeira, o hino, o brasão das armas, as missões jesuítas, as migrações e as revoluções; além disso apresenta textos relacionados ao tradicionalismo, editoriais, notícias, artigos, poesias, prosas, causos e um blog de comunicação entre os atores. (LUVIZOTTO, 2010, p. 123-124). [grifo no original].

Seu argumento considera que a internet contribui para que os atores sociais (re)inventem e racionalizem as tradições. Do espaço físico ao espaço virtual, vivenciam a tradição não apenas no concreto das relações sociais, mas, acima de tudo, nos meios digitais de conexão mundial.

Sobre a questão que envolve identidade, Liliane Brignol (2005) chama atenção para as disputas da identidade gaúcha em sites da internet. Ao analisar a Página do Gaúcho, ela percebeu a existência de um campo de luta por uma identidade gaúcha alicerçada no tradicionalismo, em contraposição às que se apresentavam nas mídias televisivas. Os/as internautas questionavam as representações desviantes, aquelas relacionadas com a homossexualidade que programas humorísticos, como o Casseta & Planeta, promoviam.

A relação criada pelo humor, identificando o gaúcho com o homossexualismo, faz uma reversão do papel da masculinidade, enfatizada com orgulho na construção da identidade gaúcha. O assunto ganhou destaque em discussões pelo estado, gerando opiniões controversas sobre as consequências da paródia, entendida por alguns como uma brincadeira e por muitos como desrespeito, o que provocou desconforto e revolta. (BRIGNOL, 2005, p. 92).

A disputa era exatamente entre uma identidade que se formulava nas mídias, a partir de um programa humorístico, e aquela almejada e alojada tradicionalmente, a do gaúcho macho. Cabe destacar que, apesar da Brignol (2005) mostrar uma constante necessidade de ajustamento das identidades perante as transformações inevitáveis da sociedade, a autora parece se subjetivar e não problematizar a construção tradicional da identidade gaúcha.



Portanto, ela não problematiza a noção de gaúcho macho, dando-a como representação da verdadeira identidade, a identidade tradicional.

Tramonte (2004) analisa a atuação de sujeitos pertencentes ao candomblé e como estes buscam destituir formas de intolerância e racismo impostas sobre a religião de origem africana. Destaca que o cyberspaço aparece como fundamental para manifestação e defesa do direito de prática da religião de matriz africana por diversos grupos. São sites e home-pages que

Ao mesmo tempo em que grupos significativos de candomblé no Brasil buscam afirmar sua tradição – origens culturais e raízes ‘autênticas’ (estas entendidas enquanto africanidade), procuram também afirmar a sua modernidade situando-se no cyberspaço, em vez de buscar afirmação fechando-se sobre si mesmos. Esta nova lógica resulta num esforço de convivência, que alia modernidade e tradição e aponta para uma atuação aberta ao intercâmbio com a sociedade como um todo, ao mesmo tempo em que potencializa a informatização e a comunicação eletrônica como um canal de diálogo, democratização do conhecimento e construção de processos de incorporação cultural. (TRAMONTE, 2004, s/p). [grifos no original].

Assim, entende-se que os pares tradição/modernidade não podem existir separadamente. As tradições estão em todas as instâncias possíveis do que se pretende como moderno. Isso demonstra o caráter flexível do tradicional e como este produz formas de inclusão na exclusão. A autora enfatiza a variedade de grupos de candomblé em todo país, os quais criaram pages na internet para valorização e luta de suas tradições. Destacam-se alguns grupos: “Ilé Axé Opô Afonjá (Bahia), Sociedade Africana Ilé Oxum Docô e Ilé Nagô Kaô Xangô Okanimô (Rio Grande do Sul), Axé Ilé Obá, Pai Celso de Oxalá e Pai Danilo do Ogun (São Paulo), Abassá de Odê (Santa Catarina) [...]”. (TRAMONTE, 2004, s/p). Nesse sentido, é um espaço de luta e resistência face ao preconceito dirigido aos grupos de matrizes africanas no Brasil.

A internet também tem sido apropriada como instrumento de resistência para a continuidade da Guerra de Espadas em Cruz das Almas. A rede social



Facebook⁷⁰, desenvolvida em 2004, por Mark Zuckerberg, pode servir como um bom exemplo do que estamos falando. Nessa rede social, as pessoas podem realizar postagens diversas e de temáticas várias. Além de contas próprias para cada usuário, a plataforma permite a constituição de grupos ou páginas. É possível encontrar diferentes páginas referentes à Guerra de Espadas em Cruz das Almas. Uma delas é a do Projeto Salvaguarda Cultural⁷¹.

Imagem 2. Retirada da Plataforma Facebook



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/Projeto-Salvaguarda-Cultural-119614418238840/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 19 maio 2017.

A descrição da página é bem clara e sintetiza a intencionalidade da mesma: “A proposta do projeto é analisar a festa da ‘Guerra de Espadas’ na cidade de Cruz das Almas, como manifestação popular tradicional e secular da comunidade cruzalmense juntamente com seus adeptos, atores políticos, sociais e culturais”. A página foi criada em 2013, dois anos após a proibição da tradicional festa. São 451⁷² pessoas que seguem o grupo. A maior parte do

70. Para conhecer a história do Facebook, ver: CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. Novas formas de comunicação: história do Facebook – Uma história necessariamente breve. ALCEU, v. 14, n. 28, p. 168, jan./jun., 2014. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20168-187.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

71. São diversas as referências de páginas sobre a Guerra de Espadas. Por questão de delimitação para análise, selecionamos esta por apresentar maior sistematização.

72. Até a data de 19/05/2017



conteúdo publicado nessa página faz referência à tentativa de regulamentação efetiva do festejo das espadas. Não há postagens aleatórias. Todas estão vinculadas ao programa de busca da regulamentação real.

Apresentaremos alguns dos conteúdos e suas discussões. A principal discussão foi a de se buscar resolver a questão da proibição das espadas. A primeira reunião concreta do projeto foi realizada em 18 de maio de 2013, na Câmara de Vereadores da cidade. O objetivo era exatamente o de apresentar ao público qual era o intuito do projeto e traçar alternativas possíveis para sua regulamentação. Ficou evidente na reunião que é preciso, a partir do momento em que a Guerra de Espadas se tornou crime, conscientizar aqueles/as envolvidos/as. Algumas conclusões foram feitas, sendo uma delas:

De acordo com o professor J. R.⁷³, a festa precisa de um código de condutas para acontecer respeitando os direitos de todos. É necessário que aquele que vai brincar tenha consciência no momento da brincadeira, a cidade da guerra das espadas precisa disciplinar o uso, criar códigos de conduta interna, e não perder de vista que a festa é um elemento de identidade do município⁷⁴.

Pelo que fica lúcido na citação, é necessária e fundamental uma alteração nas formas que esses sujeitos realizavam e como participavam da Guerra de Espadas. Admitindo a coerção da Ação Cautelar instaurada à tradicional festa, é preciso, e isso tem partido dos/as próprios/as espadeiros/as, mudanças urgentes. O elemento de identidade parece ser o recurso utilizado pelos/as agentes para a legitimação da festa. Ele atribui às espadas a condição de unidade social capaz de manter os laços entre os sujeitos e com a própria cidade de Cruz das Almas. Dessa forma, pontua-se também que os/as integrantes devem agir por meios de códigos de conduta, ou seja, a guerra não pode ser realizada aleatoriamente e sem controle. É explícita assim a emergência de uma consciência espadeira.

A reunião não foi guiada apenas por palestrantes. Teve também um

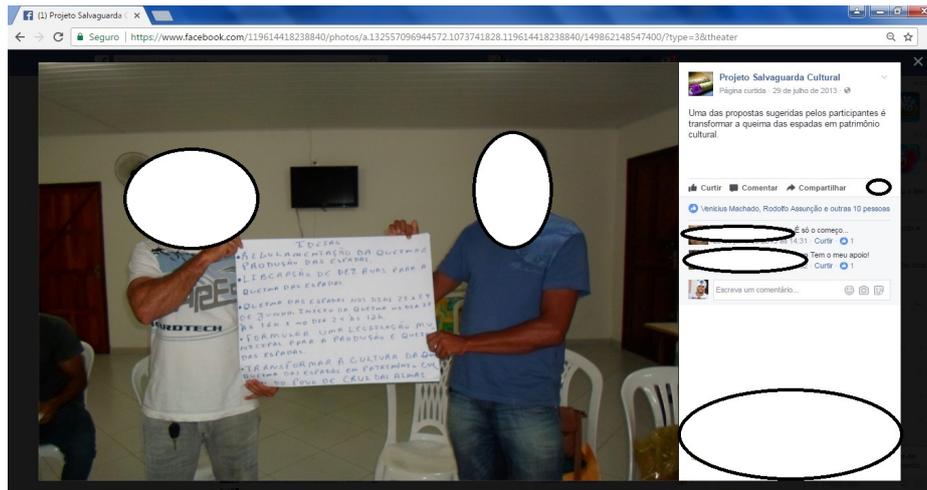
73. Colocamos apenas as iniciais.

74. Todas as referências feitas ao grupo ou página do Facebook serão direcionadas à Página Inicial. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Projeto-Salvaguarda-Cultural-119614418238840/>>. Acesso em: 20 maio 2017.



momento no qual o público apresentava suas propostas para regulamentação do festejo.

Imagem 3. Retirada da plataforma Facebook. Espadeiros propondo Ideias para legalização da festa⁷⁵



Fonte 2: Disponível em: <<https://www.facebook.com/Projeto-Salvaguarda-Cultural-119614418238840/>>. Acesso em: 20 maio 2017.

Apesar de ter um número razoavelmente interessante de seguidores, parece que as postagens estão localizadas em torno de um pequeno conjunto de pessoas ou de quem gerencia a página. São realizadas reuniões para levantar a problemática da proibição. Em 2014, durante o Seminário de Avaliação do Projeto Salvaguarda, criou-se uma cartilha na qual se propõe efetivamente, com embasamento jurisprudente, a busca pela regulamentação. Destacam-se na cartilha os seguintes elementos: Histórico e os caminhos para Patrimonialização; Valor Histórico e Cultural; e Elementos jurídicos importantes na Festa das Espadas⁷⁶. Ao contrário do que parece, a luta desses sujeitos não se limita ao contexto digital. É a partir dele que são organizadas reuniões, debates e discussões presenciais.

75. Regulamentação da queima e produção das espadas; Liberação de dez ruas para a queima de espadas; Queima das espadas nos dias 23 e 24 de junho. Início da queima no dia 23 às 16h e no dia 24 às 12h; Formular uma legislação municipal para produção e queima das espadas; Transformar a cultura da queima das espadas em patrimônio cultural do povo de Cruz das Almas.
76. A discussão sobre a cartilha produzida pelo movimento dos espadeiros será analisada em outra oportunidade.



Precisamos esclarecer que esse processo de conscientização deve ser entendido como uma resposta às demandas dos imperativos modernos, que visam destituir as práticas consideradas tradicionais e legá-las ao esquecimento. Na marca da modernidade, essas práticas vinculam-se ao arcaico ou são consideradas como ultrapassadas e que, portanto, não cabem mais. Na Guerra de Espadas esse empreendimento é latente. A ação que proibiu o tradicional festejo tem feito com que os próprios sujeitos da festa instituem meios para a sua maior gerência e organização.

Imagem 4. Screenshot do blog Projeto Salvaguarda Cultura: valorizando elementos da cultura cruzalense



Fonte 3: Disponível em: <<http://projetosalvanguardacultural.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 22 maio 2017.

Buscamos, pela própria plataforma, saber quem são alguns desses sujeitos que coordenam o grupo. Está disponível, nas “Informações de Contato” da página, um link que direciona para determinado blog fora do Facebook. Foi a partir daí que obtivemos alguns dados sobre essas pessoas. São profissionais liberais – professores, jornalistas, advogados - que parecem encabeçar o movimento. Nesse sentido, descobrimos que esses sujeitos então envolvidos em programas de debates acadêmicos sobre tradição, cultura, patrimônio,



legislação etc.

O blog está dividido pelos seguintes itens: Início, Projeto SalvaGuarda Cultural, Quem somos, Cruz das Almas, A Festa das Espadas e Fale Conosco. No item Projeto SalvaGuarda Cultural aparece o motivo de sua criação, o que se revelou estar de acordo com a definição anterior do Facebook:

O projeto surgiu a partir da observação da realidade da Festa das Espada, como bem simbólico cultural ameaçado de ser extinto no município, e, em consequência desta extinção, desaparecimento deste artefato, a espada, fruto de uma técnica aprendida e passada de geração em geração, que movimenta não apenas a manutenção desta tradição, mas também a economia do município no período junino, sendo fonte de renda para muitas famílias.⁷⁷

Além disso, aparecem conjuntos de termos importantes que caracterizam bem a sua proposta. Termos como tradição, cultura popular e manifestação cultural são frequentes até mesmo no Facebook. Porém, não há indicações, isto é, referências demonstrando de onde foram retirados tais conceitos.

Compreendemos que há tanto na plataforma Facebook quanto no blog SalvaGuarda Cultural a luta em defesa da tradição. Os recursos discursivos deixam clara tal postura. Eles colocam em questão uma prática estabelecida e aprendida de geração em geração. É a própria identidade do sujeito espadeiro/a que está no jogo.

Entendemos a tradição das espadas, a constituição do adjetivo espadeiro/a, no tempo, envolto de disputas e lutas constantes. O/a espadeiro/a não pode ser tratado como sujeito original, com uma identidade definida. Será que a Guerra de Espadas sempre foi vista como uma tradição? Quando o/a espadeiro/a deixou de ser fogueteiro/a para tornar-se espadeiro/a? Deslocaremos essa discussão para outra oportunidade.

Para o presente texto, o importante é a compreensão que a internet tem potencial suficiente para tais questões e que esse espaço vem sendo usado

⁷⁷. Disponível em: <<http://projetosalvaguadacultural.blogspot.com.br/p/o-projeto.html>>. Acessos em: 19 maio 2017.



entre grupos tradicionais em defesa do valor tradicional. É o que acontece com a Guerra de Espadas em Cruz das Almas. A partir da criminalização, os/as espadeiros/as explicitaram seu desconforto e buscaram meios para reivindicar a continuidade da tradição. O que fica claro no item A Festa das Espadas:

A festa da 'Guerra de Espadas' é uma manifestação cultural ocorrida na cidade de Cruz das Almas, Bahia, especificamente no Recôncavo Baiano. Apesar desse evento cultural ser desenvolvido em localidades como Conceição do Almeida, Castro Alves, Senhor do Bonfim, e outras, foi em Cruz das Almas que ela se tornou expressão cultural regional e nacional.⁷⁸

Reforça-se a ideia de pertença e afloram os significados e valores herdados pela festa. São esses pressupostos que corroboram na luta para sua perpetuação. Obviamente que essa perpetuação aclamada pelos/as espadeiros/as não segue mais o seu padrão anterior. É a readequação da experiência tradicional às experiências e expectativas modernizadoras. A internet emerge como mais uma arma de luta para esses sujeitos compartilharem, promoverem e resistirem aos mandos e desmandos de uma sociedade cada vez mais complexa e de trânsitos que rompem com territórios fixos.

Considerações finais

Não restam dúvidas quanto à capacidade maleável da experiência tradicional em permear e fazer-se imbricada aos movimentos da modernidade. As apropriações dos agentes da tradição indicam transformações das práticas tradicionais, mas nunca o seu esquecimento. Utiliza-se de empreendimentos modernos para reconfiguração, adaptação, promoção, resistência e manutenção dos aprendizados passados.

No entanto, esses aprendizados passados só são possíveis no presente, a partir das demandas de interesses sociais desses sujeitos. Os choques ou as tentativas de rompimento com o elo tradicional – elo que tem a função de agenciar identidades, de coesão da tessitura do corpo social – fazem com

78. Disponível em: <http://projetosalvuardacultural.blogspot.com.br/p/blog-page_4027.html>. Acesso em: 22 maio 2017.



que os produtores da tradição criem novas táticas para mantê-lo. Uma dessas formas interessantes e de potencial elevadíssimo no contexto da modernidade é a internet.

Os/as interlocutores/as apresentados/as acima contribuem para essa assertiva. A internet vem sendo empregada de maneira diversificada, heterogênea e plural não apenas por espadeiros/as, mas por sujeitos que propalam tradições gaúchas e, também, por religiões que enfrentam racismo, como nos casos das religiões de matrizes africanas, como o candomblé. Destarte, mais do que promover novas amizades, construir relações amorosas, firmar laços anteriormente construídos, a conexão no contexto digital permite, acima de tudo, o reclamar da tradição e sua experiência nas sociedades ditas modernas.

Para finalizar, não tivemos como objetivo neste texto realizar discussões teóricas mais aprofundadas. Nesse sentido, focou-se mais nos usos, feitos pelos/as espadeiros/as, das redes sociais para manutenção de valores tradicionais. Acreditamos que este trabalho possa de alguma maneira contribuir para que novas produções acadêmicas deem conta dessa faceta social que é a internet. Ao que parece, é visível o potencial dessa ferramenta cultural, a qual pode atualizar temas já debatidos antes do seu advento.

Referências

BRIGNOL, Liliâne Dutra. Agendamentos, disputas e construção do gaúcho na Internet. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB)**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 83-101, jan./jun., 2005.

CASTRO, Janio Roque Barros de. **Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço público**. Salvador: EDUFBA, 2012, 342p.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. Novas formas de comunicação: história do Facebook – Uma história necessariamente breve. **ALCEU** v. 14, n. 28, p. 168, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20168-187.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **As tradições gaúchas e sua racionalização na**



modernidade tardia. São Paulo: Cultura Acadêmica,
OLIVEIRA, Adriana da Silva. Festejar e Partilhar: inter-relações nas comemorações juninas em Cruz das Almas-BA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27, 2013, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPUH BRASIL, 2013. Disponível em: < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364757702_ARQUIVO_Festjarepartilharinter-relacoesnascomemoracoesjuninasemCruzdasAlmasBAAdrianadaSilvaOliveira.pdf> Acesso em: 21 maio 2017.
RODRIGUES, Adriano Duarte. Tradição e Modernidade. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, Lisboa, n. 9, p. 301-308, 1996.
SANTANA. Alino Matta. **Livro do Centenário (1897-1997):** marcos do progresso de Cruz das Almas. Cruz das Almas: Bureau, 1997, 220p.
TRAMONTE, Cristiana. Religião afro-brasileira e cyberspaço: estratégias da tradição na modernidade. **Revista TEXTOS de La CiberSociedad**, 4 Temática Variada, 2004. Disponible em: <<http://www.cibersociedad.net/textos/articulo.php?art=33>>. Acesso em: 22 maio 2017.

Fontes

<<http://petrypoesia.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 maio 2017.
<<https://www.facebook.com/Projeto-Salvaguarda-cultural-119614418238840/>>. Acesso em: 20 maio 2017.
<<http://www.ufpa.br/dicas/net1/int-apl.htm>>. Acesso em: 19 maio 2017.
<http://www.stf.jus.br/portal/glossario/>>. Acesso em: 19 maio 2017.



Sociabilidades tensas: criminalidade em bailes e festas em Mallet-PR (1925-1950)

*Oséias de Oliveira*⁷⁹

*Angelica Stachuk*⁸⁰

Introdução

Os estudos sobre a temática da sociabilidade vêm destacando-se como novo terreno de investigação histórica. Além de ser um referente histórico, também se tornou objeto de análise de outras ciências sociais como a sociologia e a antropologia. Encontramos um amplo material que enfatiza tais abordagens⁸¹. Grande número destes refere-se aos países europeus e alguns países da América Latina, como México, Chile e Argentina. Em solo brasileiro, percebemos em marcha a proliferação desse tema por parte dos historiadores⁸².

Ao focar suas análises nos espaços urbanos, Lousada traz pertinentes contribuições para pensar as práticas de sociabilidade e suas relações. Na perspectiva de Lousada, os espaços e os tempos condicionam as práticas e as formas de sociabilidade, e estas, por seu turno, transformam-nos pelo seu uso. Os espaços e os tempos urbanos são diferentes dos do campo, têm

79. Professor do Departamento de História do campus de Irati (UNICENTRO). E-mail:oseias50@yahoo.com.br.

80. Mestre em História (UNICENTRO). E-mail: angelicastachuk@gmail.com

81. Como exemplo de tais abordagens, ver: MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela. *Diversiones Rurales y Sociabilidad Popular em Chile Central:1850-1880*. In: AGULHON, Maurice. *Formas de Sociabilidad em Chile 1840-1940*. Santiago: Fundación Mario Góngora, 1992. GUEREÑA, Jean Louis. *Sociabilidad fin de siglo: espaços associativos em torno a 1898*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 1999. GAYOL, Sandra. *Sociabilidad em Buenos Aires: Hombres, honor e cafés 1862-1910*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2000. JIMENEZ, Lucia Crespo. *Trato, diversión e rezo: sociabilidad y ocio en Toledo (1887-1914)*. La Mancha: Universidad de Castilla, 2008.

82. Como exemplo de tais abordagens, ver: MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela. *Diversiones Rurales y Sociabilidad Popular em Chile Central:1850-1880*. In: AGULHON, Maurice. *Formas de Sociabilidad em Chile 1840-1940*. Santiago: Fundación Mario Góngora, 1992. GUEREÑA, Jean Louis. *Sociabilidad fin de siglo: espaços associativos em torno a 1898*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 1999. GAYOL, Sandra. *Sociabilidad em Buenos Aires: Hombres, honor e cafés 1862-1910*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2000. JIMENEZ, Lucia Crespo. *Trato, diversión e rezo: sociabilidad y ocio en Toledo (1887-1914)*. La Mancha: Universidad de Castilla, 2008.



uma especificidade própria caracterizada pela cidade e pela vida urbana. Os indivíduos do campo distribuem as horas do dia para a realização dos trabalhos rústicos e a noite é destinada ao repouso, ao sono. Já a cidade possui hábitos notívagos engolfadas em todas as qualidades de distrações (LOUSADA, 1999).

A autora destaca que existe uma geografia das sociabilidades cotidianas que não condiz com as sociabilidades domingueiras, assim como existe uma geografia das sociabilidades noturnas diversas das sociabilidades diurnas. Ou seja:

Há uma espacialidade e uma temporalidade diferenciais da vida social, que se manifesta claramente na sociabilidade. A combinação, segundo modalidades diversas, do tempo e do espaço, e dos seus diferentes usos pelos grupos sociais, etários e sexuais, configura os lugares de sociabilidade. (LOUSADA, 1999, p. 538).

As práticas das sociabilidades também são regulamentadas pelo calendário religioso e pelo calendário agrícola. Ao analisar uma comunidade de imigrantes ucranianos, na comunidade de Antônio Olyntho, Andreazza (1996) salienta que a data dos casamentos e as festas dessas comemorações estavam fortemente vinculadas àqueles dois fatores.

O calendário semanal podia sofrer influência do religioso, distinguindo os dias de trabalho e os dias de descanso. No entanto,

[...] de segunda feira a sábado as sociabilidades estavam bastante dependentes da irregularidade do ritmo de trabalho e o da residência, ao domingo, pelo contrário, as classes urbanas não só frequentavam mais intensamente e até mais tarde os locais habituais como se deslocavam para outras áreas. (LOUSADA, 1999, p. 542).

Isso não acontecia somente nas classes urbanas, mas também nas rurais, ou seja, a vida de um indivíduo não se limita ao seu bairro e ao convívio com seu grupo social. Lousada destaca que:



Os espaços de sociabilidade são também configurados pela relação espaço-tempo: o mesmo lugar tem, consoante horas do dia, os dias da semana e as épocas do ano, usos diversos; o horário de trabalho e os calendários religioso e social determinam essa multiplicidade em grande medida; por isso ao mesmo espaço físico podem corresponder diferentes espaços sociais decorrentes de sua utilização diurna ou noturna, dominical ou não-dominical. (LOUSADA, 1999, p. 544).

Márquez faz uma interessante discussão sobre as diversões rurais e a sociabilidade popular, no Chile Central, entre o período de 1850 a 1880. A autora salienta que “[...] gente común de los bajos estratos rurales, también poseía la necesidad de sociabilizar y para lo cual contaba con sus propios lugares y sus propias formas, donde se expresaban pautas valóricas y de conducta distintivas de su sector.” (MÁRQUEZ, 1992, p. 370). Cada grupo social em seu tempo possui suas formas específicas de sociabilidade e espaços específicos para tal.

O recorte temporal analisado pela autora refere-se ao período em que as áreas de cultivo da região chilena estavam em expansão, especialmente o cultivo do trigo. Nesse ambiente rural, a época da colheita lançava uma grande circulação de produtos e conseqüentemente reunia um grande número de pessoas, advindas da própria região e de outras localidades. Após o término das atividades laborais, os trabalhadores tinham mais tempo livre para exercer sua sociabilidade e ter um respiro lúdico. Mesmo assim, no período noturno, nas chinganas rurais, peões distraíam-se com bebidas e jogos. Já os agricultores, em época de colheita, diminuía a frequência em locais de diversão popular.

Dentre as festividades chilenas estavam as de caráter religioso, com datas específicas. Existiam também diversões populares que aconteciam com maior frequência, como as famosas corridas de cavalo e a briga de galos. Estas ocorriam todos os meses em todas as localidades rurais. Concentravam muitas pessoas, atraindo indivíduos de diversas localidades e regiões. Essa reunião periódica permitia a interação entre os habitantes por simples diversão e entretenimento local, posto que eles se reuniam para passar a tarde



(MÁRQUEZ, 1992).

Sem dúvida, ali ficavam sabendo das novidades que se passavam na região, como nascimentos, mortes, matrimônios, dentre outras. Além de incluir indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades, era um espaço propício para a formação de pares e uma forte interação sexual. Mesmo não abordando o período e local de nosso presente estudo, suas análises trazem contribuições significativas para nossa discussão. Encontramos aspectos muito semelhantes em nossa análise em relação às sociabilidades chilenas rurais.

As chinganas constituíam um espaço significativo de sociabilidade, citado pela autora. Local de comercialização e com outros tantos afins que acolhia a baixa camada popular. Entre mesas de madeira, garrafas de aguardente, pratos de comida e jogos, esse lugar recebia uma grande parcela de pessoas. Segundo Márquez, “[...] no faltaba, por supuesto, la música, entregada por dos o más mujeres, las cantoras, acompañada por la inseparable guitarra y el arpa, se formaba un gran baile, el que generalmente ocurría fuera de la chingana, bajo el parrón situado en un pequeño pátio trasero.” (MÁRQUEZ, 1992, p.378).

O jogo de baralho também constituía outro atrativo de sociabilidade chinela, jogado a qualquer hora e lugar. Tratava-se de um vínculo de diversão grupal e de interação com outras pessoas. Márquez destaca elementos próprios da sociabilidade de encontros populares: a presença do álcool, como elemento inerente e inseparável, e os bailes.

Tendo como foco de análise as sociabilidades de Buenos Aires, especificamente os cafés, Sandra Gayol (2000) faz uma discussão bastante interessante sobre as relações que se desenrolavam nesse espaço. O período analisado pela autora vai de 1862 a 1910. Nesse momento, a região passava por constantes transformações sociais e abrigava um grande número de desconhecidos e estrangeiros. Desse modo, surgia a necessidade de construir locais com o intuito de proporcionar encontros para socializar e conhecer o outro.

Gayol aponta questões de honra masculina e valores defendidos pelos homens dentro dos cafés, em Buenos Aires. Espaço frequentado



essencialmente pelo público masculino, que abrangia todos os setores sociais. Local de consumo de álcool, de escândalo e de prostituição.

Ela ainda salienta que o consumo de álcool estava diretamente ligado com a honra masculina, pois “[...] beber implicaba un desafío que tenía que ver tanto con la resistencia como com saber comportarse, permitia precisamente medir el vigor y la fortaleza masculina, puesto que alcoholizarse era sinónimo de degradarse.” (GALOY, 2000, p. 135). A honra mostrava-se como fonte de prestígio e supunha a aceitação de certos códigos da sociedade em vigor.

Ao fazer considerações acerca da vida cotidiana dos camponeses galegos na idade moderna, Correia (2016) discute diversas formas e espaços de sociabilidade vivenciada por aquela sociedade. Além das exaltantes atividades laborais, esses indivíduos também tinham a necessidade de diversão e socialização. Essa sociabilidade se manifestava em diversos espaços e momentos da vida cotidiana do mundo rural.

A autora cita a igreja como espaço de socialização. Era no domingo após a missa que os vizinhos se viam, conversavam e transmitiam novidades e notícias. Além de moças e rapazes entabularem namoros. Além desse local, botequins e bodegas formavam espaços com múltiplas funções nessa sociedade rural campesiana. Em sua grande maioria era frequentado por homens que ali bebiam, comiam, fumavam, servindo como ponto de encontro de reunião, discussão e transmissão de informações a respeito do que se passava na região. Nas palavras de Correia, esse ambiente era um “[...] espaço lúdico de diversión (se jugaba los naipes, se cantaba, se bailava, etc) y centro de difusión de las tradiciones populares (cuentos, coplas populares, leyendas, etc).” (CORREIA, 2016, p. 150).

Outras formas de sociabilidade camponesas incluíam casamentos e batismos. Em virtude dessa comemoração, preparavam-se vários alimentos. O vinho era uma bebida bastante apreciada nesses momentos de festividade. Esses festejos eram embalados por cantoria e danças e bailes comemorativos. Feiras e mercados, além de comercialização, exerciam também a função de socialização, ponto de encontro de jovens, com comidas, bebidas e canções (CORREIA, 2016).



Ao desfrutar dos lugares de diversão do México, nas variantes do século XIX e XX, Alegria (2005) faz uma interessante discussão sobre o caráter particular desses divertimentos e o seu sentido social. Percorre as trilhas de lazer das touradas, das brigas de galos, dos teatros e outros espaços públicos que constituíam centro de divertimento do cotidiano dos mexicanos, frequentados pelos mais variados segmentos sociais.

Ao analisar as sociabilidades evorenses, no século XIX, Bernardo afirma que na década de 60 do século XIX, em Évora, os rituais de sociabilidade passavam preponderante pelo espaço doméstico e privado. As manifestações em que um grande público participava eram em sua grande maioria de caráter religioso. Ao utilizar jornais da época, a autora salienta que estes revelam outras práticas de sociabilidade, como a época carnavalesca, as festividades em honra a diversos santos, as feiras, as celebrações de momentos importantes do ciclo de vida da família real e as comemorações do primeiro de dezembro. Também existiam notas relativas aos espetáculos teatrais e musicais, bem como à realização de touradas de caráter comemorativo ou não (BERNARDO, 2001).

O carnaval seria a manifestação de sociabilidade mais avultada, os jornais relatavam com frequência a ocorrência de festas particulares nesse período. Os bailes públicos ligados aos festejos carnavalescos suscitavam apreciações díspares. A fraca assiduidade dos espaços públicos de sociabilidade seria algo comum à generalidade dos evorenses, não constituindo, por isso, fator de diferenciação de comportamentos entre os diversos grupos sociais. As sociabilidades ocorriam predominantemente em espaço privado e doméstico, tanto para a elite quanto para a classe popular. As manifestações públicas eram de cunho religioso. Estas estimulavam o convívio social, mas a diferenciação estava no modo de se vestir e de se portar (BERNARDO, 2001, p. 54).

Ao tecer discussões sobre os espaços de divertimento masculino no norte do Chile, Barrientos, Salinas, Rojas y Meza citam as choperias, situadas em áreas geográficas perto das minas, como local de consumo de cerveja, de entretenimento e de comunicação, associado também ao comércio sexual, ao uso de drogas e ao consumo abusivo de álcool. Nas palavras dos autores, “[...]”



las relaciones de género se articulan entre el consumo de alcohol (cerveja) y um tipo de sociabilidad, donde las mujeres se encuetran en el centro de la atención y el discurso masculino.” (DELGADO et al., 2009, p. 387). Segundo as análises desses autores, as mulheres eram símbolo de objeto de consumo e desejo nesse local.

Ao trabalhar com as diversões e jogos populares, Torreti (2000) faz uma interessante discussão sobre as chinganas, os jogos de aposta e festas em Colchagua, entre os anos de 1850 e 1890. Assim como trata ainda da intervenção policial nesses locais. Nessa época, a região era essencialmente rural e com centros urbanos restritos. O autor salienta que os temas das festividades religiosas estavam inteiramente interligados à diversão popular. A instalação de chinganas ocorria todo ano, mas interligadas a outras expressões lúdicas festivas e religiosas. Esse ambiente se constituía em um lugar de diversão, mas muitas vezes também em local de conflitos. Nesse espaço:

Se exaltan de tal modo con el aguardiente, el vino o la chicha que de seguro se originan riñas, en las que sale el cuchillo a relucir sin ceremonia. Pocos domingos o días de fiestas habrá que no ocurra alguna reyerta con las consiguientes heridas, si bien raras veces mortales. Son muy diestros en defenderse con el poncho, que a este intento se envuelven en el brazo izquierdo y de ordinario, al atacar se hieren en la cara, especialmente con el objeto de dejar desfigurado al adversário, mas bien que de herirlo de gravedad. (TORRETI, 2000, p. 62).

O álcool como estimulante torna-se um problema social mundial. E de fato não era apenas nos espaços urbanos que esse elemento constituía um grande aliado das sociabilidades, mas no ambiente rural ele também era muito comum e não tinha tanta regulamentação.

No embalo das sociabilidades malletenses

Mallet, pequena cidade do interior do Paraná, cujo cotidiano é ainda predominantemente marcado por um passado rural, a partir de finais do século XIX e início do século XX, passou a receber novos moradores.



Centenas de imigrantes de origem ucraniana e polonesa foram encaminhados para essa região.

Em um mundo de muito trabalho e certo isolamento, por conta da precariedade das estradas, as opções de lazer e sociabilidade daqueles homens e mulheres muitas vezes estava vinculada a bailes e festas. As festividades eram espaço de grande interação social na comunidade. Podiam ser de caráter religioso, de forma que a comunidade, após a cerimônia religiosa, reunia-se ao redor da igreja ou em um galpão para comer, beber, jogar bingos e participar do arremate de prendas nos leilões.

Além desses folguedos, havia as festas de casamentos, de aniversários, dentre outras. Com maior frequência aconteciam os tradicionais bailes, realizados no interior das residências ou em clubes da região. A participação nesses festejos incluía indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades. Ali se encontravam para se distrair, beber, dançar, cantar e namorar.

Além dos bailes e das festas, nas vendas, no botequim e em casas comerciais também havia diversão. Como afirma Teleginski, ao analisar as bodegas de Irati, este era um local de comércio onde se vendia de tudo, era um local de encontro social, dedicado aos jogos, à degustação de bebidas alcoólicas e de comidas, e também à apreciação de músicas (TELEGINSKI, 2012). Esses mesmos aspectos são percebidos no cotidiano das bodegas ou casas comerciais de Mallet.

Em Mallet, os botequins eram outro ponto de encontro social e de divertimento. Era comum, ao final do dia, depois do trabalho e também em finais de semana, tomar um trago de cachaça, além de jogar partidas de bilhar e de baralho.

Nos dias santificados, com presença de festa, havia grande oportunidade de divertimento para toda a população. Essas festas em geral eram muito concorridas. Nelas se misturavam elementos do sagrado com o profano. Bebidas e comidas eram oferecidas em rituais sagrados.

Os bailes constituíam um dos principais momentos de lazer das cidades





ou mesmo no interior, onde ocorriam em residências ou em clubes. Segundo Ramos:

A sociabilidade desenvolvida nas cidades ocorreu primeiramente no espaço privado das casas, onde se recebiam a elite local e os visitantes para saraus, ou sessões de canto. Nos clubes, tanto da capital quanto do interior, o baile era a atividade social por excelência, assim como ir ao teatro e frequentar missas aos domingos e/ou nos dias de festa. Casamentos e batismos eram motivos para uma reunião de amigos e familiares e um momento de lazer bastante esperado. E as festas religiosas ocupavam lugar de destaque. (RAMOS, 2006, p. 426).

Várias eram as ocasiões proporcionadas para os festejos comemorativos, fossem eles de caráter religioso ou não. Eles incluíam casamentos, batizados, aniversários, carnaval e júbilo a algum santo. Na região de Mallet existiam vários clubes destinados à realização de bailes: como o Clube Malletense, Sociedade São Isidoro, Sede União Agrícola Instrutiva, Sociedade Casa do Povo, Clube Juventus, Sociedade Manuel Ribas. Além desses bailes, nessas sociedades aconteciam apresentações teatrais e reuniões em defesa dos interesses rio-clarences (WROSKI, 2016). A sua fundação objetivava, primordialmente, o apoio aos recém chegados imigrantes que se instalavam na região de Mallet e União da Vitória. Entretanto, outras atividades foram sendo desenvolvidas pela sociedade, dentre elas as de natureza cultural.

A realização de bailes também acontecia em escolas, como na Escola Pública de Rio Bonito e José Bonifácio, além de ser muito frequente tais bailes acontecerem em residências. Esse último caso apresenta-se com mais frequência em localidades interioranas, provavelmente devido às dificuldades de os habitantes desses locais se deslocarem à noite, periodicamente, até a cidade para se divertir. Um número bastante significativo de bailes acontecia nessas residências, em virtude de um acontecimento especial. Todos os bailes e a festas religiosas abrangiam preparos específicos, como a parte da comida, da bebida, da dança e das músicas.

Na região sul do Paraná, assim como em Mallet, com a existência de



faxinais, haviam outras formas de sociabilidade. Havia os bailes em virtude da realização dos puxirões, que eram serviços de ajuda mútua entre vizinhos, para realizar um trabalho em prol de uma família, seja na realização de atividades de plantio, de colheita ou na construção de cercas. Era de costume que no final de cada etapa, o dono da área, em que haviam trabalhado, pagasse aos envolvidos um baile. Nessa festa, quem havia participado do puxirão se divertia gratuitamente. Somente aqueles que, mesmo não tendo participado do puxirão, quisessem ir ao baile pagavam uma pequena contribuição para entrar na festa e também pela comida e bebida consumida durante o festejo. Como se organizavam em grupos numerosos, durante o período de safra todo final de semana tinha baile. Trabalhavam, divertiam-se e mantinham laços de amizade (SOCHODOLAK; CAMPIGOTO, 2008).

Além das diversões feitas em troca de serviços, ao fim de cada puxirão havia as festas religiosas que homenageavam algum santo. Eram muito esperadas por todos os da comunidade. Normalmente homenageavam o santo com uma celebração religiosa e queima de fogos. Após essa cerimônia, reuniam-se para comer, beber, jogar bingos e participar do arremate de prendas dos leilões que eram doadas pela comunidade.

Esses momentos de lazer e alegria quebravam o ritmo do trabalho cotidiano, o que não significava que neles reinassem apenas a paz e a harmonia. Pessoas de diferentes origens e intenções afluíam àqueles eventos. Por razões distintas, poderiam dar vazão a conflitos. Esses locais, muitas vezes, eram ocasiões escolhidas para resolução de pendências e rixas antigas pelos mais diversos motivos, desde o furto de animais e de madeira até mesmo questões amorosas. Dependendo da situação, com armas disponíveis e teor alcoólico no sangue, tais encontros sociais podiam terminar em crime.

O desenvolvimento dessa reflexão fundamenta-se na utilização da documentação judiciária, da área criminal da Comarca de Mallet-PR. O desafio central foi captar a rede de acontecimentos na vida de homens e mulheres paralelamente ao crime e gerados por ele, ou seja, o cotidiano pela via de processos dentro de discursos e práticas legais. Tais documentos registram que os momentos festivos são reveladores dos embates e tensões



existentes na sociedade malletense.

Os estudos e as análises empíricas sobre criminalidade têm recebido, nas últimas décadas, um particular e importante interesse por parte de historiadores e antropólogos. Autores como Sidney Chalhoub (2001), Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), Boris Fausto (1984), dentre outros, vêm se destacando na utilização de documentos criminais e policiais como fonte primordial para a compreensão das experiências de sociabilidade de inúmeros grupos de diferentes contextos brasileiros.

Sociabilidade, Crime e Cachaça

Percebe-se, na frequência dos bailes, bodegas e casas comerciais do interior do município, o hábito da vida cotidiana dos tragos de cachaça. Como estimulante de muitos conflitos está a presença do álcool no sangue dos envolvidos. Percebemos a presença constante e, às vezes, determinante, dos tragos de cachaça no desfecho dos desentendimentos. Isso passa a ser um problema social, nessa região e em outras localidades, como estudos demonstram. Várias pesquisas brasileiras se debruçaram sobre o consumo de bebidas alcoólicas. Podemos citar Chalhoub, o qual retrata a sociabilidade envolvendo os tragos de cachaça entre os trabalhadores do Rio de Janeiro, nos primeiros anos da República. Ele analisa um crime em que o réu atribui o consumo de bebida como explicação de sua prática delituosa. O autor destaca:

As outras testemunhas afirmam que os dois contendores estavam embriagados, e o advogado do acusado organiza a bem sucedida defesa do réu em torno do conceito jurídico de 'privação de sentidos e inteligências', ou seja, Manoel, estando embriagado, não podia ser responsabilizado pelo seu ato. (CHALHOUB, 2001, p. 67).

Acerca das considerações sobre a influência do álcool nos crimes cometidos, Monsma afirma: “[...] além dos índices de identidade social, o índice mais comum é a afirmação de que o réu ou a vítima estava bêbados, o que na época atenuava a responsabilidade legal da pessoa por seu atos.” (MONSMA, 2000, p. 225).



Ao analisar documentos de intendência municipal e processos de crimes, Dropa (2009) faz uma interessante discussão sobre a relação entre violência e bebidas alcoólicas em Ijuí, compreendendo o período de 1890 a 1920. O autor analisa casos que envolviam o consumo de álcool segundo três perspectivas: a primeira entende a embriaguês como um desvio moral do indivíduo; a segunda a relaciona aos momentos de lazer; e a terceira a entende como uma maneira de fugir das punições.

Em outro estudo, através de recortes de jornais, Rosa faz uma discussão sobre alcoolismo e violência em Recife, no período 1920 a 1930. Segundo a autora, algumas das agressões masculinas sem explicação racional mostram que tais práticas representavam disputas por afirmação e reafirmação masculina: sua busca de mostrar-se mais forte, melhor e viril. No caso da relação regada à cachaça, as possibilidades para competição eram ainda maiores, pois a bebida estimularia a perda da razão e o aumento da impetuosidade, da coragem de arriscar-se nas mais loucas aventuras (Cf. ROSA, 2003, p. 58).

Analisamos de duas formas os processos que constavam em seus relatos o consumo de bebidas alcóolicas. Uma delas sob o viés do álcool como potencializador do crime, ou seja, nesses casos já havia um rixa anterior entre os indivíduos. E outra forma entendendo que tal prática criminosa não tinha nenhuma justificativa racional para acontecer, sendo pois somente efeito do álcool para afirmar e reafirmar a masculinidade. No entanto, é preciso destacar que a argumentação de estar embriagado podia estar relacionada com a estratégia de defesa do indivíduo a fim de não se responsabilizar pelos seus atos ou neutralizar a pena.

Um exemplo de conflito envolvendo o consumo de bebida alcoólica com rixas anteriores é o Processo Crime n.30 (CEDOC/IRATI, 1931) de acusação de J.I.S.⁸³ (brasileiro, com 40 anos de idade presumíveis, casado, de profissão comerciante), o qual foi acusado pela justiça de ferir e levar a óbito A.P., durante um baile público.

No dia 16 de fevereiro de 1931, segunda, às duas horas da madrugada mais ou menos, em um baile carnavalesco, no salão do Club Malletense, quando

83. A fim de resguardar a identidade dos envolvidos utilizamos somente as iniciais dos nomes.



menos se esperava, na maior harmonia reinante, surge por uma das portas internas do salão J.I.S. visualmente alcoolizado, e aos músicos perguntou, “[...] se ali estavam para dançar ou farrear, ao que lhe retrucou A.P., que tinham ido para dançar e farrear, havendo, assim, uma troca de palavras entre ambos.” (CEDOC/IRATI, 1931, p. 3). Ainda I. disse, “[...] vocês são umas putadas [...]”, e P. respondeu, “[...] isso não [...]”. Foi quando J. deu um tiro para cima e a vítima, nessa ocasião, “[...] tirou seu revólver e dirigiu-se para a porta da sahida do palco onde encontrou com o I.” (CEDOC/IRATI, 1931, p. 35). Em seguida se escutou novos barulhos, com a detonação de vários tiros, e então um corpo inerte caiu banhado em sangue no assoalho do palco, perdendo suas forças de vida.

O exame do corpo de delito e os depoimentos confirmaram que o ofendido foi ferido por alguns tiros, um deles atingindo o peito. Algumas testemunhas, arroladas para depor sobre o que aconteceu naquela madrugada, relataram que o réu denunciado possuía desafeições com o ofendido, o que fora “[...] motivado pelo facto de quando P. era delegado desse termo ter ordenado a prisão de J. I. S. e ter dado ordem a escolta de trazer I. preso vivo ou morto tempos bastantes depois do facto mesmo da prisão” (CEDOC/IRATI, 1931, p. 40).

A história de I. e de P. parece ser um bom exemplo para mostrar que o consumo de bebidas alcoólicas e uma rixa anterior poderiam culminar em atos extremamente violentos. Verificamos o espaço de sociabilidade como um local frequente de desavenças e desentendimentos, um lugar propício para acertos de conta.

Além de uma desavença antiga entre o réu e a vítima, podemos frisar um estimulante: o álcool no sangue do denunciado. Discussão, cerveja e uma rixa passada foram elementos que culminaram em uma mistura explosiva. Várias testemunhas afirmam que, antes da tragédia, o acusado achava-se quase em completo estado de embriaguez, “[...] o que não acontecera com P. pelo motivo de até aquele momento somente terem bebido dez garrafas de cerveja.” (CEDOC/IRATI, 1931, p. 28). entre os sete músicos que faziam parte do conjunto. As representações das testemunhas sobre o denunciado em sua



maioria diziam que o acusado, quando alcoolizado, tinha gestos impulsivos e ameaçadores, mas sempre sem consequências, por isso o que o animava não era o mal e sim o barulho.

Na madrugada de sexta-feira, do dia 27 de novembro de 1925, às três horas mais ou menos, L.T. estava em um baile dançante, quando teve uma troca de palavras com P.J. (lavrador, 22 anos, solteiro) decorrente de uma dívida de um mil reis. A documentação relata que os mesmos eram companheiros de diversão e de caminho. A vítima de bons costumes e ordeira foi atingida por várias facadas pelo provocador, denunciado a certa altura do caminho de volta a sua casa. A discussão teria se iniciado no baile. (CEDOC/IRATI, 1925).

No Processo n.08 (CEDOC/IRATI, 1925), o motivo para a desavença entre L. e P. foi uma dívida de mil réis, somando-se a isso o fato de estarem os dois em estado de embriaguez. Ou seja, o estopim da discórdia foi ter surgido entre os dois homens, de forma declarada, uma disputa na evocação de feitos passados, os quais, no momento da discussão, foram superdimensionados.

Alguns atos considerados inexpressíveis pelos juristas tinham um sentido bastante expressivo pelos indivíduos malletenses, essencialmente os homens. Algumas situações proporcionavam mágoas profundas entre essas personagens e resultavam em respostas violentas. Uma desforra não levava muito tempo para ser resolvida. E “[...] a valentia e a força eram parte das qualidades necessárias ao homem, e a menor insinuação de fraqueza era sinônimo de uma agressão moral para o imaginário masculino.” (CARVALHO, 2013, p. 124). Percebe-se na presente dissertação que várias práticas criminosas aguardavam o tempo de lazer para seu desfecho final.

Outro caso ilustrativo que analiso em relação ao consumo de bebidas alcoólicas refere-se ao Processo n.467 (CEDOC/IRATI, 1950) que relata o homicídio de P. B. A principal justificativa para o crime é que réu e vítima estariam “quentes de pinga, chumbiados”. No embalo de uma madrugada escura de segunda-feria, do dia 9 de fevereiro de 1950, realiza-se um baile na residência de A. J. Por volta de uma hora da madrugada, houve um conflito e P. B. (operário, 25 anos, solteiro), foi ferido à custa de bofetadas e “cassete



de madeira de pinho”, vindo a falecer no dia seguinte. A vítima era inspetor policial na região e sempre andava armado de revólver, devido à função que exercia. Segundo A., após passar a exercer essa função, P. B. queria ser superior a todos e não tratava bem aos seus semelhantes.

O relato das testemunhas nos diz que P.B. estava embriagado, caindo, e que as moças fugiam para não dançar com ele. Era de seu costume beber e embriagar-se; a vizinhança queixava-se de suas atitudes e por ser ele um elemento inconveniente. Também o testemunho dos próprios denunciados revela terem eles consumido pinga. Um deles salientou que tinha “[...] bebido uns tragos e estava meio chumbiado”. O outro, “[...] que bebeu uns tragos de pinga mas não tomou muito por causa de sua patroa”.(CEDOC/IRATI, 1950, p. 38).

Uma das testemunhas relatou que os envolvidos eram amigos e que ouviu um barulho, isto é, uma briga entre P.B. e umas seis pessoas, e que o ofendido deu uma pancada com um cacete ou cabo de revólver na cabeça do acusado e, procurando-se defender-se, rebateu uma pancada que lhe ia ser aplicada. Segundo os depoimentos das testemunhas, quem havia começado o conflito era a própria vítima, que estava armada com uma faca. De fato, em muitos casos, foi possível verificar que pessoas iam aos bailes armadas.

Segundo a versão de depoimento de uma das testemunhas, podemos reconstituir o crime. M. (lavrador, 28 anos, casado), depois de uma discussão com a vítima, lançou contra a mesma um instrumento que conduzia (bumbo), em consequência do que a vítima caiu. Depois de receber aquela pancada e cair, a vítima levantou-se. M., não satisfeito com que havia feito, e munido de uma ripa, aplicou uma pancada na cabeça da vítima, derrubando-a e deixando-a sem sentidos no solo (CEDOC/IRATI, 1950, p. 100).

Como podemos perceber ao longo dos testemunhos arrolados nos processos, P. era um ser nocivo à sociedade, apesar do vício da embriagues e da valentia. O mesmo já havia arrumado confusões em outras festas. Algumas testemunhas alegaram que, por estar escuro, não tinham visto quem era o autor do crime. Talvez uma forma de proteger os acusados, uma relação de solidariedade com seus companheiros.



Na madrugada de segunda-feira, do dia 17 de fevereiro de 1936, a denúncia constante no Processo crime n. 140 (CEDOC/IRATI, 1937) relata que, por volta das doze e meia, na residência de J. P., onde se realizava um baile, J. M. (solteiro, agricultor, 23 anos) e M. M. (solteiro, 22 anos, agricultor), por motivos fúteis, investiram contra M. H. (26 anos, lavrador, solteiro) com socos, de maneira que este ficou ferido.

Interessante os depoimentos das testemunhas que quase todas estavam presentes no baile, mas não afirmavam se os denunciados que haviam ferido M.H. exceto a figura J.L. (26 anos, solteiro, lavrador) que em seu relato declarou que o M.H. veio brigar com ele com um garrafa na mão não querendo encrenca saiu para fora da sala. Mas em seguida pulara em cima de M .H. que estava na cozinha da residência lhe dando vários socos.

A testemunha J. B. (20, solteiro, lavrador) disse que a vítima M.H. lhe deu uma bofetada no nariz. Como ele não queria criar desordens, saiu da sala e ficou na estrada. Através desses relatos, podemos visualizar que os acusados já haviam começado brigas anteriores.

V. K. (20 anos, solteiro, lavrador), intimado a depor, relatou que o baile estava animado e em meio a essa animação ocorreu um barulho na sala entre o pessoal que ali frequentava. Nesse local se achava M. H, sentado em um banco. Então veio J. Depois disso, V. K. não viu mais nada, pois foram apagados os lampiões.

Percebemos a representação dos irmãos M. como desordeiros e cometedores de brigas e confusões, além de ser comum estarem embriagados. J. T. (26 anos, casado, lavrador), em seu depoimento, relata que, quando viu que os irmãos M. estavam provocando desordens, retirou-se para fora da sala. E o relato de M. R. (18 anos, lavrador, solteiro) diz que os acusados estavam “quentes de pinga” e provocando desordens com todos os presentes.

São muitos os casos narrados, nos quais a cachaça é dita como causa direta de expressões de valentia. A embriaguez despertava nos homens tendências violentas. Entretanto, é interessante notar que até mesmo os inspetores de quartirões estavam envolvidos em desordens por estarem em



estado de embriaguez. Normalmente esses indivíduos, que se embriagavam e produziam desordens, eram conhecidos pela vizinhança como desordeiros, perigosos, logo, suspeitos diante de um acontecimento.

O consumo de bebidas era um dos costumes presentes na sociabilidade masculina, nos mais variados momentos. Como podemos perceber, a cachaça está presente nas festas da região de Mallet, nos bailes, nos botequins, nas bodegas, nas casas comerciais. Não utilizada apenas nos momentos de alegria, mas também para aliviar a tristeza. Em suas aventuras e desventuras, o indivíduo que consumisse álcool em excesso estaria mais sensível à agressividade e às ações violentas.

No Processo crime s/n. (CEDOC/IRATI, 1946), passível de nossa análise, encontramos uma autoridade sendo acusada. Nas páginas processuais, J. L. (39 anos, casado, juiz de paz) foi acusado de agredir H. M. (18 anos, lavrador, solteiro). Segundo o depoimento do acusado, num domingo à noite, do mês de setembro de 1946, esteve com a família em uma festinha de aniversário na casa de A.W. Enquanto a festa acontecia, M. proibiu uma moça de dançar quando ela era convidada por um filho dele. Momentos depois H. M. saiu dançando com a referida moça e, ao terminar a música, sendo advertido pelo dono da festa de que não deveria proceder daquela forma, visto que ali não se tratava de um baile público. Nesse instante, a vítima colocou a mão no bolso, puxou uma cédula de dez ou vinte cruzeiros e, perto dele, levantou a mão e disse, “toma filha da puta”. Então, nesse instante, o acusado apenas levantou o braço num instinto de defesa, mas sem querer ferir a vítima. Em virtude disso, o dono da casa pediu para H. M. retirar-se do baile, o que foi feito instantaneamente.

No desenrolar do processo, encontramos o depoimento de J. M. (solteiro, 30 anos, lavrador), o qual disse que todos os convidados estavam animados nos embalos de danças e tomando vinho. Ele passara casualmente nessa noite por ali e fora convidado pelo dono da casa. Por volta de uma hora da madrugada, L. (filho de J. L.) foi tirar uma moça para dançar, sua namorada. Momentos depois, H. M. saiu dançando com a mesma moça e, depois de dar a volta na sala, foi advertido pelo dono da casa, o qual lhe disse que ele não



deveria ter agido daquela forma. Sendo assim, H. M. dirigiu-se ao acusado, procurando pagar sua entrada, mas o dono da casa respondeu que não se tratava de um baile público e, sim, de uma festa de aniversário. Então H. M. encilhou seu cavalo e retirou-se do baile para sua residência (CEDOC/IRATI, 1946).

Em outra narrativa, A.G. (casado, pedreiro, 34 anos) salienta-se que, na hora do barulho, estava fora do salão do baile. Quando voltou, não sabia se travaram luta corporal. E disse que conhecia o acusado fazia muito tempo, que este era cidadão pacato, e que a vítima também era pessoa de boa índole e de bom comportamento.

M. S. (casada, 50, doméstica) vizinha do acusado destaca que o acusado é de boa conduta. Relata que ambos os rapazes tiraram sua filha para dançar, H. e L. filho do interrogado. Mas como estava conversando com outras senhoras não viu e também ouvir dizer que tivesse havido qualquer barulho. Como podemos analisar sob o viés das representações da falas de testemunhas e do acusado a mistura explosiva para a discussão ou a desavenças entre os envolvidos foi o excesso de álcool e também a disputa de uma dama para dançar.

Em outros casos, percebemos que não havia justificativas para determinado crime, não havendo desentendimentos anteriores entre os indivíduos. Somente havia referências de que o acusado estava alcoolizado, de modo que o mais viável era perceber o crime como sendo mais um efeito do álcool. A condição de embriaguez era suficiente para explicar alguns casos de violência, sendo que a bebida em excesso despertava agressividade nos sujeitos.

Em uma tarde de abril, domingo de páscoa, do ano de 1933, quando se realizava uma festa na Colônia 2, houve um conflito, originado por questões sem importância. Nesta, P. M. (22 anos, solteiro, lavrador) e J. S. (22 anos, solteiro, lavrador) feriam T. D. (23 anos, solteiro, lavrador). Em seu depoimento, T. D. diz que, aproveitando sua solteirice, às 17 horas, dirigiu-se para a Colônia 2, onde se realiza uma festividade em frente ao cemitério local. Em um dado momento foi agredido estupidamente a ripadas por J. S., S. S., S.



pai, A. K., P. M., P. G., B. P., E. P., D. P. e O. S. e B. L (CEDOC/IRATI, 1933). Ele ainda relata que estava com seus irmãos F., H., e L. S., os quais não tinham motivos para serem agredidos, e que os agressores estavam todos embriagados e armados de ripas, produzindo-lhe um ferimento na cabeça. Além disso, ele também relata que ele e seus companheiros não estavam embriagados quando foram atacados.

O depoimento de J. S. (22 anos, solteiro, lavrador), uns dos acusados, disse que a vítima e seus irmãos são elementos péssimos e de péssima reputação. Que estes, armados de ripas, desafiaram-no, e a muitas outras pessoas, para brigar e lhe dirigiam injúrias. Tendo derrubado T. D. ao solo, houve então reação por parte do agredido e seus irmãos, travando-se luta a ripadas. J. S. confirmou que estava envolvido na briga, mas não sabe quem havia causado o ferimento.

Os irmãos FD e HD eram tidos como desordeiros costumasses, em vários relatos encontramos mais testemunhas que enfatizam esse fato. Por serem parentes do acusado, muitas testemunhas têm a tendência de mudar as versões dos fatos para livrá-los da culpa. Como é o caso de M. S. (casado, 46 anos, lavrador, natural da Ucrânia), o qual disse que os ofendidos estavam acostumados a arrumar brigas e confusões, já sendo presos por tais atos. Na fala de P. M. (solteiro, 22 anos, lavrador), por serem T.D. e seus irmãos briguentos habituais, cabe-lhes a responsabilidade do que houve naquele dia. No depoimento de P. G. (21 anos, solteiro, lavrador), T. D. e seus irmãos são conhecidos e temidos na Colônia 2.

B. P. (22 anos, solteiro, lavrador), ao contar sua versão, salienta que quem começou a briga foi o ofendido, e quem lhe havia ferido era P. M. e J. S. Os irmãos D. faziam provocações aos rapazes presentes e, armados de ripas que arrancaram da cerca do cemitério, obrigavam os rapazes a se defenderem. Ele disse ainda que o excesso de álcool seria responsável pelo conflito.

A primeira testemunha, M. M. (23 anos, solteiro, lavrador), conhecendo a vítima e os outros rapazes acusados, disse que a vítima costumava arrumar confusão, de modo que, em todas as festas que ela tomava parte, originavam-se conflitos. Por outro lado, M. M. relata ainda que os acusados também não



são bons elementos, porque costumam frequentemente brigar nas festas em que comparecem. Já a segunda testemunha, V. M. (20 anos, solteiro, lavrador), disse que os agressores são bom rapazes.

Os acusados, em suas versões, dizem que agiram em legítima defesa, que os irmãos D. começaram as provocações e, armados de ripas, deram início à briga. Assim, para se defenderem, armaram-se de ripas também. E, segundo os relatos, F. D. portava uma pistola Mauser. Ainda destacaram que os ofendidos são tidos “[...] como uzeiros e veseiros a rixas e desordens; ébrios habituais e temíveis nas circunvizinhanças de Dorizon.” (CEDOC/IRATI, 1933, p. 41).

Como podemos notar através dessas versões, os provocadores e desordeiros sempre estavam aptos a criar confusão em lugares de sociabilidade. O álcool, presença constante nesses divertimentos, também poderia ser uma mistura explosiva para brigas e conflitos, como nesse caso, no qual nenhuma justificativa prévia e racional é dada para esclarecer a ocorrência da agressão. O que nos leva a crer que o excesso de álcool no sangue dos envolvidos levou a tal prática. Ou ainda uma forma de mostrar-se forte, viril, como mencionado por algumas testemunhas, os irmãos D. eram temidos na região de Dorizon, diferenciados de outros homens pacatos.

Percebemos a presença do excesso do consumo de bebidas alcoólicas nesses bailes ou festas. Segundo Andrezza (1996), as festividades de casamentos eram acompanhadas de grandes bebedeiras. Ainda segundo a autora, “[...] as pessoas do meio rural sempre utilizaram as bebidas fortes para aquecerem seus corpos e suas almas [...]” (ANDREAZZA, 1996, p. 140), fazendo parte do arcabouço social. Era comum um trago antes do almoço e à noite, mas não para se embriagar. Os indivíduos se embebedavam nos casamentos que eram consideradas uma de suas maiores festas.

Considerações finais

Como podemos verificar, várias eram as ocasiões para a realização das festividades. Elas poderiam ser de caráter religioso ou não. Um maior número de bailes acontecia nas residências, clubes e até mesmo nas escolas. Esses eventos eram regados a bebidas alcoólicas, música e danças. Vários eram os



momentos de sociabilidade vivenciados pela população malletense. Além dos bailes e festas, os botequins, as casas comerciais, as corridas de cavalo e as casas de bilhar eram locais de encontro e interação social. No entanto, nem sempre reinava a harmonia. Pelo contrário, podiam acontecer brigas, agressões verbais, físicas e até mesmo mortes. Em meio à luz dos lampiões, ao embalo de músicas e danças e de trago em trago, os indivíduos se divertiam, mas também traçavam suas tensões, conflitos que poderiam pré-existir a esse momento festivo ou ser potencializado.

A partir da análise dos processos criminais, pudemos vislumbrar relações antagônicas e de proximidade entre os moradores locais malletenses. De modo geral, estes eram conhecidos, vizinhos, amigos e até mesmo parentes. Através dos relatos contidos nos autos, podemos constatar o conflito, a solidariedade, a tensão entre os diversos segmentos sociais da região. Os depoimentos das personagens envolvidas na trama, sejam réus, vítimas ou testemunhas estabelecendo suas verdades, nos mostram suas fainas diárias, seus modos de vida, atividades econômicas, suas possibilidades de diversão e momentos de sociabilidade.

Com expressões como provocador, por ser seu costume, por ser violento e rixoso e turbulento, por ter fama de valentão, entre outras, as testemunhas vão afirmando seus valores e juízos morais a respeito dos réus, o que terminava por desenhar sua culpabilidade. Ou sua inocência, quando através de frases como respeitador das leis, homem pacífico e trabalhador, as testemunhas vão expressando suas simpatias.

Franco destaca que os locais de sociabilidade, principalmente as festas, se apresentam como um espaço com plateia disponível, possibilitando que desavenças antigas sejam resolvidas, além de reafirmações de valentia perante a comunidade. Para a autora, o desafio representa uma espécie de elo entre a diversão e a violência, principalmente nos grupos caipiras, que, por possuírem espaços menos numerosos, promoviam com maior probabilidade encontros entre sujeitos com antigas situações de tensão. (FRANCO, 1997).

Tais tensões podiam ser potencializadas pelo teor de álcool no sangue dos indivíduos. Nesses momentos de sociabilidade, de trago em trago, vários



homens perdiam a razão e acabavam agredindo outros indivíduos. A cachaça, a cerveja e o vinho eram elementos indissociáveis da sociabilidade malletense. No cotidiano de Mallet, a cachaça fazia parte do dia-a-dia da população. Mas é nas festividades que se percebe os excessos desse consumo.

Referências

ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias: estudo de um Grupo Ucraniano 1895-1995**. Curitiba: Quatro ventos, 1996.

ALEGRÍA, Margarita. La Carpa y el género chico, dos diversiones populares, dos siglos em México. **Fuentes humanísticas, Azcapotzalco**, Ano 17, n. 30 jan./jun., 2005.

BERNARDO, Maria Ana. **Sociabilidade e distinção em Évora no século XIX**. Évora: Círculo Eborense; Edições Cosmos, 2001.

CARVALHO, Thaís de Freitas. **Gente da noite: cultura popular e sociabilidade noturna em Pelotas, RS (1930-1939)**. 2013. 134f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2001.

CORREIA, Hortensio Sobrado. Algumas notas acerca de la vida cotidiana del campesinado gallego em la Edad Moderna. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, n. 47, p. 129-152, 2016.

DROPPA, Alisson. **Consumo de bebidas alcoólicas e conflitos sociais: a contribuição dos “bêbados” criminalizados para a o estudo da formação social da colônia de Ijuí (1890-1920)**. 2009. 142f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2009.

FAUSTO, Boris. **Crime cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924**. São Paulo: Brasileira, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

GAYOL, Sandra. **Sociabilidad em Buenos Aires: hombres, honor e cafés 1862-1910**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2000.

GUEREÑA, Jean Louis. **Sociabilidad fin de siglo: espaços associativos em torno a 1898**. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 1999.

JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. **Festa e Cultura na América Portuguesa**.



São Paulo: Imprensa Oficial; Edusp; Fapesp, 2001.

JIMENEZ, Lucia Crespo. **Trato, diversión e rezo**: sociabilidade y ocio en Toledo (1887-1914). La Mancha: Universidad de Castilla, 2008.

LOUSADA, Maria Alexandre. **Espaço Urbano, sociabilidade e confrarias**. Lisboa nos finais do Antigo Regime. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Centro de história e Cultura Terramar, 1999.

MÁRQUEZ, Jaime Valenzuela. Diversiones rurales y sociabilidad popular em Chile central:1850-1880. In: AGULHON, Maurice. **Formas de Sociabilidade em Chile 1840-1940**. Santiago: Fundación Mario Góngora, 1992.

MONSMA, Karl. Histórias de violência: processos criminais e conflitos inter-étnicos. In: ENCONTRO ESTADUAL DA ANPOCS, 29., 2000, Petrópolis. **Anais...** Petrópolis, [s.n], 2000.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). In.: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). **Império**. Passo Fundo: Mérito, 2006.

ROSA, Ana Lúcia Gonçalves. **Passos cambaleantes, caminhos tortuosos**: beber cachaça, prática social e masculinidade- Recife/PE-1920-1930. 2003. 122f. Dissertação (Mestrado em História Social)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SOARES, Geraldo Antônio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX. **Dimensões**, Vitória, v. 16, p. 57-79, 2004.

SOCHODOLAK, Hélio; CAMPIGOTO, José Adilçon. **Estudos em história cultural na região sul do Paraná**. Guarapuava, UNICENTRO, 2008.

TORRETI, Fernando Purcell. **Diversiones y juegos populares**. Formas de Sociabilidade y critica social. Colchagua, 1850-1880. Santiago: Lom, 2000.

DELGADO, Barrientos Jaime et al. **Minería, Género y Cultura**. Una aproximación etnográfica a espacios de esparcimiento y diversión en el norte de Chile. **Revista de Antropología Iberoamericana**. Madri, v. 4, n. 3, 385-408, set./dez., 2009.

WROSKI, Ivone de Almeida Guizélia. **A presença de imigrantes poloneses e descendentes no desenvolvimento social, político e econômico de Marechal Mallet, posteriormente grafado somente Mallet**. Curitiba: Grupo Folclórico Polonês Marzey, 2016.

Fontes



CEDOC/IRATI. **Processo crime n. 08**, 1925
CEDOC/IRATI, **Processo crime n .30**, 1931
CEDOC/IRATI. **Processo crime n. 04**, 1933.
CEDOC/IRATI. **Processo crime n. 140**, 1937.
CEDOC/IRATI. **Processo crime s.n**, 1946.
CEDOC/IRATI. **Processo crime n. 467**, 1950.





Uso Comum, trabalho e quintais: relações de gênero na dinâmica social faxinalense

*Marisangela Lins de Almeida*⁸⁴

Introdução

No Brasil, os povos tradicionais⁸⁵, que possuem seu sustento e bem-estar ligados aos recursos da natureza e de sua biodiversidade, enfrentam inúmeras dificuldades para a manutenção de seu território e defesa de seu modo de vida. Dentro dessa dinâmica, onde a terra e a floresta são espaços de vida, o trabalho e os conhecimentos das mulheres possuem fundamental importância, apesar de, em grande parte, serem invisibilizados ou tomados como de menor importância. Desse modo, o presente texto pretende, a partir do recorte de gênero⁸⁶, problematizar alguns aspectos da complexa dinâmica do processo de trabalho e do modo de vida nos faxinais, enfatizando o trabalho das mulheres nos quintais faxinalenses⁸⁷.

84. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História (UFSC). As discussões desse texto vinculam-se à minha pesquisa de Doutorado intitulada “Trabalho, terra e família: relações de gênero na dinâmica social faxinalense”, sob orientação do Professor Dr. Paulo Pinheiro Machado. A pesquisa conta com apoio da CAPES, através de bolsa de estudos, a quem agradecemos.

85. A categoria dos povos tradicionais brasileiros abrange, por exemplo, os indígenas, os remanescentes de quilombos, os caiçaras, os babaqueiros(as), os caboclos(as), os caipiras, os sertanejos(as), as quebradeiras de coco, os pantaneiros(as), os jangadeiros(as), pescadores(as) artesanais, seringueiros(as), vazanteiros(as), faxinalenses, entre outros. Para Paul Little (2002), a utilização da palavra ‘tradicional’ pode gerar muitas dificuldades devido à sua polissemia e à forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico. Contudo, a importância dada às constantes mudanças históricas provocadas pelos processos seculares de fronteiras em expansão e aos múltiplos tipos de territórios sociais que produziram, mostra que o uso do termo tradicional aqui refere, explicitamente, a realidades plenamente modernas. Assim, o conceito de povos tradicionais é um elemento analítico capaz de conjugar fatores como: a existência de regimes de propriedade comum; o sentido de pertencimento a um lugar; a procura de autonomia cultural; práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade.

86. Segundo Soihtet (2011, p. 266), o termo gênero, desde a década de 1970, tem sido usado para teorizar a questão da diferença sexual. Utilizado inicialmente pelas feministas americanas para ressaltar a ideia de construção social da diferença entre os sexos, a expressão implica numa desnaturalização do determinismo biológico, este diretamente ligado à ideia do sexo. Assim, a categoria gênero traz implícito um sentido de rejeição à oposição binária entre homens e mulheres, desconstruindo a ideia de papéis sociais naturais, colocando o debate no campo das construções sociais e culturais sobre masculinidade e feminilidade. Nas palavras de Scott (1995, p. 7), gênero “é uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”. Nesse sentido, a análise aqui formulada questiona a tradicional naturalidade para as práticas comportamentais, a classificação do trabalho e a configuração dos espaços, entre homens e mulheres.

87. Utilizamos informações sistematizadas a partir de sucessivas visitas de campo realizadas em quatro faxinais da Região Centro Sul do Paraná, entre os anos de 2014 e 2017: Faxinal Lajeado dos Mellos e Taquari dos Ribeiros (Rio Azul), Faxinal do Salto (Rebouças) e Faxinal do Rio do Couro (Irati).



Os faxinais são considerados uma forma de organização camponesa⁸⁸, existentes, com maior relevância, no Estado do Paraná, possuem como característica principal o uso comum da terra, em forma de criadouro comunitário, e da utilização em comum dos recursos naturais nele existentes.

As modalidades de uso comum da terra e de recursos naturais em comum são, muitas vezes, ignoradas da estrutura agrária brasileira e dos estudos sobre campesinato. Apesar de, como indica Campos (2000), as transformações sociais e econômicas sofridas pelo país no transcorrer da sua história fazerem com que estas formas de... desaparecessem completamente ou descaracterizando-as em seus aspectos originais, muitas dessas terras continuam existindo em diferentes regiões do país.

O uso comum, designa situações nas quais o controle de recursos básicos não é exercido de maneira individual por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores ou por um de seus membros. O controle dos recursos naturais ocorre por meio de normas específicas consensuais estabelecidas na unidade social (ALMEIDA, 2009).

Entretanto, Campos (2000, p. 1) alerta: “em termos gerais, a terra de uso comum tem características associadas a uma terra do povo, que é de todos, no entanto [...] trata-se do uso comum de determinados espaços por inúmeros proprietários individuais independentes, pessoas ou grupos de não proprietários”. Portanto, terras de uso comum não são terras livres, muito embora existem espaços e recursos naturais que são usufruídos comunalmente.

O controle dos recursos ocorre, segundo Almeida (2009), por meio de normas específicas, instituídas e acatadas de maneira consensual, nos meandros das relações estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social, fundado em costumes. O direito de uso comum relaciona-se de forma direta com o direito consuetudinário, pois, segundo os usuários dessas terras, isso vem de tempos imemoriais. Há uma

88. Procura-se pensar essa sociedade camponesa para além das questões econômicas. Os faxinais, enquanto modalidade de campesinato, são caracterizados pelo caráter familiar da produção. Nesse sentido, é Chayanov (2014) que fundamenta teoricamente o entendimento sobre a unidade familiar camponesa. Mesmo escrevendo no contexto russo da década de 1920, ele ajuda na reflexão sobre família e cultura nas unidades camponesas modernas. A partir de suas análises, incorporamos a investigação sobre as relações assimétricas entre homens e mulheres nas unidades camponesas faxinalenses.



estreita relação entre costume, lei e direito comum, segundo Campos (2000).

Existe, nas relações sociais que permeiam as terras de usufrutos comum a noção de propriedade privada, entretanto, é marcada por laços de reciprocidade e por uma diversidade de obrigações para com os demais grupos de parentes e vizinhos (ALMEIDA, 2009).

Para Campos (2000) as terras de uso comum entre comunidades ou grupos tradicionais ultrapassam o simples uso comum da terra ou de determinados bens naturais, constituindo-se num “viver em comum”, onde a perda ou transformação de alguns de seus elementos básicos, torna difícil sua vivência, significando seu desaparecimento ao perder o uso comum da terra e dos bens naturais. Uma das formas de Uso Comum ocorre em comunidades⁸⁹ tradicionais, como os faxinais.

O processo de identificação dos Povos Faxinalenses é recente e ocorre num contexto de políticas identitárias mais amplas, somando-se às políticas identitárias dos demais Povos Tradicionais brasileiros. Apesar de, no contexto econômico, os faxinais serem considerados atrasados e fadados ao desaparecimento, estes persistem como organizações de base comunitário-tradicional, reproduzindo-se socialmente mediante relações de parentesco, compadrio e vizinhança, apelando para um conjunto de práticas marcadas pelo costume e reciprocidade.

Souza (2009) afirma que, apesar do conhecimento sobre a situação dos faxinais ter aumentado significativamente, não se pode afirmar com exatidão o número existente de faxinais no sul do Brasil. Entretanto, diferentemente da abordagem determinista e evolucionista apresentada por Chang (1988), que anunciava o fim do “sistema faxinal”, estes não desapareceram.

Os faxinais encontram-se organizados em quatro categorias situacionais e que expressam as diferentes territorialidades e seus processos de (des) territorialização: a situação 1 diz respeito aos faxinais cuja territorialidade específica contempla grandes extensões territoriais, que possuem “criador

89. Comunidade designa um grupo específico de pessoas que moram num mesmo local; diferente do bairro, que fala em território e características físicas (ruas, casas, rios, postes), a comunidade fala sobre as pessoas e sobre os territórios identitários (LISBOA, 2003, p. 90).



comum aberto”, onde “criações altas e baixas” o acessam livremente, diferindo da situação 2, onde o criador comum encontra-se cercado, circulando criações “altas” e “baixas”, delimitado fisicamente por cercas de uso comum, valos, mata-burros, portões e rios. A situação 3 caracteriza-se pelo “fechamento” com cercas de 4 fios de arame¹³ nas divisas de algumas ou todas as propriedades, logo, as áreas antes destinadas ao “criador comum”, são fechadas, havendo, portanto, forte limitação “ao livre acesso” dos animais, predominado “criações altas”, criações baixas, são mantidas em “mangueirões familiares” ou em chiqueiros. Indicados como responsáveis pelo “fechamento” do livre acesso, a fumicultura, granjas de suínos e aves, além de chacreiros estão fortemente presentes nesses faxinais. Por fim, a categoria 4 indica a obstrução do livre acesso, em virtude de conflitos e tensões, sendo assim, o uso comum dos recursos naturais fica restrito aos limites da propriedade privada, o uso comum pela criação “baixa ou alta” ocorre somente pelo grupo familiar ou doméstico, porém permanece alguns traços simbólicos, como mata-burros, portões, cercas para criações “baixas”, entre outros. Configura uma situação limite, de usurpação do território, restando-lhes apenas a memória coletiva e alguns traços simbólicos, os entrevistados relatam estratégias dos “faxinalenses” para evitar a ruptura da unidade social, resistindo na defesa de sua territorialidade (SOUZA, 2009).

Segundo Souza (2009), ainda não se sabe com exatidão quais e quantos são os faxinais existentes no sul do Brasil, segundo ele, não há consenso sobre a extensão de sua presença no Paraná. Isso se deve, dentre outros aspectos, ao fato de que os chamados povos faxinalenses estão construindo sua identidade coletiva a partir de acontecimentos e reivindicações do presente, ou seja, a partir de conflitos com antagonistas, como chacareiros, sojicultores, empresas madeireiras, empresas de fumo, entre outros, denominados pelos faxinalenses como “gente de fora”.

As mulheres e o trabalho na dinâmica faxinalense

A invisibilidade social das mulheres nos estudos históricos relacionados ao campesinato é evidente. Os faxinais apresentam-se como espaço masculino, a presença e as diversas atividades das mulheres faxinalenses são invisibilizadas



nas pesquisas e no imaginário social⁹⁰. Abordar a temática dos quintais e suas implicações nas relações de trabalho e seus aspectos simbólicos na economia camponesa faxinalense implica problematizar a produção da autoridade masculina no trabalho da agricultura e nas relações hierárquicas construídas e estabelecidas socialmente.

De maneira geral, as sabedorias tradicionais são mais harmônicas com a biodiversidade e os recursos naturais. No caso dos faxinais, apesar de um histórico de conflitos pela defesa e manutenção de seus territórios, a sustentabilidade dos recursos naturais é também a sustentabilidade do modo de subsistência desses grupos.

Nesse contexto, o trabalho e o conhecimento das mulheres faxinalenses são fundamentais. Segundo Shiva (1998, p. 13):

La marginación de las mujeres y La destrucción de la biodiversidad son procesos que van unidos. La pérdida de La diversidad es El precio del modelo patriarcal de progreso, que presionan exorablemente em favor de los monocultivos, La uniformidad y La homogeneidad hasta la conservación se ve afectada por esta lógica perversa del progreso.

Na maioria das culturas, as mulheres são as guardiãs da diversidade, cujos trabalhos e conhecimentos podem ser definidos como parte da natureza, se está é atingida, elas são afetadas. A economia política de processos que tem por base a destruição da diversidade biológica, o que Shiva (1998), chama sabiamente de lógica perversa de progresso, afeta particularmente as mulheres, destruindo habilidades, conhecimentos e sabedorias das mesmas. Por isso, as mulheres, em sua qualidade de camponesas, habitualmente realizando uma multiplicidade de tarefas, possuem seu trabalho invisibilizado e desvalorizado.

90. No que se refere à invisibilidade das mulheres nos estudos históricos, Joana Maria Pedro (2005, p. 83-84) ao analisar o uso da categoria gênero nas pesquisas historiográficas é enfática: a história não foi um espaço de promoção da visibilidade das mulheres, nas suas palavras: "Convém lembrar que 'entrar para a história' tem sido um valor disputado. A antiga forma de escrever a história, costumeiramente chamada de positivista, ou às vezes 'empirista' dava destaque a personagens, em geral, masculinos, que tinham, de alguma forma, participado dos governos e/ou guerras [...] Nesta perspectiva, da 'história de governantes e batalhas', as mulheres só eram incluídas quando ocupavam, eventualmente, o trono (em caso de ausência de filho varão) ou então quando se tornavam a 'face oculta' que governava o trono, ou a república [...]. Carregados de estereótipos estas análises reforçaram mitos, ora da suprema santidade, ora da grande malvez das poucas mulheres que ocupam algum cargo de destaque nos governos e/ou nas guerras [...]".



Nos faxinais, o modo como ocorre a divisão do trabalho para a produção de alimentos, indica relações de gênero e divisão hierárquica de papéis sociais. Como observou Wedig e Menashe (2013), a comida pode ser compreendida para além de sua dimensão material e fisiológica, a partir dela, da forma como se produz e se consome, pode-se reconhecer dimensões da vida social que referenciam modos de viver, ela indica aspectos familiares e relações entre homens e mulheres.

O quintal, elemento proeminente na paisagem rural faxinalense, e a concepção de trabalho que o orienta, expressa espaços de gênero evidentes. Esses espaços, uma das formas mais antigas de manejo da terra, possuem um importante papel no manejo e conservação, consistindo num reservatório da biodiversidade. Esse fator levou Oakley (2004) a associar os quintais a santuários da agrobiodiversidade.

No Brasil, quintal é o termo utilizado para se referir ao terreno situado ao redor da casa⁹¹, definido, na maioria das vezes, como a porção de terra próxima à residência, de acesso fácil e cômodo, na qual se cultivam ou se mantêm múltiplas espécies que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, bem como outros produtos, como lenha e plantas medicinais (Brito; Coelho, 2000).

No faxinal do Salto, localizado no município de Rebouças -PR, os quintais, em sua maioria, são espaços femininos e voltados para o consumo familiar. Observamos isso, em visita de campo realizada em 28 de agosto de 2017. Em seu quintal, dona Marinda, uma das moradoras do Faxinal do Salto, produz uma enorme variedade de alimentos: árvores frutíferas, ervas medicinais, flores, legumes, verduras, temperos, hortaliças, entre outros. A

91. No campo, considerando que os lugares que homens e mulheres ocupam na unidade doméstica camponesa está relacionado às atividades que desenvolvem na casa ou na roça, é importante definir o que o espaço da casa significa, em termos de trabalho. Casa não se restringe ao espaço material das paredes da residência da família. Nossa interpretação apoia-se nos pressupostos de Heredia, Garcia e Garcia Jr (1984, p. 31), que, analisando o caso do nordeste brasileiro, dizem: "a casa não se restringe ao espaço físico ocupado pela construção; ela inclui também o terreiro (pátio) que a rodeia, local onde vive a criação (aves de quintal), cabras e porcos. O conjunto desses animais é denominado animais de quintal, aludindo ao espaço em que se criam. Atividades que esses animais exigem são também, como a casa, responsabilidade feminina e não reconhecidas como trabalho". A divisão de tarefas por sexo é o que dá sentido à oposição feminino e masculino. O que é considerado trabalho define-se a partir do sexo de quem realiza. Tanto nos estudos de Heredia, Garcia e Garcia Jr (1984) quanto nas análises de Woortman e Woortman (1997), o que é considerado trabalho liga-se as atividades desenvolvidas pelos homens nos roçados, apesar das mulheres participarem dos demais processos de produção, como a semeadura, limpeza das plantas, colheita, entre outros. O que se observa é que à medida que essas tarefas vão sendo realizadas pelas mulheres, elas perdem o caráter de trabalho e passam a ser consideradas ajuda.



produção é destinada somente para o “gasto”, como ela denomina, indicando que a produção é exclusivamente para o consumo familiar. Ao falar sobre o quintal demonstra orgulho pelo trabalho que desenvolve nele: “o quintal é meu, sou eu que cuido dele, de tudo, eu viro a terra, as vezes o piá me ajuda”⁹².

Nesse espaço, os quintais localizam-se ao redor da casa, e, em virtude da característica de criação dos animais à solta, precisam ser cercados para que o cultivo não seja danificado pelos mesmos. Há sabedoria feminina até mesmo na escolha do local e na organização do quintal: necessidade de sombra, boa qualidade da terra, escolha e distribuição das plantas, entre outros. Neste faxinal, os quintais são espaços majoritariamente femininos, são elas as responsáveis pelo cultivo, limpeza e colheita. O trabalho dos homens nos quintais é considerado ajuda.

O quintal, onde se cultivam hortaliças, frutas, plantas medicinais e flores, pode ser pensado como espaço próximo à casa, em oposição à roça, que é espaço maior, caracterizado como masculino, pois é local de domínio dos homens, responsabilidade destes, onde o trabalho das mulheres é considerado ajuda.

Mesmo sendo fundamental para a reprodução familiar, pois os alimentos produzidos nos quintais são direcionados ao consumo da família, o quintal é visto como secundário, visto que, geralmente, não gera renda. Desse modo, a representação do trabalho nos quintais (trabalho leve), é pensado como auxiliar e complemento ao alimento produzido na roça (trabalho pesado).

Outra característica dos quintais é o cultivo de ervas medicinais. “É quase uma farmácia”, como afirma Dona Marinda. Ela possui diferentes tipos de ervas: erva-cidreira, poejo, palma fedida, malva, alecrim, capim-limão, salvinha, arruda, entre outras. Segundo ela: “A gente quase não fica doente, mas quando fica, pega no quintal. A salvinha é muito boa pra infecção na garganta, erva cidreira é pra dor de cabeça, poejo pra gripe, calêndula é boa para queimadura, só que tem de conhecer as ervas”⁹³. Nas palavras de dona Marinez, também moradora do Faxinal do Salto: quando a gente tem uma

92. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida, em 26 de agosto de 2017.

93. Dona Marinda. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida, em 26 de agosto de 2017.



dorzinha, a gente vai pro quintal. Médico é difícil⁹⁴.

No faxinal do Salto, a comercialização dos produtos do quintal, ao que percebemos em visita de campo, ocorre raramente. Entretanto, quando isso ocorre, a dinâmica desses espaços, no que diz respeito as relações de gênero, é invertida. No quintal de Dona Elizangela e seu esposo Antônio, moradores deste faxinal, a produção é voltada para o mercado, eles vendem para o programa PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e para a associação dos idosos do município de Rebouças-PR. Dentre as variedades deste quintal destacam-se a produção de cenoura, beterraba, brócolis, repolho, mandioca e alface. O quintal, seguindo a própria definição de dona Elizangela, “é uma fonte de renda”. Ao falar sobre como ocorre o trabalho no quintal, ela diz:

O Antônio é que falaria melhor sobre o quintal. O quintal é dele agora. Antes de vender, era só pro consumo, eu tinha remédios e tudo. Agora é ele que organiza, eu ajudo. É ele que vira a terra, escolhe as sementes, eu ajudo plantar, molhar, colher. Ele vende, pro PAA, pros idosos, ele organiza tudo⁹⁵.

Como podemos observar em visita de campo, frequentemente, os quintais são de domínio feminino, porém há situações em que ocorre a apropriação desse espaço pelos homens. Isso acontece, nos casos em que a produção total do quintal ou de alguma variedade passa a ser destinada ao mercado. Como indica a entrevistada, quando a produção não era destinada à venda, o quintal era dela, “eu tinha remédios e tudo, que eu usava”, à medida que o quintal se torna um espaço de lucro financeiro, ele se masculiniza.

Sugere-se que, o quintal é percebido como coisa de mulher quando não gera renda e não está relacionado ao comércio, à medida que os produtos retirados do quintal passam a ser comercializados, há uma apropriação masculina desse espaço. Ou seja, o trabalho no quintal somente passa a ser valorizado à medida que os produtos deste espaço tornam-se destinados à venda, nesse caso, ele passa a ser considerado importante e torna-se espaço masculino. É a mão do homem que confere importância, que o valoriza. Os homens são também os responsáveis pela venda no espaço de fora.

94. Dona Marinez. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida, em 26 de agosto de 2017.

95. Dona Elizangela. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida, em 26 de agosto de 2017.



Situação semelhante verificamos no Faxinal Lajeado dos Melos, município de Rio Azul. Na primeira visita de campo, o quintal de Dona Verônica nos é apresentado pelo homem, esposo dela. Nesse espaço, naquele período, o kiwi e alguns outros produtos, estavam sendo comercializados, pois naquele ano a safra havia sido grande. Observamos a utilização de expressões como: “eu plantei”; “eu limpei”; “eu colhi”; “eu vendi”, indicam uma lógica de que havia certo envolvimento afetivo dele com o quintal.

Na lógica camponesa, o trabalho na roça, gerador de renda, destinado para venda, é mais valorizado. Logo, o quintal, na lógica masculina, adquire relevância à medida que ele passa a se relacionar com comércio, espaço de fora e, portanto, de domínio masculino. Heredia, Garcia e Garcia Jr (1984) ao analisar a comercialização dos produtos agrícolas nas unidades domésticas camponesas do Nordeste, dizem que essa atividade cabe normalmente ao homem devido ao caráter de chefe de família que o pai (homem) possui, portanto, cabe a ele abastecer a casa e também pelo fato de que a atividade de venda dos produtos é realizada no espaço público, entendido como espaço do masculino, o pai de família é o mediador entre o espaço privado e o público⁹⁶.

Embora alimente e sustente famílias camponesas, e seja fundamental para a reprodução familiar, a representação do trabalho nos quintais é como auxiliar e complemento ao alimento produzido na roça. No interior dos quintais e também nas áreas de plantar, o trabalho com sementes crioulas também são atividades femininas. Desse modo, nos faxinais, a relação entre mulheres, quintais e sementes crioulas é bastante próxima.

Segundo Trindade (2006), sementes crioulas são aquelas sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, como de melhoramento genético. Essas sementes são chamadas de crioulas ou nativas, porque, geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais. Elas não podem ser reduzidas apenas a sementes em si, mas também pode se referir a tubérculos, como batata, cará, mandioca, entre

96. Sobre isso, Boni (2004, p. 301) aponta para a construção social e histórica do ser mulher agricultora, para ela, “a mulher agricultora foi socializada no espaço privado e qualificada para os afazeres domésticos, o trabalho na lavoura, o cuidado e a educação dos filhos, a lida com animais [...]”. Por outro lado, segundo ela, aos homens foram delegadas tarefas que envolviam o espaço de fora da unidade doméstica, estabelecendo contatos e atuando no exterior do estabelecimento agrícola. O mercado é espaço de fora, são os homens que são socializados para atuar nele. Ele é de domínio público/externo e como tal é propício para a presença masculina. As mulheres, ao contrário, são socializadas para o interior, para o espaço privado, de dentro.



outros alimentos conhecidos. As sementes, além de ser alimento, representa a cultura de cada comunidade, já que é por meio da alimentação que um povo mais expressa sua cultura e seu modo de viver.

Em todos os faxinais visitados e que serão pesquisados, o trabalho das mulheres com sementes crioulas está presente. Segundo Dona Bernardete, moradora do faxinal Rio do Couro, município de Irati:

Sementes crioulas a gente sempre usa, quase tudo, na verdade. Semente de abóbora, de pepino, de tomate, feijão, de tudo, madura no pé, daí colhe e fecha no vidro. Feijão, por exemplo, feijão crioulo, se colocar no fundo do vidro algodão com álcool e acender e colocar o feijão, não caruncha, daí dá pra plantar, porque dura muito tempo. De um ano para outro. E aqui, nós mulheres trocamos as sementes também⁹⁷.

A prática de trocas de sementes no Faxinal Rio do Couro, particularmente, é bastante presente. Segundo dona Elizabete: “Aqui nós trocamos sementes de tudo, fazemos trocas de muda. Essa semana ganhei semente de melão da Tica. Eu sameio na piscininha as sementes, daí faço as mudas. Ontem mesmo ela me mandou doze mudas de pepino”. Dos faxinais visitados, o Faxinal Rio do Couro é o que se encontra geograficamente mais distante da cidade, além disso o acesso ao mesmo é dificultado por estradas sem manutenção. Esse fato, de certo modo, pode estar associado às trocas de sementes, pois as moradoras com quem conversei relataram a dificuldade de ir para a cidade.

Comprar sementes, verduras e legumes na cidade não é algo comum para elas, tanto pela distância quanto pelo que elas denominam de “gosto”. Para dona Elizabete: “Uso só esterco de vaca e de galinha, não uso veneno, porque verdura é diferente, é pra comer. Desde o tomate, o do mercado parece um papelão de duro, o meu é molinho Nós fazemos tudo aqui mesmo, a verdura tem sabor, é mais gostoso⁹⁸”.

Segundo dona Terezinha, também moradora do Faxinal Rio do Couro:

Ainda segunda fui buscar muda de batata salsa na Maria.

97. Dona Bernardete, entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.

98. Dona Elizabete, entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.



Trocamos sementeira de tomate, rama de mandioca. Aqui no faxinal ainda existe muito isso, essa troca de sementes. Trocamos semente de abóbora. Igual tomate, uma semeia antes, daí troca, porque uma tem uma qualidade, a outra tem de outra qualidade, daí troca, entende? Essa época é bastante trocado, por causa que é mais coisas, e é época. Planto alface, repolho, couve flor, tempero, salsinha, cebolinha, várias coisas, varia da época. Mandioca, agora é época de plantar, tomate, melão, pepino, também é hora de plantar, daí é um troca troca de muda da mulherada. Agora é a época que se planta mais as coisas, tem coisa que se plantar fora de época não dá. E tem a lua também. É bom plantar na lua cheia. Se for plantar batata na lua nova broqueia tudo. A batata tem de plantar na mingunte [...] O melão a gente tira a semente, lava e coloca para secar no sol, numa peneira, abóbora e tomate a mesma coisa, coloca num vidro e conserva na geladeira, dura de um ano para o outro. E a maioria das sementes que nós temos é troca que a gente faz, trocamos muda também. Eu aprendi com a mãe, desde nova a gente lidou⁹⁹.

As narrativas acima, indicam estruturas de reciprocidade, entre as mulheres faxinalenses, ligadas ao trabalho nos quintais. Para elas, a prática de troca de sementes está relacionada à sociabilidade e à autonomia no campo do trabalho e dos saberes. Para Sabourin (2009, p. 64) “a palavra troca significa o fato de ceder um bem mediante contraparte”. O espaço do quintal é um espaço de sociabilidades, de troca: conversas e saberes. É onde as atividades que elas desenvolvem adquirem importância entre elas. O que plantam, colhem e trocam é motivo de orgulho.

Para Almeida, Tardin e Petersen (2006), a prática de uso de sementes crioulas excede o sentido prático, está relacionada à segurança alimentar, manutenção de culturas locais e conservação da natureza como forma de manutenção do patrimônio genético de suas comunidades. Contrariando, portanto, a lógica capitalista.

As sementes, no decorrer do desenvolvimento capitalista, tornaram-se uma mercadoria, um insumo agrícola que precisa ser comprado. O que era

⁹⁹. Dona Terezinha, entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.



antes, apenas uma parte da produção guardada para o próximo plantio. As possibilidades oferecidas pelos transgênicos aprofundaram a mercantilização das sementes e tornaram os camponeses (as) cada vez mais dependentes, pois, é de fora, que vem a determinação do que deve ser cultivado, usado no processo de produção. O uso de sementes transgênicas, que servem aos interesses das multinacionais, acaba por inserir relações capitalistas na agricultura familiar (ANDRIOLI, 2012).

Cada sistema de quintais apresenta características que lhe são específicas. Entretanto, de modo geral, os quintais podem ser entendidos como um espaço social e de gênero. São as mulheres as principais responsáveis por esse espaço de produção, sua autoridade é justificada pelo fato de localizar-se próximo à casa e ser considerado trabalho leve¹⁰⁰.

Mesmo sendo fundamental para a reprodução familiar, pois os alimentos produzidos nos quintais são direcionados ao consumo da família faxinalense, o quintal é visto como secundário, visto que, geralmente, não gera renda. Desse modo, a representação do trabalho nos quintais (trabalho leve), é pensado como auxiliar e complemento ao alimento produzido na roça (trabalho pesado).

Analisando as construções sociais hierárquicas no campo, Paulilo (1987. P. 7), em célebre texto intitulado O peso do trabalho leve afirma: “trabalho leve não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é ‘leve’ se pode ser realizado por mulheres e crianças”. As contradições estão presentes nas categorias de trabalho leve e pesado. Pois o trabalho é considerado leve, não pelas suas características, mas, como conclui Paulilo

100. Paulilo (2004, p. 245), a partir de estudos sobre o trabalho das mulheres rurais em períodos e regiões diferentes do Brasil, conclui que: “a distinção entre trabalho ‘pesado’ feito pelos homens e trabalho ‘leve’ feito pelas mulheres não se deve a uma qualidade do próprio esforço despendido, mas ao sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho é considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante e/ou prejudicial à saúde que seja. Isso reflete na divisão dicotômica entre trabalho doméstico e trabalho produtivo. É simples: é doméstico se é atribuição das mulheres[...]”. Segundo Pedro(2000, p. 35), apesar de inúmeros estudos questionando a separação da esfera pública e privada, isso ainda é uma constante na sociedade em geral, ao problematizar esta separação que dita o lugar das mulheres ligadas à esfera íntima e familiar, aponta para uma grande contradição e para a necessidade de desnaturalizar essa construção social das esferas, segundo a historiadora, ainda hoje, nas relações cotidianas, a responsabilidade das mulheres pelo espaço doméstico continua sendo mantida; aí os homens apenas ajudam. Por outro lado, por mais que trabalhem e recebam salários, atuando no mercado ou no setor público, considera-se que as mulheres mais ajudam que trabalham. Mulheres fisicamente exaustas são visualizadas como se não estivessem trabalhando ou, então que, aquilo que fazem é “trabalho leve”. Observa-se que há um grande esforço pela manutenção dessas esferas, pois mesmo que as mulheres procurem, com grande empenho, reeditá-las, seu trabalho ainda é considerado secundário.



(1987), pela posição de quem o executa na hierarquia familiar. Se o trabalho é leve, a valorização é mínima.

Nos quintais faxinalenses, de modo geral, a produção tanto de verduras, legumes, frutas, hortaliças e ervas, ou qualquer outra variedade são produzidas especificamente para o consumo familiar, há poucas produções com objetivos de venda. A comercialização ocorre somente quando a produtividade de determinada variedade é grande.

Na lógica camponesa, o trabalho na roça, gerador de renda, destinado para venda, é mais valorizado. Logo, o quintal, na lógica masculina, adquire relevância à medida que ele passa a se relacionar com comércio, espaço de fora e, portanto, de domínio masculino.

Heredia, Garcia e Garcia Jr (1984) ao analisar a comercialização dos produtos agrícolas nas unidades domésticas camponesas do Nordeste, dizem que essa atividade cabe normalmente ao homem devido ao caráter de chefe de família que o pai (homem) possui, portanto, cabe a ele abastecer a casa e também pelo fato de que a atividade de venda dos produtos é realizada no espaço público, entendido como espaço do masculino, o pai de família é o mediador entre o espaço privado e o público.

Boni (2004, p. 301) aponta para a construção social do ser mulher agricultora, para ela, “a mulher agricultora foi socializada no espaço privado e qualificada para os afazeres domésticos, o trabalho na lavoura, o cuidado e a educação dos filhos, a lida com animais [...]”. Por outro lado, segundo ela, aos homens foram delegadas tarefas que envolviam o espaço de fora da unidade doméstica, estabelecendo contatos e atuando no exterior do estabelecimento agrícola¹⁰¹. O mercado é espaço de fora, são os homens que

101. Essa socialização dos homens para fora e das mulheres para dentro é descrita de forma sintomática por Woortmann e Woortmann(1997), onde os sitiantes pensam a saída dos filhos homens para o mundo como uma representação da masculinidade. Antes do casamento, por volta dos 18 anos, os meninos devem viajar e aprender novos procedimentos e técnicas agrícolas e no retorno ensinar à família. A ação de sair, no plano simbólico, significa que a masculinidade já está plena e que ele está pronto para ser o chefe da nova família. Para as filhas, essa mesma lógica não se aplica, ao contrário, elas são retidas no sítio como força de trabalho, pois as filhas de sitiantes fracos (mais pobres/menos terras) que saem. Entendem que é vergonhoso para o pai de família por dois motivos: exporia publicamente sua pobreza; ao sair elas estariam submetidas às ordens de outros homens (que não seu marido), o que é vergonhoso para um pai de família. A lógica é de que o homem deve expandir o seu espaço social, começando do quintal, indo para a roça, mato, feira e por fim o mundo. Seu saber deveria ser sofisticado para que ele seja um bom pai de família. O mundo é inóspito, lugar de perigo, portanto, não propício para mulheres. Entende-se também, que o domínio do lar não necessita de aprimoramentos. A espacialização das mulheres refere-se o espaço de dentro, em oposição ao de fora, considerado de domínio masculino.



são socializados para atuar nele. Ele é de domínio público/externo e como tal é mais propício para a presença masculina. As mulheres, ao contrário, são socializadas para o interior, para o espaço privado, de dentro.

Nessa perspectiva, apesar das mulheres serem fundamentais, não somente nas atividades dos quintais, mas no completo e complexo processo de produção agrícola faxinalense, elas são excluídas do processo de comercialização da produção.

Para dar conta da discussão sobre as mulheres faxinalenses, enfatizando a problemática dos quintais, trabalho e sementes crioulas, utilizamos, principalmente, a metodologia da História Oral.

A respeito da História Oral, Portelli (1997, p. 15) diz que ela “(...) é ciência e arte do indivíduo”. Ela diz respeito a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, aprofundado por meio de conversas com pessoas sobre suas experiências e memórias individuais. Nesse sentido, o entendimento é de que as entrevistas são resultado de produções, construídas no diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Conforme Ferreira e Amado (2006, p. XIV) ressaltam: “Na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo”.

É nesse diálogo entre pesquisador e entrevistado que a fonte é produzida. Ao tratar sobre questões referentes ao trabalho, quintais e sementes crioulas, apesar do presente ser o norteador do processo de produção de entrevistas, o passado é um elo para as memórias recentes. Observamos que as falas das mulheres são dimensionadas pela relação entre o passado e o presente. Dona Marinda, moradora do Faxinal do Salto, ao falar sobre as atividades que desenvolve cotidianamente, diz:

Eu não paro, ontem anoiteci e não aguentava de dor nas pernas. Eu trabalho na roça, ajudo, faço de quase tudo. Eu acordo seis horas da manhã, faço café, cuido dos bichos, porco, galinha, boi. Ali encima tem um buraco, eu tenho de colocar água direto pros porco, não tá dando pra soltar os porco, por causa das cercas. Eu gosto de trabalhar no quintal, a gente



é costumada, minha mãe ensinou assim, antes era só assim. Agora que dá pra estudar, que nem vocês. Eu tenho só a 4ª série. Eu me estresso se ficar só na casa, se saio virar a terra me distraio [...] Na cidade compramos pouca coisa: açúcar, café, sal, fermento, só miudezas [...] Mas meu trabalho é bastante aqui. Agora não está dando para soltar os porcos por causa das cercas, estão em péssimo estado. Daí os porcos escapam. Os grandes dá pra soltar, mas os pequenos não. Quem não tem animais, não quer trabalhar nos mutirões para arrumar as cercas. Os mais velhos não podem mais e os mais novos não se interessam. E tem os rolistas, vem e soltam os animais e deixam, cavalos, principalmente, eles destroem as cercas¹⁰².

O “hoje”, para as mulheres faxinalenses, está diretamente articulado ao “antes” ou “antigamente”, como podemos perceber na fala da entrevistada e como já observado em conversas preliminares com algumas delas. Para falar sobre as atividades que desenvolvem, o passado é ativado como elemento comparativo. E, como podemos perceber, ao analisar a fala de dona Marinda, as mudanças que ocorreram no faxinal aos longos dos anos, afetaram as formas de trabalho atuais. Com o fechamento da área de uso comum, alimentar e dar água aos porcos, fechados em mangueirões, tornou-se mais uma atividade das mulheres.

Imagem 1: Área de uso comum no Faxinal do Salto, Rebouças-PR.



Fonte: Almeida (agosto de 2017).

102. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida, em 26 de agosto de 2017.



Em visita de campo ao Faxinal do Salto, percebemos que os animais chamados ‘pé grandes’, cavalos e bois, principalmente, estavam soltos na área de uso comum, ou área de criar, entretanto, animais de porte pequeno, como porcos, eram raros neste espaço. Isso ocorre em virtude das más condições das cercas que circundam à área de uso comum.

Como observamos na fotografia anterior, os animais, concentrados próximos à aguada, são de porte grande, cavalos, principalmente. Neste faxinal, especificamente, os animais, denominados “pé-pequeno” (porcos, ovelhas, entre outros) são raros. O desinteresse por participar de mutirões, nesse caso, é apresentado como principal motivo do mau estado das cercas. Desse modo, além da inércia do Estado e conflito com antagonistas, o afrouxamento dos laços de solidariedade do grupo social constitui também um problema na defesa de sua territorialidade. No caso dos porcos, sem a resolução do problema das cercas, estes são fechados em mangueirões, próximos à casa e, sugere-se que, por isso, tornam-se responsabilidade das mulheres.

No caso das entrevistas, as experiências individuais nortearão o entendimento sobre o passado e o presente, pois, principalmente, ao tratar da problemática do processo histórico de desagregação do faxinal Rio do Couro- Irati, conforme citado nos objetivos específicos. No Faxinal Rio do Couro, localizado na área rural de Irati-PR, o processo de desagregação do faxinal, está fortemente marcado na memória coletiva. Segundo dona Bernardete:

Antigamente era cheio de animais aqui, tudo solto, muitos porcos. Eu nasci aqui nesse faxinal, criei meus filhos aqui, vou morrer aqui. É muita pena que tá acabando tudo. Primeiro foi por causa de roubos, roubavam os animais, sabe? Era muito prejuízo, daí o povo começou a fechar os animais, começaram a ficar com medo. Depois o problema passou a ser as cercas, por causa da madeira, faziam aquelas cercas de flexame. Era difícil por causa da madeira e o povo foi desanimando. Daí veio uns de fora e não queriam mais, queriam fechar. Agora tá quase tudo acabado. Eu tenho saudade desse tempo.

O Faxinal Rio do Couro-PR possui seu criadouro comum bastante



restrito pelas cercas, quase não se identifica mais enquanto área comum. As entrevistas partirão de histórias de vida, que podem ser entendidas como relatos das narradoras sobre sua existência através do tempo, delineando-se as relações sociais coletivas.

Entretanto, é necessário considerar: o que elas relembram está sujeito a alterações sofridas por suas identidades pessoais atuais. Sobre isso, Thomson (1997, p. 57) alerta: “as histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem as nossas identidades e aspirações atuais”. O processo de recordar envolve o passado, o presente e o futuro¹⁰³, nesse sentido, entende-se que as narrativas das entrevistadas possuem um sentido dado pelo presente, pelas suas identidades atuais¹⁰⁴.

A memória recente das entrevistadas, orientarão a investigação sobre as relações de trabalho nos faxinais, as atividades relacionadas aos quintais e também sobre as sementes crioulas. O saber feminino nesses espaços, serão analisados a partir das representações que fazem sobre suas experiências no tempo e no espaço. Sobre essas representações, podemos utilizar os saberes das mulheres como exemplo. Nos faxinais visitados, observamos e constatamos que a maioria das mulheres não utilizam agrotóxicos nos quintais. Dona Terezinha, ao falar sobre o que ela entende como quintal, exemplifica:

É um lugarzinho que se possa plantar coisas que faça bem para a saúde. Eu planto com orgânico, não uso nada de veneno. No esterco vem mais bonito que no adubo da cidade. Eu uso esterco de galinha. O da vaca é muito úmido, apodrece as plantas, o de cavalo eu acho que resseca. O esterco deixa a terra úmida. O adubo seca a terra. Até com a folhaceira das árvores é bom de plantar. Pega as folhas secas e joga no quintal. Esterco debaixo do pinheiro, as pontinhas de sapé são muito boas. Sem agrotóxico fica mais saudável. Eu acho que não depende de

103. A utilização da memória como ferramenta de análise, ancora-se na capacidade de o indivíduo não apenas conservar certas informações, mas reinterpretar informações passadas e atualizar impressões. Segundo Le Goff (2003), a análise é construída, tendo em vista que o presente e o futuro afetam as lembranças passadas.
104. O conceito de memória vem se modificando e se adequando às funções, às utilizações sociais e à sua importância nas diferentes sociedades humanas. De acordo com Delgado (2006, p. 13): “Tempo e memória, portanto, constatem-se em elementos de um único processo, são pontes de ligação, elos de corrente, que integram as múltiplas extensões da própria temporalidade em movimento”.



agrotóxico, a verdura dá sem veneno e adubo da cidade¹⁰⁵.

Desse modo, os saberes tradicionais femininos podem ser investigados. Os faxinais podem ser entendidos como uma modalidade diferenciada de comunidade rural, já que, grande parte deles, principalmente os ativos ou abertos são Unidades de Conservação Ambiental, além desse fator, os laços de solidariedade, que ocorrem, principalmente através de mutirões ou puxirões e do sistema de trocas: de sementes, dias de serviço, alimentos, entre outros.

Considerações finais

O quintal pode ser pensado como um espaço perto da casa que é, ao mesmo tempo uma horta, um pomar, uma farmácia e um jardim. Entretanto, ele deve ser pensado para além dessas funções, pois ele carrega distinções e hierarquias de gênero, visíveis ao problematizarmos a questão do trabalho nas unidades camponesas faxinalenses.

Desse modo, nossas discussões foram pensadas a partir de concepções que consideram as relações entre homens e mulheres e suas implicações no espaço rural, verificando teoricamente o imaginário presente nas relações sociais, percebendo as diferenças entre os sexos, principalmente no que concerne as relações de trabalho, pensadas como construções. Entendemos que problematizar o trabalho nas unidades camponesas é fundamental para a investigação sobre as desigualdades de gênero nesse espaço.

Ao estudar as hierarquias presentes nos faxinais, enfocando o trabalho nos quintais, acaba-se por evidenciar e visibilizar as múltiplas atividades desenvolvidas pelas mulheres nas unidades camponesas faxinalenses. O que percebemos, ao estudar a dinâmica faxinalense é que há uma normatização dos corpos e que os espaços onde estes se situam são construídos socialmente e historicamente.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras

105. Dona Terezinha. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 07 de setembro de 2017.



de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural, 2009, pp. 39-66. Vol. II.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. Revista Brasileira de estudos Urbanos e regionais, São Paulo, Vol. 6, n.1, p. 9-32, maio/ 2004.

BONI, Valdete. **Poder e igualdade: as relações de Gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina**. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 289-302, 2004.

BRITO, M. A.; COELHO, M. F. **Os quintais agroflorestais em regiões tropicais** – unidades auto-sustentáveis. Agricultura Tropical, 4: n. 1, p. 7-35, 2000.

BROLESE, Lisiane; MENASCHE, Renata. **Olhando o quintal, apreendendo produção e consumo**. Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2, 2011.

CAMPOS, José Nazareno de. **As diferentes formas de uso comum da terra no Brasil**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>> Acesso em 27 de fevereiro de 2017.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CHAYANOV, Aleksandr. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CRUZ, Bárbara Luiza. **O trabalho com sementes crioulas nas terras de plantar e nos quintais do Faxinal Taquari dos Ribeiros (Rio Azul-PR): conservação da biodiversidade e autonomia camponesa**. Relatório final de Iniciação Científica, UNICENTRO, 2016.

CHANG, Man Yu. **Sistema de Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Boletim Técnico, nº 22. Londrina: IAPAR, 1988.



HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA JR. Afrânio Raul. O lugar da mulher em unidades camponesas. In: AGUIAR, Neuma. (org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia**. Florianópolis: Editora da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OAKLEY, Emily. **Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural**. *Agriculturas*, v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre: UFRGS, v.20, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SOIEHT, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

WEDIG, Josiane Carine; MENASCHE, Renata. **Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero**. In: NEVES, DelmaPessanha; MEDEIROS, LonildeServolo de. (orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

WOORTMANN, EllenF. ; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

PAULILO, Maria Ignez. **O Peso do Trabalho Leve**. Disponível em: <<http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

_____. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./ abr. 2004.

PEDRO, Joana Maria. **As mulheres e a separação das esferas**. *DHI/UEM. Diálogos*, Maringá, v. 4, n. 4, p. 33-39, 2000.

_____. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *História*, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.





SCHÖRNER, Ancelmo; CARVALHO, Rosinaldo. Chacreiros no faxinal Porto Soares (Rio Azul/PR). In: PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de [et al.] (orgs.). **Povos e comunidades tradicionais**: contribuições para um outro desenvolvimento. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2016.

SHIVA, Vandana. El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **La práxis Del ecofeminismo**: biotecnología, consumo y reproducción. Icaria: Barcelona, 1998.

SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento social dos Faxinais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de Souza. **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009, pp. 29-89.





SOBRE OS AUTORES

Alexandra Lourenço

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1997), especialização em Metodologia de Pesquisa em História pela Universidade Federal do Mato Grosso (1999), mestrado em Política Social pela Universidade de Brasília (2001). Doutorado em Ciência Política pela Universidade Nova de Lisboa (2012). Tem experiência na área de Ciência Política, Sociologia, Antropologia. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Angelica Stachuk

Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), (2013). Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, (2017). Desenvolve pesquisa na área de região, cultura, relações interculturais, sociabilidades, tendo como suporte documental processos-criminais.

Claércio Ivan Schneider

Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Curso de História. Graduado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (1998), mestre em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2001) e doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2009). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando, como docente e pesquisador, principalmente nas seguintes áreas: História Cultural; História e Literatura; História do Paraná; História e regiões; Métodos e técnicas da pesquisa em História e Ensino de História.

Dimas Floriani

Doutor em Sociologia (U.C.L. Louvain, Bélgica, 1991) e pós-doutor (El Colégio de México e PNUMA, 2002). Professor Titular e aposentado Sênior nos programas de Ciências Sociais (UFPR) e no Doutorado Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), do qual foi coordenador em 1996-98. Bolsista em Produtividade em Pesquisa (CNPq). Orientador e co-orientador de mais de 30 teses de doutorado e uma dezena de dissertações de mestrado. Coordenador da linha e do grupo de pesquisa em Epistemologia e Sociologia Ambiental. Co-editor da Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Participa do GT em Teoria e Ambiente da ANPPAS e é professor



visitante do CEDER-ULagos do Chile. Coordenador acadêmico da Casa Latino-americana (CASLA) de Curitiba, ex-coordenador do curso de Especialização em Relações Internacionais (2005-2011), dedicando-se a temas sobre democracia e meio ambiente na América Latina. Responsável por entrevistas semanais na TV da UFPR, no programa 'América Latina Viva?'. Autor de diversos capítulos de livros e artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, destacando-se seus livros 'Conhecimento, Meio Ambiente e Globalização?' (Juruá/PNUMA), 2004, com diversas reedições e 'Crítica da Razão Ambiental: Pensamento e Ação para a Sustentabilidade' (Annablume, 2013). Co-autor premiado nacionalmente na categoria livro didático, pelo Prêmio Jabuti - 2001 e na categoria acadêmica em 2012. Editor da coleção bilingue (Semeando Novos Rumos - Sembrando Nuevos Senderos com 6 títulos publicados pela Editora da UFPR (Rede Internacional Casla-Cepial).

Eduardo Alexandre Santos de Oliveira

É professor colaborador na Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, lotado no Departamento de História - DEHIS/Irati. Graduado em Filosofia (Licenciatura Plena) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO. Possui Especialização em Formação de Professores para Docência no Ensino Superior pela Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO. Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE sob orientação da Prof^a Dr^a Ester Maria Dreher Heuser e do Prof. Dr. Eduardo Pellejero. Foi Bolsista do Projeto Escriteiras: um modo de ler-escrever em meio à vida (MEC - CAPES/OBEDUC/INEP) entre março de 2011 e março de 2013. Atua com pesquisas filosóficas sobre Educação e Política.

Eloi Giovane Muchalovski

Possui graduação em História (2006) pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória/PR (FAFI), especialização em História e Sociedade (2008) pela mesma instituição, e mestrado em História (2018) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), área de concentração História e Regiões, linha de pesquisa Espaços de Práticas e Relações de Poder. Tem interesse em pesquisas que versam sobre o Movimento do Contestado, como também temas relacionados a Etnicidade, História Indígena e História Agrária. É membro do Grupo de Pesquisa "Estudos em História Cultural" da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e membro do Grupo de Pesquisa "Entre Índios e Caboclos: (Etno)História, Cultura e Diacricidade entre coletivos indígenas invisibilizados na Região do Contestado" da Universidade Estadual de Londrina (UEL), ambos certificados pelo



CNPq. Também participa do NUPHIS - Núcleo de Pesquisa em História da Universidade do Contestado (UnC).

Filipe Arnaldo Cezarinho

Graduado em História pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2013). Mestrado em História pela Universidade do Centro-Oeste/UNICENTRO. Área de concentração: História e Regiões. Linha de pesquisa: Espaços de práticas e relações de poder. Interessado em investigações sobre os seguintes temas: História e Violência, crime, polícia, masculinidades, festas, cultura popular, História e Internet. Participante do Núcleo de Pesquisa de História da Violência (NUHVI).

Jeovane Camargo

Doutor em Filosofia (2011-2015) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com período sanduíche (de abril a dezembro de 2014) na Bergische Universität Wuppertal (Alemanha), tendo sido bolsista da CAPES/CNPq. Possui Mestrado em Filosofia (2008-2010) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), como bolsista da CAPES/CNPq, e Graduação em Filosofia (2003-2007) pela mesma instituição.

Marisangela Lins de Almeida

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pesquisa referente à Comunidades Tradicionais faxinalenses, em geral, e a respeito de mulheres, processos identitários, relações de trabalho, quintais e sementes crioulas, em particular. Bolsista CAPES. Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2008), especialização em Didática para o ensino superior, Faculdades do Centro do Paraná, 2010. Possui mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), 2015. Pesquisa temas como Gênero, Campesinato, Trabalhadoras Rurais, Fotografia, faxinais, Processos Identitários, Racismo, Sexismo e suas intersecções.

Milliann Carla Strona

Atualmente é mestranda em História na linha de pesquisa de Sociedade, Desenvolvimento Econômico e Migrações na Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduada em História pela Universidade Estadual do Centro - Oeste do Paraná (2017). Experiência docente no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência). Atuação de 2014 a fevereiro de 2018 nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio com projetos voltados para pesquisa, ensino e extensão. Possui experiência



no campo da pesquisa Histórica através da participação no Programa Institucional de Iniciação Científica - PROIC, na modalidade voluntário com a pesquisa intitulada “ A Literatura Regionalista de Wilson Gasino para o ensino de História do Paraná: questões do Contestado”. Produziu uma Monografia intitulada “ O Romance Histórico de Gasino como fonte para Ensino de História: Metodologia da aula-oficina” . Atualmente a Historiadora dedica-se a pesquisas com ênfase em Guerra no Contestado; Laços Sociais; Redes de Sociabilidade; Migração; Território; Micro-História; História Social; História e Literatura; e Nova História Cultural.

Oseias de Oliveira

É graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995) e defendeu o doutorado direto em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), em 2003 com a tese “Índios e Jesuítas no Guairá: a redução como espaço de reinterpretação cultural (século XVII)”. Integra o corpo docente do Departamento do curso de Licenciatura em História (UNICENTRO-Irati). Também é Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em História e Regiões da (UNICENTRO). Desenvolveu a pesquisa intitulada “A construção dos sertões de Tibagi e Guarapuava ? século XVIII?, junto ao Instituto de Investigação Científica Tropical ? ICT ? Lisboa ? Portugal, como requisito para o pós-doutorado. Também concentra suas reflexões nos temas das territorialidades sagradas e identidades étnicas na América Meridional. Foi presidente da Comissão Estadual Universidade para os Índios (SETI ? 2012), integrante do Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO-Irati e coordenador tanto do “Projeto de Extensão Educação para as Relações Étnico-Raciais? (2011-2012) quanto do “Núcleo de Estudos Étnico-Raciais? da UNICENTRO-Irati (2008-2012), no qual desenvolveu pesquisa e atividades de extensão com as comunidades do Quilombo Paiol de Telha (Financiamento - Fundação Araucária/SETI) e Quilombo Córrego do Franco (Financiamento - INCRA). É autor dos livros “Diversidade no Ensino”; “Turismo e Sustentabilidade em Comunidade Quilombola”; “Estudos Étnico-Raciais”, “História Agrária - propriedade e conflito”, “Ensino e Pesquisa de História: abordagens e metodologias” e “Reinterpretação Cultural nas Missões: a conversão de índios e missionários no Guairá”. Tem publicado artigos em periódicos científicos e trabalhos em reuniões científicas sobre os temas da educação étnico-racial, regiões, diversidade cultural, identidade étnica, indígenas e quilombolas.

Sara Menezes Felizardo

Discente do programa de Mestrado Profissional de Ensino de História (ProfHistória) pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Pós-graduanda



em Educação Infantil pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias - FAC. Graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB; Departamento de Ciências Humanas Campus V. Atualmente professora de história e geografia do Ensino Fundamental do Colégio Montessori.





SOBRE O LIVRO

Tiragem: 100 exemplares.

Formato: 140mm X 210 mm.

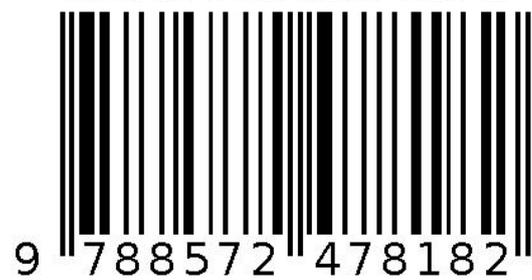
Tipologia: Minion Pro, Calibri, Times New Roman.

Projeto editorial: Oséias de Oliveira.

Diagramação: Valdenei de Toledo Junior; Oséias de Oliveira.



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-818-2



9 788572 478182